

PROGRAMA FRONTEIRA INTEGRADA

Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

PARÁ

BASES PARA O PLANO DE **DESENVOLVIMENTO** E **INTEGRAÇÃO** DA **FAIXA DE FRONTEIRA**

Fronteiras da Amazônia
Arco Norte e Rondônia

BASES PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO E
INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA

PARÁ

2026

2026 - Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total deste manual, desde que citada a fonte e que não seja utilizado para venda ou qualquer fim comercial.

Tiragem: 1. Edição - 2026 - 1.000 exemplares
Elaboração, distribuição e informações:
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial - SDR
Coordenação Geral de Gestão do Território - CGGT
Coordenador geral: Vitarque Lucas Paes Coêlho

Empresa contratada: **Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM**
Coordenadores do Projeto: Henrique Barandier e Jessica Ojana

Ficha Catalográfica

Fronteiras da Amazônia: Arco Norte e Rondônia

Bases para o Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – Pará/ Henrique Barandier (coord.), Jessica Ojana (coord), IBAM, MIDR – Rio de Janeiro, RJ: IBAM, 2026.

172 f. : il. col.
ISBN: 9786552785947

1. Faixa de Fronteira 2. Política Nacional de Desenvolvimento Regional 3. Programa Fronteira Integrada 4. Região Norte - Pará I. Instituto Brasileiro de Administração Municipal II. Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional III. Barandier, Henrique IV. Ojana, Jessica V. Título.

CDU
502+352(811)

Ficha Catalográfica elaborada por
Amanda de Chiara dos Santos Neto – Bibliotecária – CRB: 07798

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA
(Contratante)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
(Entidade Executora Nacional do Projeto de Cooperação Técnica)

Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/23/002 - MIDR_GOVERNANÇA REGIONAL E TERRITORIAL / Edital n. 099/2024

Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional
Antonio Waldez Góes da Silva

Secretário executivo
Valder Ribeiro de Moura

Secretário Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial - Substituto
Edgar Batista de Azevedo Caetano

Chefe de Gabinete
Lucas Arantes Miotti

Coordenador-Geral de Gestão do Território
Vitarque Lucas Paes Coêlho

Equipe Técnica
Rodolfo Calmon de Castro - Economista / Coordenador de Projeto
Raquel Martins Rego – Analista Executiva
Rodrigo Martins dos Santos - Analista de Infraestrutura
Wallace Vitor Leão Feitosa - Consultor IICA
Larissa Andreza Costa Peniche - Consultora IICA
Luciana Chagas Uchoa de Mendonça - Consultora IICA
Marcelo Burguez Pires - Consultor IICA
Daniel Santiago Chaves Ribeiro - Consultor IICA
Alex Rosa Campani – Assessor Técnico
Victor Rodrigues Pereira - Assessor Técnico

Apoio Administrativo
Patrícia Sousa Silva Maria - Secretária Executiva
Gabryella Mateus de Oliveira Mascarenhas – Assessora Administrativa
Antonia Moreira Silva – Assessora Administrativa

Consultoria | Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM)

Superintendente Geral do IBAM
Claudia Ferraz

Supervisão Institucional
Paulo Timm
Alexandre Santos

Coordenação Geral e Coordenação Técnica
Henrique Barandier
Jessica Ojana

Coordenação de Geoprocessamento
Eduardo Rodrigues Marins

Coordenação de Mobilização e Articulação
Louise Storni

Coordenação de Comunicação
Ewerton Antunes

Equipe técnica
Alberto Costa Lopes - Especialista Arquitetura e Urbanismo
Fernanda Ferreira - Especialista Geografia
Bernardo Mercante Marques - Especialista Ciências Sociais
Clarice Antoun - Especialista Economia
Paulo Timm - Especialista Administração Pública
Marcus Alonso Ribeiro Neves - Especialista Direito
Luciana Hamada - Especialista Gestão Climática e Infraestrutura
Rosimere de Souza - Especialista Migração e Segurança
Karin Segala - Especialista Desenvolvimento Social e Infraestrutura
Ricardo Moraes – Especialista Planejamento Urbano
Priscila Oquioni - Consultora Jurídica
Marcella Meireles - Consultora Jurídica
Alessandra Bizoni - Jornalista
Edjales Brito – Consultor local Rondônia
Maria Emília Coelho – Consultora local Acre
Luiz Castro – Consultor local Amazonas
Solange Aparecida - Consultora local Pará
Katia Vizzoni – Consultora local Roraima

Apoio
Flávia Lopes - Apoio Administrativo
Roberto Gonçalves - Programação Web
Pedro Predes – Estagiário de Comunicação
Jenifer Castro – Estagiária de Geografia
Juliana Kreitlon – Estagiária de Arquitetura e Urbanismo

Mensagem do MIDR

É com grande satisfação que o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) apresenta os resultados do Projeto Fronteiras da Amazônia. Esta iniciativa nasce do nosso profundo compromisso em construir as bases para os Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (PDIFFs) dos estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, além de fortalecer os Núcleos Estaduais de Fronteira (NEFs).

Esse esforço só foi possível graças a uma valiosa rede de cooperação. Caminhamos lado a lado com importantes parceiros do Governo Federal – como o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) –, além de contar com a dedicação fundamental dos Governos Estaduais e Municipais. O que vemos aqui é a prova de que o diálogo federativo é o melhor caminho para garantir a soberania nacional e promover o progresso social onde o Brasil mais precisa.

Guiados pela estratégia do Programa Fronteira Integrada (PFI), desenhamos agendas transversais que olham para o futuro. Nosso foco está em conciliar sustentabilidade, inovação, bioeconomia, economia circular e tecnologia da informação e comunicação. Para que o plano refletisse a realidade real de cada localidade, adotamos o conceito da sêxtupla hélice: ouvimos quem faz a região acontecer. Unimos governo, academia, setor produtivo, sociedade civil, investidores e as nossas comunidades tradicionais em oficinas colaborativas e plataformas digitais para construir, de forma transparente, uma verdadeira carteira de projetos.

Este conjunto de publicações não é apenas um diagnóstico; é um convite à ação. Ao consolidar as potencialidades e os desafios de cada estado, alinhados às Diretrizes das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Fronteiras, oferecemos uma base de informações rica e atual para subsidiar os planejamentos dos estados fronteiriços. Mais do que isso, este material se consolida como uma ponte diplomática para estreitarmos laços, parcerias e projetos de interesse comum com os nossos países vizinhos visando à integração e desenvolvimento das nossas fronteiras.

Dedicamos este caderno especial ao Estado do Pará, território marcado por sua vasta diversidade ambiental e cultural. Na região de fronteira, destacam-se extensas áreas protegidas — entre terras indígenas e unidades de conservação — que conferem ao território paraense relevância estratégica na articulação com o Suriname e a Guiana, especialmente em temas relacionados à preservação ambiental, à cooperação regional e à proteção territorial. Esse contexto evidencia a necessidade de fortalecer ações integradas, capazes de conciliar preservação ambiental, presença institucional e valorização das populações locais. Este documento reafirma o compromisso com políticas públicas articuladas e sensíveis às singularidades do território de fronteira do Pará.

Com compromisso, esperança e a certeza de que o futuro da Amazônia se constrói com união para o desenvolvimento regional sustentável e inclusivo.

Waldez Góes
Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional

Mensagem do IBAM

A publicação das bases para os Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (PDIFFs) dos estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima) marca a conclusão de um processo de trabalho intenso, em torno de um tema tão complexo quanto essencial como é o do planejamento e gestão do território na extensa faixa de fronteira brasileira.

Participar de um projeto dessa envergadura, envolvendo seis estados da federação, com foco sobre uma região que engloba 97 municípios, onde vivem mais de 3 milhões de pessoas, foi, sem dúvida, desafiador e estimulante para o IBAM. Ao longo de cerca de um e ano meio de trabalho se buscou compreender as dinâmicas presentes na faixa de fronteira da Amazônia, reconhecendo diferenças locais, para se chegar à proposição de uma carteira de projetos para cada estado.

Sob a coordenação geral do MIDR, o projeto se desenvolveu na interlocução direta com os estados, municípios e atores sociais atuantes na faixa de fronteira. Para além conectar o trabalho com a realidade do território, o esforço de articulação empreendido buscou estimular os estados a pensarem a gestão da região fronteiriça como prioritária. Dessa forma, o próprio processo de trabalho se constituiu como contribuição para o fortalecimento dos Núcleos Estaduais de Fronteira existentes e como incentivo para a formação onde ainda não existem, pois são fundamentais para a consolidação dos PDIFFs e acompanhamento de sua implementação.

Cabe destacar também o empenho das equipes envolvidas em buscar convergências entre diferentes políticas públicas que incidem nos territórios da fronteira na Amazônia, numa visão integrada de desafios e potencialidades. Espera-se que os PDIFFs possam se consolidar como referência comum na definição de prioridades de ação e de investimentos, para as diferentes esferas de governo, para o setor privado e para as organizações da sociedade civil. Ao mesmo tempo, podem desempenhar importante papel na interlocução com países vizinhos, uma vez que pensar a faixa de fronteira exige também a construção dialogada sobre propostas para lidar com os desafios comuns.

Agradecemos a todas colaborações ao longo do processo de trabalho, nas visitas de campo, nas reuniões técnicas, nas oficinas territoriais, na plataforma online de consulta, que permitiram qualificar os resultados obtidos e sistematizados na publicação de cada estado.

Saudações,

Claudia Ferraz
Superintendente Geral do IBAM

Foto: Tiago Silveira/MTur

Lista de siglas

AC	Acre
ACT	Acordos de Cooperação Técnica
AdaptaBrasil	Sistema de Informações e Análises sobre Impactos das Mudanças Climáticas
Adepará	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
AM	Amazonas
AMs	Áreas Militares
ANATER	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
Antaq	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
AP	Amapá
APA	Área de Proteção Ambiental
API	Arranjo Populacional Internacional
APL	Arranjos Produtivos Locais
APs	Áreas Privadas
ARQUIMO	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná
AssRs	Assentamentos Rurais
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BEN	Balanço Energético Nacional
BIT	Banco de Informações e Mapas de Transportes
CAL	Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CDN	Conselho de Defesa Nacional
CDP	Companhia Docas do Pará
Cemaden	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CIR	Conselho Indígena de Roraima
CNBio	Comissão Nacional de Bioeconomia
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
COOPAFLORA	Cooperativa Mista dos Povos e comunidades Tradicionais da Calha Norte
CPAOR	Capitania dos Portos da Amazônia Oriental
CPH Pará	Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTD	Câmara Técnica de Destinação e Regularização de Terras Públicas Federais na Amazônia Legal
DACREDEN	Departamento de Assuntos da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional

DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EAF	Entidade Administradora de Faixa
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENaFron	Estratégia Nacional de Fronteiras
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
ERB	Estações Rádio Base
Esec	Estação Ecológica
FAB	Força Aérea Brasileira
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas
FCP	Fundação Cultural Palmares
FEPIPA	Federação dos Povos Indígenas do Estado do Pará
FICO	Ferrovia de Integração do Centro-Oeste
Floe	Floresta Estadual
FOB	Free on Board (FOB) ou "Livre a Bordo" (em português)
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GEE	Gases de Efeito Estufa
GGIF	Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras
GRD	Gestão de Riscos e Desastres
GSI PR	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM	Indicador de Capacidade Municipal
IEMA	Instituto de Energia e Meio Ambiente
IFAC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
IFRR	Instituto Federal de Roraima
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRs	Imóveis Rurais
ISA	Instituto Socioambiental
ITERPA	Instituto de Terras do Pará

Malungu	Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MB	Marinha do Brasil
MCom	Ministério das Comunicações
MD	Ministério da Defesa
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MDHC	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MF	Ministério da Fazenda
MGI	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
MIDR	Ministério Integração e do Desenvolvimento Regional
MIR	Ministério da Igualdade Racial
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MLA	Programa Mais Luz para a Amazônia
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MME	Ministério de Minas de Energia
MOPEBAM	Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Oeste do Pará e Baixo Amazonas
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPF	Ministério Público Federal
MPI	Ministério dos Povos Indígenas
MPO	Ministério do Planejamento e Orçamento
MPor	Ministério de Portos e Aeroportos
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MS	Ministério da Saúde
MT	Ministério dos Transportes
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MW	Megawatt
NEIFRO	Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira de Rondônia
NESAM	Núcleo de Estudos Socioambientais do Amazonas
NIFFAM	Núcleo para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Amazonas

OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
OTs	Outras Terras
PA	Pará
PA	Projeto de Assentamento
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PaCTAS	Parque Científico e Tecnológico do Alto Solimões
PAE	Projetos de Assentamento Agroextrativista
PDIFF	Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira
PEVS	Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura
PF	Polícia Federal
PFI	Programa Fronteira Integrada
PIB	Produto Interno Bruto
PLPT	Programa Luz para Todos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAP	Plano Nacional da Pesca Artesanal
PNDBio	Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNFron	Política Nacional de Fronteiras
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PNSP	Política Nacional de Segurança Pública
PPA	Plano Plurianual
PPCDAm	Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PPIF	Programa de Proteção Integrada de Fronteiras
PRDA	Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PROSAF	Programa de Sistemas Agroflorestais
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
RAD	Relatório Anual do Desmatamento no Brasil
Rebio	Reserva Biológica
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RENCA	Reserva Nacional do Cobre e Associados
RESEX	Reservas Extrativistas
RO	Rondônia

RR	Roraima
SAGAE	Secretaria de Acompanhamento e Gestão de Assuntos Estratégicos
SDR	Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDEC	Secretaria Nacional de Defesa Civil
SEDEC	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil
SEDECTI/AM	Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - Amazonas
SEDEME	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia
SEEG	Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa
SEGUP	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará
Segup	Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará
SEINFRA/PA	Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
SEIRDH/PA	Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos do Pará
SEJUSP/AP	Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá
Semas/PA	Secretaria de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade do Pará
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEPI/PA	Secretaria de Estado dos Povos Indígenas do Pará
SEPLAD/PA	Secretaria de Estado de Planejamento e Administração do Pará
SEPOG/RO	Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão de Rondônia
SESAI	Secretaria de Saúde Indígena
SIGEF	Sistema de Gestão Fundiária
SIN	Sistema Interligado Nacional
SINCRE	Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros
SISOL	Sistemas Isolados
SisVuClima	Sistema de Vulnerabilidade Climática
SNPCT	Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SPU/PA	Superintendência do Patrimônio da União no Pará
SRGBA/PA	Secretaria Regional do Baixo Amazonas
STI	Sistema de Tráfego Internacional
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TCU	Tribunal de Contas da União

TIs	Terras Indígenas
TQs	Territórios Quilombolas
UCs	Unidades de Conservação
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
VA	Valor Adicionado
VIGIAGRO	Vigilância Agropecuária Internacional
WWF	World Wildlife Fund

Sumário

Contextualização da Faixa de Fronteira Terrestre Brasileira 17

Faixa de Fronteira Terrestre Brasileira 19

Política Nacional de Desenvolvimento Regional 21

Política Nacional de Fronteira 22

Governança da Faixa de Fronteira 25

Breve Panorama Regional do Arco Norte e Rondônia 29

Caracterização Geral 31

Caracterização Sociodemográfica 42

Análise por eixos temáticos 49

Panorama Pará 57

Apresentação 59

Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática 69

Infraestrutura para o Desenvolvimento 81

Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social 91

Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais 101

Integração Regional, Migrações e Segurança 111

Oficinas de Planejamento territorial 117

Diretrizes e Carteira de projetos 127

Subsídios do Ipea ao debate 155

Contextualização da Faixa de Fronteira Terrestre Brasileira



Foto: Antonio Carlos de Freitas

Faixa de Fronteira Terrestre Brasileira

A Faixa de Fronteira Terrestre do Brasil foi estabelecida em 1979, pela Lei nº 6.634/1979 e regulamentada pelo Decreto nº 85.064/1980. A lei estabelece como Faixa de Fronteira, indispensável à Segurança Nacional, a faixa interna de 150 Km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 20, § 2º, apontou o caráter estratégico e a importância das fronteiras para a defesa do território nacional e, em 1991, coube ao Conselho de Defesa Nacional (CDN) a competência de definir *"critérios e condições de utilização das áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira"* (art. 1, parágrafo único).

Nas últimas décadas, a estratégia brasileira de segurança nacional aplicada à faixa de fronteira passou por uma mudança substantiva, abandonando gradualmente a lógica predominantemente militar e defensiva, para adotar uma abordagem integrada que reconhece o desenvolvimento social, econômico e ambiental como elementos centrais da própria segurança do Estado.

No marco do Estado Democrático de Direito, a fronteira passou a ser concebida não apenas como zona de contenção de ameaças externas, mas como território habitado, dinâmico e estratégico para a integração regional, no qual a presença efetiva do poder público, a garantia de direitos, a promoção do desenvolvimento sustentável e a cooperação transfronteiriça são instrumentos de fortalecimento da soberania.

Essa inflexão se expressa no arcabouço legal e nas políticas públicas contemporâneas, que articulam defesa, desenvolvimento e integração, ao estimular investimentos em infraestrutura, serviços públicos, proteção ambiental e arranjos econômicos locais, bem como a cooperação com países vizinhos, partindo do entendimento de que desigualdade, isolamento e fragilidade institucional representam riscos tão relevantes à segurança nacional quanto ameaças militares convencionais.

A partir dessa estratégia uma série de estudos, leis e decretos que tratam sobre as fronteiras foram instituídos. Em 2011, também se buscou alinhamento junto aos estados para elaboração de Planos de Integração e Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDIFFs) e instalação de Núcleos Estaduais de Fronteira (NEFs), que resultaram na edição de alguns planos, a exemplo dos Estados do Amazonas e Rio Grande do Sul, e institucionalização de alguns núcleos, a exemplo do NIFFAM, no Estado do Amazonas e NEIFRO, em Rondônia[1].

15.719 km de extensão **11 estados**

588 municípios **11,7 milhões de habitantes**

ARCO NORTE

Compreende a Faixa de Fronteira dos Estados do Amapá, Pará, Amazonas, Roraima e Acre.

ARCO CENTRAL

Compreende a Faixa de Fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

ARCO SUL

Compreende a Faixa de Fronteira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.



1. Criada por meio do Decreto nº 32.729, de 22 de Agosto de 2012 e atualizado pelo Decreto nº 44.473, de 30 de agosto de 2021, o Núcleo Estadual de Fronteira do Estado do Amazonas (NIFFAM) está sob a coordenação da Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEDECTI). Já o Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira de Rondônia (NEIFRO) foi criado pelo decreto nº 24.821, de 21 de fevereiro de 2020 e está vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG/RO).

Política Nacional de Desenvolvimento Regional

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), disciplinada pelo decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024, tem por finalidade reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intrarregionais e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico sustentável, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

A PNDR, sob responsabilidade do MIDR, fundamenta-se na mobilização planejada e articulada da ação federal, estadual, distrital e municipal, pública e privada, por meio das quais programas e investimentos da União e dos entes federativos, associadamente, estimulem e apoiem processos de desenvolvimento.

A PNDR possui abordagem territorial, abrangência nacional e atuação nas seguintes escalas geográficas:

Macrorregional: Correspondente ao recorte geográfico das grandes regiões brasileiras, com prioridade para Amazônia Legal, Região Nordeste e Região Centro-Oeste, com vistas a reduzir as desigualdades inter-regionais.

Sub-regional: Correspondente ao recorte territorial em áreas prioritárias da PNDR, estabelecido para a atuação estatal coordenada, com vistas a reduzir as desigualdades intrarregionais.

São objetivos da PNDR:

> *I - promover* ***a convergência dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida intrarregional e inter-regional no País*** *e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento em regiões que apresentem baixos indicadores socioeconômicos;*
>
> *II - consolidar uma* ***rede policêntrica de cidades, em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional do País****, de forma a considerar as especificidades de cada região;*
>
> *III - estimular* ***ganhos de produtividade e aumento da competitividade regional****, sobretudo em regiões que apresentem declínio populacional e elevadas taxas de emigração;*
>
> *IV - fomentar a* ***agregação de valor e a diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional****, observados critérios como geração de renda e sustentabilidade, sobretudo em regiões com forte especialização na produção de commodities agrícolas ou minerais.*

Nesse sentido, a faixa de fronteira é considerada uma sub-região prioritária para a política regional, em função dos seus aspectos de vulnerabilidade socioeconômica e integração regional.

Política Nacional de Fronteira

Em 2024, foi instituída a Política Nacional de Fronteiras (PNFron) por meio do Decreto 12.038/2024. A PNFron se destina a nortear as ações do Poder Executivo Federal, promovendo uma atuação articulada e coordenada entre os entes federativos e as instituições do setor privado, sendo organizada a partir de quatro eixos interdependentes: segurança nacional, integração regional, desenvolvimento sustentável e direitos humanos, cidadania e proteção social nas regiões fronteiriças brasileiras.

PNFron

Eixo 1 – Segurança
Coordenado pelo Ministério da Defesa

Proteção das fronteiras, combate aos ilícitos transnacionais e delitos ambientais e fortalecimento da atuação integrada das forças de segurança

Eixo 2 – Integração Regional
Coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores

Atuação sistêmica, integrada e coordenada com os entes federativos, facilitando o fluxo de pessoas, bens e serviços

Eixo 3 - Desenvolvimento Sustentável
Coordenado pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Foco nas suas dimensões social, econômica e ambiental, a partir da valorização das potencialidades econômicas e das diversidades socioculturais, com a redução das desigualdades inter-regionais e intrarregionais

Eixo 4 – Direitos Humanos, Cidadania e Proteção Social
Coordenado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Respeito aos direitos fundamentais, fortalecendo a inclusão social e o acolhimento humanitário de migrantes, refugiados, apátridas e pessoas em situação de vulnerabilidade, além de promover a proteção dos direitos humanos e territoriais dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais

Conforme art. 5º do decreto, são objetivos da PNFron:

> *I - assegurar a **presença do Estado nas fronteiras**, respeitadas as especificidades e necessidades de cada arco de fronteira;*
>
> *II - estimular a **aproximação entre o Poder Executivo federal, os Estados e os Municípios** nas fronteiras, e aproveitar as iniciativas locais, incluídos o **setor privado e a sociedade civil**;*
>
> *III - assegurar a **inter-relação e a complementariedade entre políticas nacionais e setoriais** afetas às fronteiras;*
>
> *IV - coordenar as **ações entre os eixos - segurança, integração regional, desenvolvimento sustentável, e direitos humanos, cidadania e proteção social**;*
>
> *V - contribuir para a **garantia da soberania nacional, da integridade territorial e da proteção do patrimônio nacional** nas fronteiras;*
>
> *VI - fortalecer e aprimorar as **estruturas de prevenção, de controle, de fiscalização e de repressão aos ilícitos transnacionais e delitos ambientais** nas fronteiras;*
>
> *VII - contribuir para o **desenvolvimento sustentável do território nacional nas fronteiras**, respeitar o meio ambiente e valorizar as potencialidades econômicas e as diversidades socioculturais, com a **redução das desigualdades inter-regionais e intrarregionais**;*
>
> *VIII - contribuir com a **integração regional com os Estados limítrofes**;*
>
> *IX - fortalecer o **direito à saúde em sua integralidade** e as ações de preparação, vigilância e resposta às potenciais emergências em saúde pública nas fronteiras;*
>
> *X - promover os **direitos humanos e a cidadania nas fronteiras, o acolhimento humanitário** de migrantes, de refugiados, de apátridas, de populações transfronteiriças, e de pessoas em situação de vulnerabilidade, respeitadas as diferenças entre os povos; e*
>
> *XI - promover a **proteção dos direitos humanos e territoriais dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais** nas fronteiras.*

A Estratégia Nacional de Fronteiras (ENaFron) é o principal desdobramento da PNFron e busca identificar os objetivos e as ações estratégicas nos quatro eixos, identificando os papéis e as responsabilidades dos órgãos e das entidades envolvidos na implementação da política.

A seguir, apresenta-se o quadro normativo brasileiro relacionado às fronteiras:

Quadro 1 - Legislação relacionada à Faixa de Fronteira

Norma	Conteúdo
Decreto-Lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970	Dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional e dá outras providências.
Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979	Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.
Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980	Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira.
Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991	Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional e dá outras providências.
Decreto nº 32.729, de 22 de agosto de 2012	Institui o Núcleo para o desenvolvimento e Integração da faixa de Fronteira do estado de Amazonas.
Portaria nº 213, de 19 de julho de 2016	Estabelece o conceito de "cidades- gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição.
Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016	Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução.
Instrução Normativa RFB nº 1.799, de 16 de março de 2018	Estabelece normas complementares à Portaria MF nº 307, de 17 de julho de 2014, que dispõe sobre a aplicação do regime aduaneiro especial de loja franca em fronteira terrestre.
Portaria nº 1.080, de 24 de abril de 2019	Inclui o Município de Cáceres/MT no Anexo da Portaria n. 213, de 19 de julho de 2016, que estabelece o conceito de "cidades- gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por Estado que se enquadram nesta condição.
Decreto nº 9.961, de 8 de agosto de 2019	Institui a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira.
Decreto nº 44.473, de 30 de agosto de 2021	Revoga o Decreto nº 32.729, de 22 de agosto de 2012 e Institui o Núcleo para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Amazonas (NIFFAM).
Portaria MDR nº 2.499, de 4 de outubro de 2021	Aprova Regimento Interno da Comissão Permanente para Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira.
Portaria nº 2.507, de 5 de outubro de 2021	Atualiza conceito e lista de cidades-gêmeas nacionais.
Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024	Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.
Decreto Nº 12.038, de 29 de maio de 2024	Institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional.
Portaria nº 2.413, de 9 de julho de 2024	Estabelece o Programa Fronteira Integrada (PFI).

Governança da Faixa de Fronteira

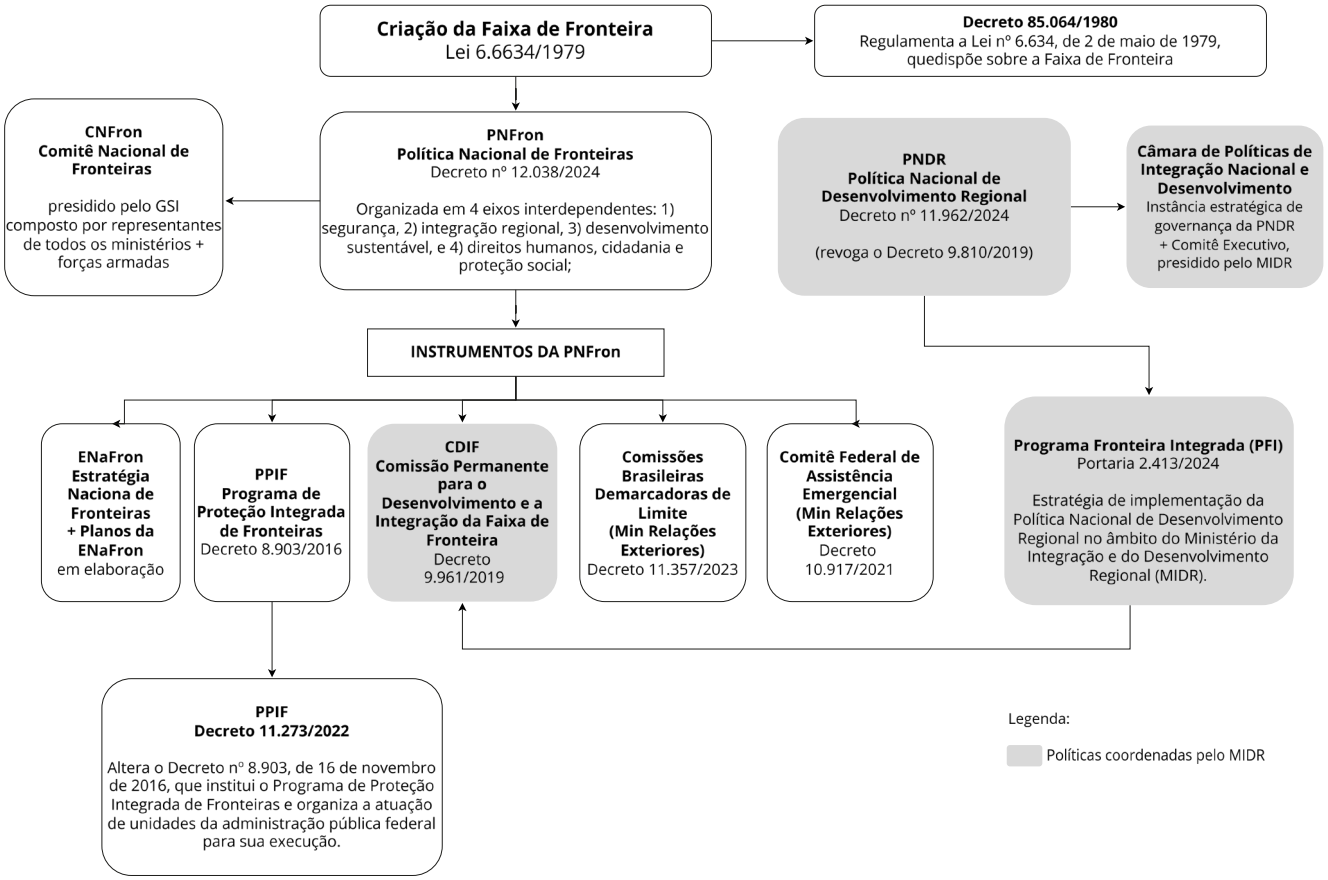
Juntamente com a PNFron, foi instituído como instância de governança o Comitê Nacional de Fronteiras (CNFron), presidido pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) e composto por 28 ministérios, além dos Comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica e Agência de Nacional de Vigilância Sanitária.

Cabe ao CNFron coordenar a elaboração da Estratégia Nacional de Fronteiras (ENaFron), além de sugerir a elaboração de planos dela decorrentes, que orientem as ações dos órgãos e das entidades nas fronteiras. Ao CNFron compete ainda promover a articulação e a cooperação interinstitucional nos temas definidos pelos eixos estruturantes da Política, zelando pela interdependência e complementariedade das ações estratégicas em prol das fronteiras brasileiras.

No que se refere à questão da segurança, destaca-se o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, o PPIF, conforme Decreto 8.903/2016, que tem o propósito de fortalecer a prevenção, o controle, a fiscalização e a repreensão aos delitos transfronteiriços. Como órgão de governança deste programa foi instituído um Comitê Executivo do programa, que hoje é composto por 18 órgãos de oito ministérios, além do Ministério Público Federal. A coordenação das ações do Comitê-Executivo é realizada pela Secretaria de Acompanhamento e Gestão de Assuntos Estratégicos (SAGAE), por meio de seu Departamento de Assuntos da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (DACREDEN). No nível estadual, o PPIF definiu que a participação dos Estados deve se dar mediante instrumentos de cooperação entre os ministérios e os órgãos federais integrantes do Programa. Tal medida incluiu a criação dos respectivos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIFs), reconhecendo-se a necessidade e importância da coordenação entre as esferas federal, estadual e municipal dos órgãos de segurança para a efetivação de um trabalho integrado.

Já no âmbito do MIDR, foi instituída em 2019 a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), dialogando com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Entre as competências dessa Comissão, destaca-se a proposição de ações voltadas ao desenvolvimento regional que considerem a relevância de programas destinados à integração fronteiriça e à integração sul-americana, bem como a apresentação de planos regionalizados de desenvolvimento e integração fronteiriços. Assim, essa Comissão visa estabelecer interação dos núcleos estaduais constituídos com ministérios e órgãos estratégicos setoriais especificamente para debater questões relacionadas ao desenvolvimento e à integração nas fronteiras.

Figura 1 - Interações entre as diferentes políticas, programas e projetos sobre o tema das Fronteiras



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Na sequência dos fatos, o MIDR lançou o Programa Fronteira Integrada (PFI), como estratégia de implementação da PNDR e da PNFron.

O **PFI** é uma estratégia de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Tem como finalidade incentivar o desenvolvimento econômico, social e produtivo no território da faixa de fronteira, por meio da cooperação entre os países vizinhos, visando à criação de oportunidades que resultem em atração de investimento, crescimento econômico, inovação, redução das assimetrias e desigualdades, além da geração de trabalho e renda.

O público-alvo do PFI são organizações de interesse público, empreendedores rurais e urbanos, associações e cooperativas de agricultores familiares e agroextrativistas, povos indígenas e comunidades tradicionais, com destaque para jovens e mulheres. O Programa estabelece que o MIDR deva atuar de forma coordenada com os Núcleos Estaduais de Fronteira visando à articulação de ações com os Planos Estaduais de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira.

Assim, com os esforços em andamento para incentivar os Estados a instituírem seus Núcleos Estaduais de Fronteira pretende-se incluir os coordenadores dos NEFs como membros convidados permanentes da CDIF. Dessa forma, busca-se reforçar o papel institucional dos NEFs na governança da Faixa de Fronteira. Compreende-se que os NEFs são instâncias essenciais para promoção da integração entre governo federal, estados, municípios e sociedade civil da Faixa de Fronteira ao proporcionar um diálogo ininterrupto com a CDIF para a garantia da promoção do desenvolvimento regional e urbano, tendo como referência os PDIFFs.

Planos Estaduais de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira - PDIFFs

Os PDIFFs são os instrumentos de planejamento territorial voltados à promoção do desenvolvimento sustentável e da integração das áreas fronteiriças brasileiras. Os PDIFFs devem ser institucionalizados pelos Estados, a partir de processos de elaboração baseados na cooperação entre as três esferas de governo e com a participação de atores locais, incluindo Setores Públicos; Instituições de Ciência e Tecnologia; Terceiro Setor; Lideranças Locais e Movimentos Sociais; Empresas e Investidores; e Instituições de Cooperação Internacional.

A Faixa de Fronteira é objeto de políticas e instrumentos de planejamento concebidos em diferentes escalas, que abordam tanto as questões mais estratégicas de integração sul-americana, como programas e projetos de desenvolvimento regional ou aquelas mais diretamente vinculadas aos territórios e aos atores locais. Por isso, é importante que os PDIFFs considerem e dialoguem com essas diferentes iniciativas, mas com o objetivo de englobar estratégias, princípios e diretrizes para a Faixa de Fronteira com base nas particularidades de cada Estado.

No âmbito do Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional, os PDIFFs também devem se consolidar como carteiras de projetos que possam indicar investimentos prioritários para o desenvolvimento de cadeias produtivas prioritárias para a região, em especial nas áreas de bioeconomia, TICs, economia circular, turismo sustentável, inclusão socioprodutiva de grupos vulneráveis, povos indígenas e comunidades tradicionais.

Além de se constituir como referência para a integração de ações na Faixa de Fronteira, os PDIFFs devem também ser utilizados como referência para interlocução com os países vizinhos em torno de questões de interesse comum nas fronteiras, em especial nas cidades-gêmeas.

CONSIDERE

O planejamento deve ser compreendido como processo, do qual o PDIFF é parte e resultado do momento em que foi elaborado, fundamentado em dados, diagnósticos e estudos disponíveis. Assim, vale reforçar, o PDIFF não se configura como um instrumento estanque ou definitivo, mas como base orientadora passível de aperfeiçoamento e atualizações à medida em que novas informações são produzidas e que as instâncias de governança avancem em seus processos de tomada de decisão.

Núcleos Estaduais de Fronteira - NEFs

Os NEFs são órgãos colegiados de assessoramento instituídos por decreto do Chefe do Executivo de cada Estado e visam garantir a continuidade administrativa para a agenda da PNFron e seus instrumentos de planejamento, em especial os PDIFFs, integrando a governança da Faixa de Fronteira.

Uma vez consolidado o PDIFF de um Estado, ao NEF cumpre o papel essencial de mobilizar esforços de articulação institucional para viabilizar a implementação das ações previstas, acompanhar a execução e monitorar resultados. Considerando o processo de planejamento como algo contínuo, a atuação do NEF poderá orientar de modo mais consistente a definição de prioridades na implementação do PDIFF, considerando possibilidades de financiamento de ações e a própria dinâmica da Faixa de Fronteira.

Os NEFs também devem favorecer o diálogo contínuo com os municípios da Faixa de Fronteira, em especial com as cidades-gêmeas, e com os segmentos sociais presentes no território.

O acompanhamento da implementação dos PDIFFs, bem como sua atualização periódica, tende a fortalecer a governança e aderência às demandas reais da Faixa de Fronteira. Convergir pautas dos NEFs com as competências da CDIF representa um esforço de articulação de políticas públicas federais, estaduais e municipais com o foco no desenvolvimento sustentável da Faixa de Fronteira sob a égide do Pacto Federativo Brasileiro, a exemplo do que acontece nas esferas da saúde, educação e assistência social.

Breve Panorama Regional do Arco Norte e Rondônia

Foto: Divulgação/Agência Pará

Caracterização Geral

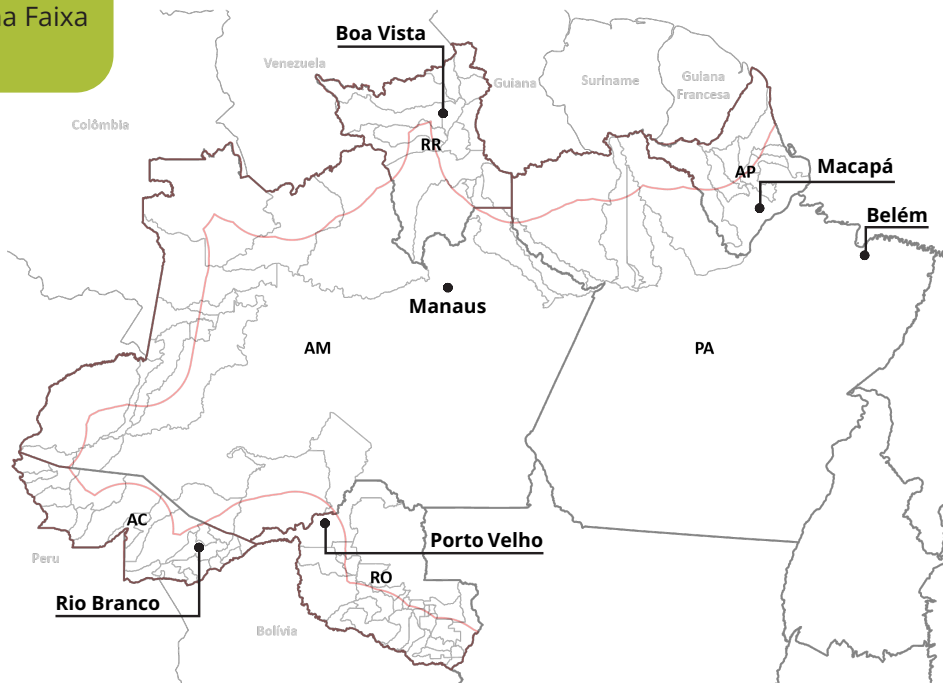
A Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia[2] abrange seis estados e 97 municípios, distribuídos da seguinte forma: 22 municípios no Acre, oito municípios no Amapá, 19 municípios no Amazonas, cinco municípios no Pará, 28 municípios em Rondônia e 15 municípios em Roraima. A abrangência deste estudo compreende uma área total de, aproximadamente, 949.716 Km².

6 estados

97 municípios

3.227.578 habitantes

Acre e **Roraima** possuem todos os municípios, e quase a totalidade de seus territórios, inseridos na Faixa de Fronteira amazônica.



2. Apesar de fazer parte da Amazônia Legal, a base produtiva e indicadores socioeconômicos apontaram no sentido de deslocar o Estado de Rondônia para o Arco Central (observação igualmente válida para Mato Grosso). No entanto, no escopo deste trabalho, o Estado de Rondônia é analisado junto ao Arco Norte, em função de maior relevância do bioma amazônico em seu território e potencial sinergia em ações de apoio à bioeconomia e gestão ambiental.

Recortes e escalas de análise da Faixa de Fronteira amazônica

A divisão da faixa de fronteira brasileira em arcos de fronteira — Norte, Central e Sul — foi concebida como uma estratégia analítica e operacional para reconhecer a profunda heterogeneidade territorial, social, econômica e ambiental, evitando a aplicação de políticas uniformes a realidades profundamente distintas[3].

Em continuidade a essa lógica, os municípios também foram organizados em sub-regiões, estabelecendo um recorte territorial mais detalhado no interior de cada arco[4]. Essa escala intermediária permite captar dinâmicas locais e proximidades funcionais entre municípios que não se restringem aos limites administrativos dos Estados[5]. A fronteira amazônica do Arco Norte e Rondônia abriga 9 dessas sub-regiões. São elas:

1. Sub-região Oiapoque-Tumucumaque
2. Sub-região Campos do Rio Branco
3. Sub-região Parima-Alto Rio Negro
4. Sub-região Alto Solimões
5. Sub-região Alto Juruá
6. Sub-região Vale do Acre-Alto Purus
7. Sub-região Madeira-Mamoré
8. Sub-região Fronteira do Guaporé
9. Sub-região Chapada dos Parecis

Ao integrar as especificidades locais e regionais, torna-se possível articular estratégias de ordenamento territorial que considerem as particularidades culturais, econômicas e ambientais de cada sub-região. Essa perspectiva reforça o papel do território como espaço dinâmico de interações, onde coexistem desafios como a conservação de ecossistemas sensíveis, a inclusão de comunidades tradicionais e indígenas e a promoção de atividades produtivas sustentáveis.

3. BRASIL, Ministério de Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília, 2005.
4. Conforme os estudos de 2005, os municípios da Faixa de Fronteira foram classificados segundo Sub-regiões utilizando critérios como localização geográfica, características socioambientais e base produtiva.
5. Apesar da estruturação do presente estudo ser feita via organização por Estado, uma análise combinada entre as divisões estaduais e sub-regiões proporciona uma abordagem complementar que parece facilitar a gestão territorial e a articulação de políticas públicas.

Organização da Faixa de Fronteira por Estados, Sub-regiões e Municípios

Campos de Rio Branco

Roraima

Boa Vista, Bonfim, Cantá, Caracaraí, Mucajaí, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis e Uiramutã

Oiapoque-Tumucumaque

Amazonas

Nhamundá e Urucará

Amapá

Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Pracuúba e Serra do Navio

Roraima

Caroebe, São João da Baliza e São Luiz

Pará

Alenquer, Almeirim, Faro, Óbidos, Oriximiná

Parima-Alto Rio Negro

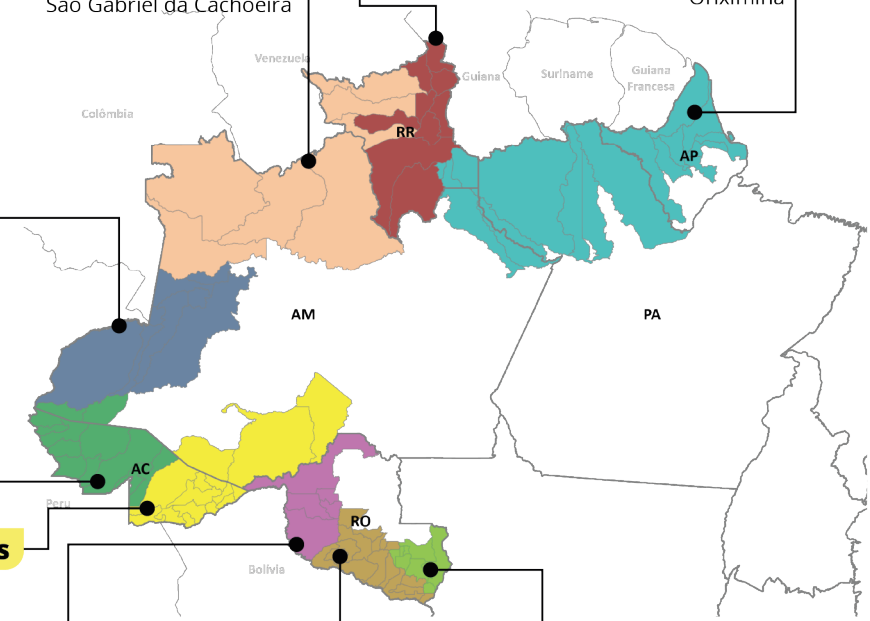
Amazonas

Barcelos, Japurá, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira

Alto Solimões

Amazonas

Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Jutaí, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins



Alto Juruá

Acre

Cruzeiro do Sul, Feijó, Jordão, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves, Santa Rosa do Purus e Tarauacá

Vale do Acre-Alto Purus

Acre

Acrelândia, Assis Brasil, Brasiléia, Bujari, Capixaba, Epitaciolândia, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Sena Madureira, Senador Guiomard e Xapuri

Amazonas

Boca do Acre, Canutama e Lábrea

Madeira-Mamoré

Rondônia

Buritis, Campo Novo de Rondônia, Guajará-Mirim, Nova Mamoré e Porto Velho

Fronteira do Guaporé

Rondônia

Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Alvorada D'Oeste, Cabixi, Cerejeiras, Corumbiara, Costa Marques, Governador Jorge Teixeira, Nova Brasilândia D'Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Pimenteiras do Oeste, Rolim de Moura, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé e Seringueiras

Chapada dos Parecis

Rondônia

Chupinguaia, Colorado do Oeste, Parecis, Pimenta Bueno, Primavera de Rondônia, Santa Luzia D'Oeste, São Felipe D'Oeste e Vilhena

Destacam-se sub-regiões com intensa interação transfronteiriça, como Alto Solimões, Campos de Rio Branco e Vale do Acre-Alto Purus, onde dinâmicas migratórias, comerciais e culturais moldam a relação com os países vizinhos. A Sub-região do Alto Solimões é um território de contrastes. Apesar de sua riqueza cultural e ecológica, enfrenta desafios complexos que demandam ações integradas e políticas públicas urgentes para garantir o desenvolvimento, a segurança, o respeito aos direitos humanos e à sustentabilidade ambiental.

A Sub-região dos Campos de Rio Branco é marcada pela paisagem do "lavrado", a maior extensão contínua de savanas do bioma Amazônia, cobrindo cerca de 61 mil km^2. Com biodiversidade única, A conservação do lavrado é estratégica não apenas para a preservação ambiental, mas também para a segurança hídrica, o equilíbrio climático e o desenvolvimento sustentável.

Sub-regiões como Parima-Alto Rio Negro e também Alto Solimões destacam-se pelas populações indígenas e os instrumentos de ordenamento da paisagem, que desempenham papéis fundamentais na preservação cultural e na proteção dos ecossistemas locais. A Sub-região Parima-Alto Rio Negro abrange a faixa de fronteira que vai das Serras de Pacaraima e Parima, no Nordeste, até os vales dos rios Negro e Japurá, na região conhecida como “Cabeça do Cachorro”, na divisa com a Colômbia. A paisagem, composta por serras e vales cobertos por densa floresta equatorial, caracteriza a área como uma das mais isoladas do Brasil.

Nas Sub-regiões Madeira-Mamoré e Chapada dos Parecis em Rondônia evidenciam-se uma forte presença de atividades agroindustriais e infraestrutura de transporte integrada, consolidando-se como um estratégico eixo econômico na Faixa de Fronteira. Enquanto Madeira-Mamoré é marcada pela predominância urbana, com Porto Velho como polo de transporte e integração regional, a Sub-região de Fronteira do Guaporé destaca-se por seu perfil rural, resultado de projetos de colonização oficial que estruturaram pequenas e médias propriedades ao longo da BR-364. Já a Chapada dos Parecis evidencia uma forte vocação agroindustrial, articulando áreas urbanas e rurais para a produção de grãos voltados à exportação.

Ainda no âmbito das regionalizações, vale destacar que a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR 2024), além de definir sub-regiões especiais, dentre as quais se encontra a Faixa de Fronteira, estabeleceu microrregiões, classificadas com base em tipologias referenciais, que enquadram os municípios numa análise de desigualdades regionais calcadas em informações de renda e dinamismo, de modo a definir espaços elegíveis e áreas prioritárias para a atuação da PNDR.

Com base nesse enquadramento, foi lançado o *Programa Cidades Intermediadoras*[6] que tem por objetivo descentralizar bens e serviços públicos, promovendo o desenvolvimento regional e reduzindo a pressão sobre as metrópoles e capitais estaduais. Os municípios elegíveis ao programa são aqueles que fazem parte das Regiões Imediatas do IBGE e os municípios-polo de Sub-regiões que não estejam classificados na tipologia sub-regional da PNDR como de alta renda. A implementação do programa está fundamentada em eixos estratégicos da PNDR, que incluem:



6. Resolução nº 4 de 2024 do MIDR. O Programa busca ampliar o acesso a oportunidades de trabalho e renda, além de melhorar a infraestrutura econômica e urbana das cidades, incentivando o crescimento econômico das áreas mais afastadas do país.

As cidades da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia que fazem parte deste programa são:

Quadro 2 - Cidades intermediadoras na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia

	Microrregião	Municípios	Tipologia Sub-regional (PNDR)
AC	Cruzeiro do Sul	Marechal Thaumaturgo	Baixa Renda e Baixo Dinamismo
		Rodrigues Alves	Baixa Renda e Baixo Dinamismo
		Porto Walter	Baixa Renda e Baixo Dinamismo
		Mâncio Lima	Média Renda e Alto Dinamismo
		Cruzeiro do Sul	Média Renda e Médio Dinamismo
AM	Alto Solimões	Jutaí	Baixa Renda e Alto Dinamismo
	Japurá	Japurá	Baixa Renda e Alto Dinamismo
AP	Amapá	Pracuúba	Baixa Renda e Médio Dinamismo
		Amapá	Média Renda e Alto Dinamismo
	Oiapoque	Calçoene	Média Renda e Alto Dinamismo
		Oiapoque	Média Renda e Baixo Dinamismo
RO	Alvorada D'Oeste	Alvorada D'Oeste	Média Renda e Médio Dinamismo
		São Miguel do Guaporé	Média Renda e Médio Dinamismo
		Seringueiras	Média Renda e Médio Dinamismo
	Guajará-Mirim	Costa Marques	Média Renda e Baixo Dinamismo
		São Miguel do Guaporé	Média Renda e Baixo Dinamismo
RR	Sudeste de Roraima	Rorainópolis	Baixa Renda e Alto Dinamismo
		Caroebe	Média Renda e Médio Dinamismo
		São Luiz	Média Renda e Médio Dinamismo
		São João da Baliza	Média Renda e Médio Dinamismo

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de PNDR, 2024.

Integrações Transfronteiriças

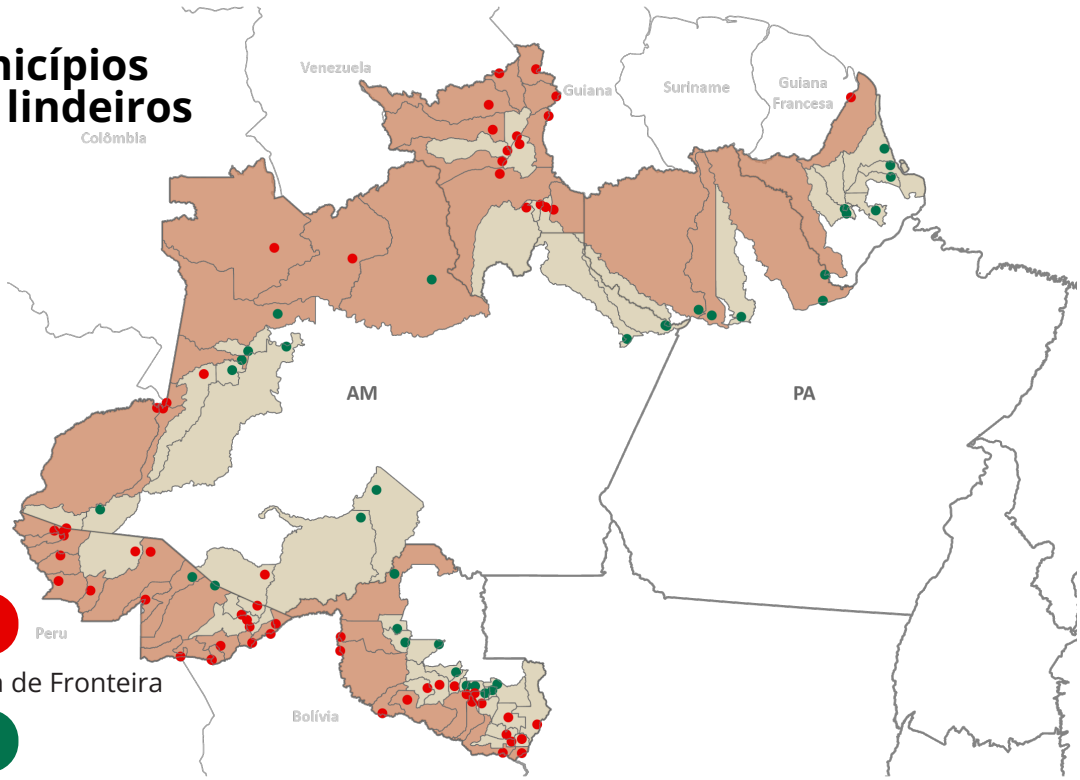
Os municípios situados na Faixa de Fronteira podem ser classificados ainda segundo sua relação territorial e urbana com a linha internacional, orientando-se pelo nível de interação dos municípios com a fronteira.

Nesse sentido há os chamados municípios lindeiros, aqueles que possuem limites que coincidem com a linha de fronteira internacional, e os não lindeiros, que, embora mais afastados, ainda estão inseridos na Faixa de Fronteira. Os municípios podem ser subdivididos também entre aqueles que tem a sede municipal dentro da Faixa de Fronteira e aqueles que tem a sede municipal fora da Faixa de Fronteira. Enquanto os municípios lindeiros lidam mais diretamente com questões específicas de controle de fronteira, os não lindeiros, por sua localização remota e baixa densidade demográfica, enfrentam dificuldades de integração e acesso às políticas públicas.

Municípios Lindeiros e Não Lindeiros da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia

48 municípios lindeiros

49 municípios não lindeiros



32 Cidades
Com sede na Faixa de Fronteira

65 Cidades
Com sede fora da Faixa de Fronteira

Se a Faixa de Fronteira é brasileira, a zona de fronteira é, em cada trecho, pelo menos binacional, envolvendo jurisdições e contextos dos países vizinhos. Zonas de fronteira são as áreas territoriais de cada lado do limite internacional, caracterizadas por interações que, embora internacionais, criam um meio geográfico próprio de fronteira, perceptível na escala local/regional das relações transfronteiriças, exemplificadas pelas cidades-gêmeas. Embora o Brasil não exerça jurisdição sobre o lado externo da zona de fronteira, as relações com países vizinhos demandam cooperação diplomática e iniciativas integradoras para tratar de questões como comércio, migração, segurança e turismo (MACHADO *et al*., 2007)[7].

Conforme a última atualização da Portaria MIDR nº 2.507, de 5 de outubro de 2021:

> *Art. 1º Serão considerados cidades gêmeas os Municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial deintegração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.*
> *Art. 2º Não serão consideradas cidades gêmeas aquelas que apresentem, individualmente, população inferior a dois mil habitantes*

Devido às condições da fronteira amazônica, caracterizada pela presença massiva de áreas de preservação e comunidades indígenas possuindo baixo grau de povoamento, a fronteira do Arco Norte e Rondônia possui apenas nove cidades-gêmeas com outras de países vizinhos[8], com as quais mantém trocas e interações cotidianas[9]. A maioria está localizada no Acre, que possui quatro cidades-gêmeas sendo, Pará é o único Estado que não possui nenhuma.

As cidades vizinhas dos países fronteiriços do Brasil possuem populações diversas e culturalmente ricas. Essa diversidade populacional gera desafios e oportunidades para a integração e o desenvolvimento das cidades-gêmeas. Aspectos como bilinguismo, práticas culturais e cooperação econômica são fundamentais para a convivência harmoniosa e o crescimento conjunto das regiões fronteiriças.

---

7. MACHADO, L. O. *et al*. "O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual metodológica". In: OLIVEIRA, T. C. M. (Org.). Território sem Limites. Estudos sobre Fronteiras. Campo Grande: Editora da UFMS, 2007.
8. Atualmente, o país possui 33 cidades-gêmeas. Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul são os Estados que concentram o maior número. No entanto, a maior cidade-gêmea é Foz do Iguaçu, que está localizada no Paraná.
9. De acordo com as classificações de Regiões de Influência das Cidades - REGIC - do IBGE (2018), "*arranjo populacional é o agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais*". Na Faixa de Fronteira amazônica, há seis Arranjos Populacionais Internacionais (APIs) identificados: APIs de Guajará-Mirim/Brasil - Guayaramerín/ Bolívia, Assis Brasil/Brasil, Cobija/Bolívia - Brasiléia/ Brasil, Tabatinga/Brasil - Letícia/Colômbia, Bonfim/Brasil - Ireng/Guiana, Oiapoque/Brasil.

Sobre as dinâmicas ocorrentes no lado externo da zona de fronteira, o Brasil não tem jurisdição. Mas, sobre essas dinâmicas o país deve buscar cooperação diplomática e posicionamento programático e produtivo. Além de atributos comuns a outras frações do território nacional como, por exemplo, nas questões socioambientais, uma das particularidades da fronteira são as questões de defesa nacional e a exposição tênue e vulnerável a crimes transfronteiriços. Tudo isso exige políticas, estratégias e estruturas de governança que favoreçam o desenvolvimento sustentável e ampliem a integração regional, garantindo qualidade de vida para as populações que compartilham essas regiões fronteiriças, ao mesmo tempo sem fragilizar o interesse nacional.



Foto: Alexandre Costa/Agência Pará

Os municípios acreanos de **Brasiléia** e **Epitaciolândia (AC)** integram um contínuo urbano binacional com **Cobija (Bolívia)**, consolidando uma dinâmica territorial, econômica e social peculiar. São classificadas pela Regic (IBGE, 2018) como Centros Sub-regionais B (3B) e desempenham funções de articulação regional, enquanto a capital Rio Branco concentra atividades administrativas e econômicas de maior complexidade. Brasiléia e Epitaciolândia integram o Arranjo Populacional (AP) Cobija/Bolívia-Brasiléia/Brasil, refletindo o caráter transfronteiriço e o papel de Cobija como um polo econômico e comercial de influência sub-regional.

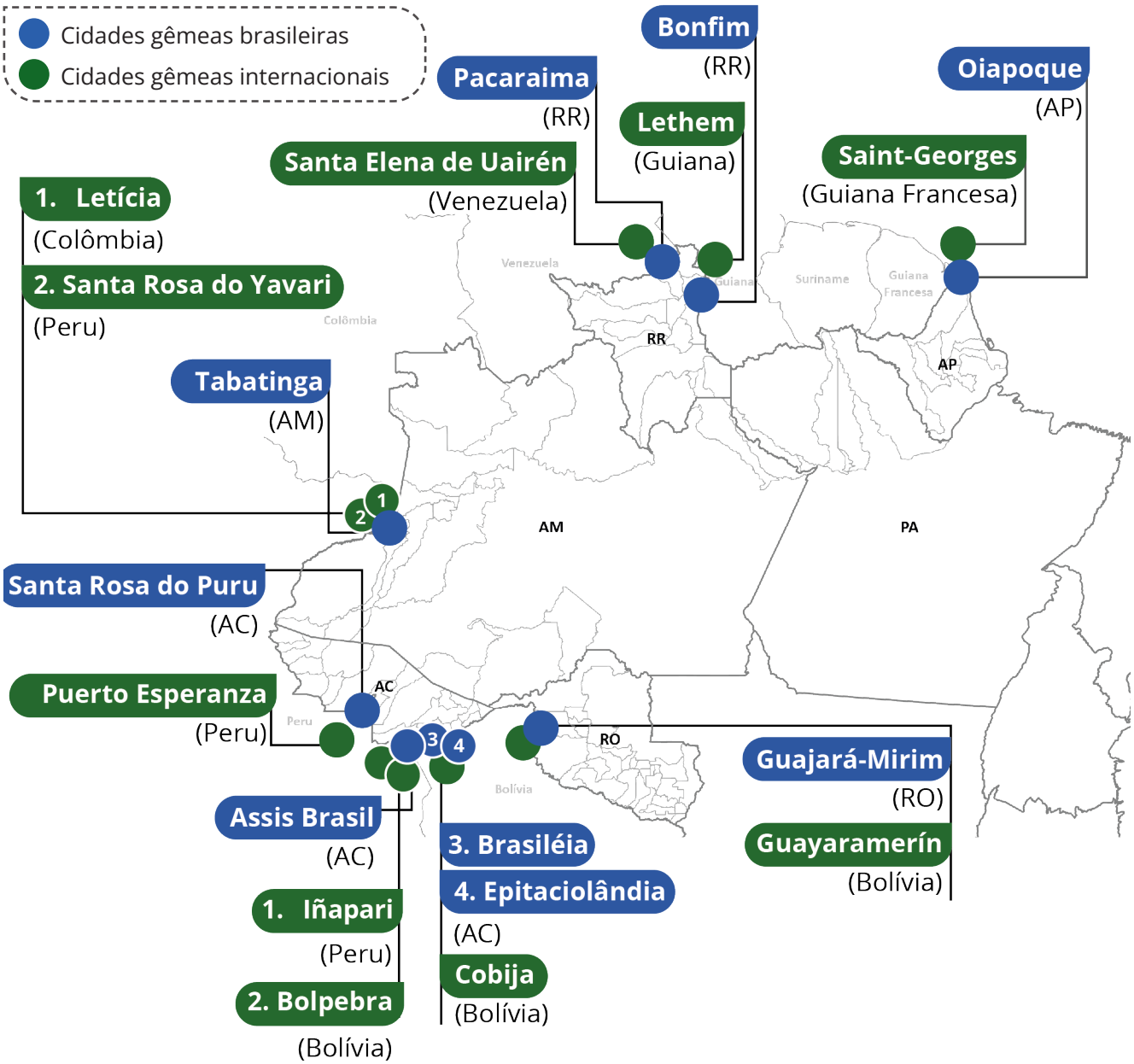
Assis Brasil (AC), que forma uma conurbação com **Iñapari (Peru)** e **Bolpebra (Bolívia)**, ocupa posição estratégica na BR-317, conectando o Brasil ao Peru. **Santa Rosa do Purus (AC)** forma cidade-gêmea com o povoado de **Palestina (Peru)**, que faz parte do distrito de Puerto Esperanza, no departamento de Ucayali.

Pacaraima (RR) possui localização estratégica na fronteira com a Venezuela, com a cidade de **Santa Helena de Uairén (Venezuela).** Essa posição confere ao município um papel central nos fluxos migratórios, no comércio transfronteiriço e na prestação de serviços, fortalecendo sua relevância regional. **Bonfim (RR)**, por outro lado, mantém interações importantes com **Lethem (Guiana)**, embora em escala mais discreta, refletindo um padrão de conectividade transfronteiriça menos intenso (Silva, 2017).

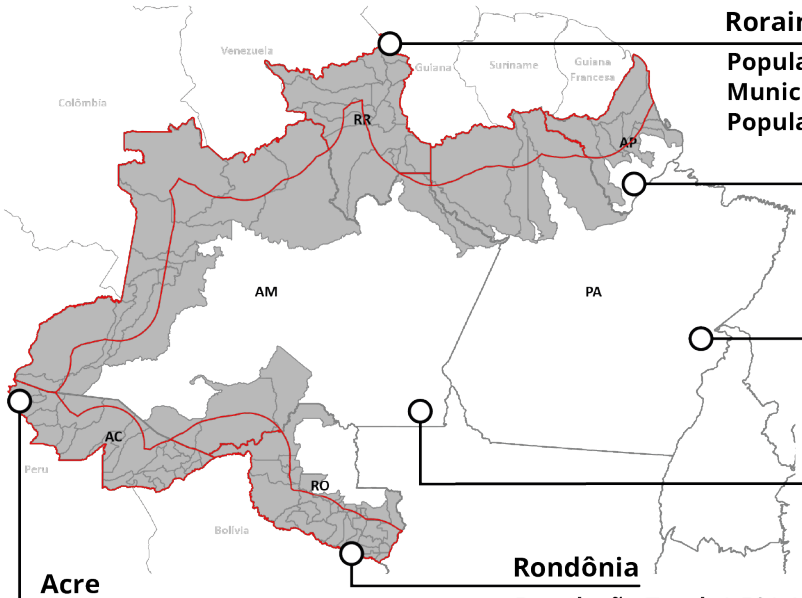
Tabatinga (AM) está inserida em uma rede única de interações transnacionais, marcada por trocas culturais, econômicas e sociais numa localização estratégica na tríplice fronteira entre Brasil, **Colômbia (Letícia)** e **Peru (Santa Rosa de Yavari)**. Nesse contexto, o Rio Solimões desempenha um papel fundamental como principal corredor de integração, conectando comunidades indígenas, centros urbanos e países vizinhos, além de viabilizar o fluxo de bens, serviços e pessoas, consolidando a relevância da sub-região no coração da Amazônia. As cidades de Tabatinga e Letícia possuem um acordo de Zona Regime Especial Fronteiriço, criado em 2008, com decreto de regulamentação em 2015, que estabelece um regime especial aplicado ao comércio de mercadorias para consumo ou comercialização na área fronteiriça.

Guajará-Mirim (RO) forma uma cidade-gêmea com **Guayaramerín (Bolívia)** . Essa relação binacional é marcada por intensos fluxos comerciais, culturais e sociais, que reforçam a integração entre os dois países. A cidade concentra seus equipamentos urbanos em torno da Avenida 15 de Novembro, que conecta a zona portuária ao rio Madeira-Mamoré, consolidando seu papel como ponto estratégico de integração transfronteiriça com o departamento boliviano de Beni. A despeito de sua relevância histórica e estratégica, Guajará-Mirim, é classificada pela Regic (IBGE, 2018) como Centro Local. Essa classificação reflete uma influência limitada, com forte dependência estrutural da capital estadual para acesso a serviços, mercados e infraestrutura.

Oiapoque (AP) tem como cidade-gêmea **Saint-Georges-de-l'Oyapock (Guiana Francesa)**. Ligadas pelo Rio Oiapoque, essas cidades expressam dinâmicas sociais, econômicas e culturais fortemente interdependentes, marcadas por fluxos cotidianos e por desafios comuns relacionados à infraestrutura, à integração territorial e à provisão de serviços públicos.



Caracterização Sociodemográfica



Roraima
População Total: 636.707
Municípios Fronteiriços: 15
População Fronteiriça: 636.707 | 100%

Amapá
População Total: 733.759
Municípios Fronteiriços: 8
População Fronteiriça: 109.140 | 14,87%

Pará
População Total: 8.120.131
Municípios Fronteiriços: 5
População Fronteiriça: 232.908 | 2,87%

Amazonas
População Total: 3.941.613
Municípios Fronteiriços: 19
População Fronteiriça: 504.450 | 12,79%

Rondônia
População Total: 1.581.196
Municípios Fronteiriços: 28
População Fronteiriça: 964.355 | 60,99%

Acre
População Total: 830.018
Municípios Fronteiriços: 22
População Fronteiriça: 830.018 | 100%

CONSIDERE

Um aspecto relevante a se observar na análise populacional é a vasta extensão territorial de muitos municípios na área de fronteira, que, em alguns casos, supera a área de estados brasileiros ou até mesmo de países inteiros. Em algumas regiões, a dimensão municipal ultrapassa 700 km de largura, sendo bem superior à faixa de fronteira brasileira. Exemplo disso é o Estado do Pará que conta com apenas cinco municípios na Faixa de Fronteira, sendo que nenhum deles possui sua sede municipal dentro desta. A distância das sedes desses municípios até a faixa é, inclusive, mais distante que a própria largura da faixa, com seus 150 km.

A partir da tabela, é possível observar que dos 97 municípios, apenas 15 possuem sede na linha de fronteira e outros 47 possuem sede na Faixa de Fronteira, sendo que destes 24 são em municípios não lindeiros. Se olharmos os dados populacionais por setor censitário, isso significa que, da população total dos municípios da Faixa de Fronteira, somente 2.115.203 habitantes estariam de fato nesta inseridos, o que corresponde a 64,5% do total.

Tabela 1 - População municípios lindeiros e não-lindeiros da Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia

Estados	Municípios Lindeiros						Municípios Não Lindeiros			
	Com sede na Linha de Fronteira		Com sede dentro da Faixa de Fronteira		Com sede fora da Faixa de Fronteira		Com sede dentro da Faixa de Fronteira		Com sede fora da Faixa de Fronteira	
	Total	Pop.	Total	Pop.	Total	Pop.	Total	Pop.	Total	Pop.
Acre	5	76.140	10	241.252	2	53.339	5	459.287	0	0
Amapá	1	27.482	0	0	1	35.114	0	0	6	46.544
Amazonas	3	119.726	2	65.959	3	55.903	3	82.229	8	180.633
Roraima	3	47.214	6	90.410	0	0	6	499.083	0	0
Pará	0	0	0	0	3	154.803	0	0	2	78.105
Rondônia	3	54.170	5	80.054	1	460.434	10	204.257	9	165.440
Total	**15**	**324.732**	**23**	**477.675**	**10**	**759.593**	**24**	**1.244.856**	**25**	**470.722**

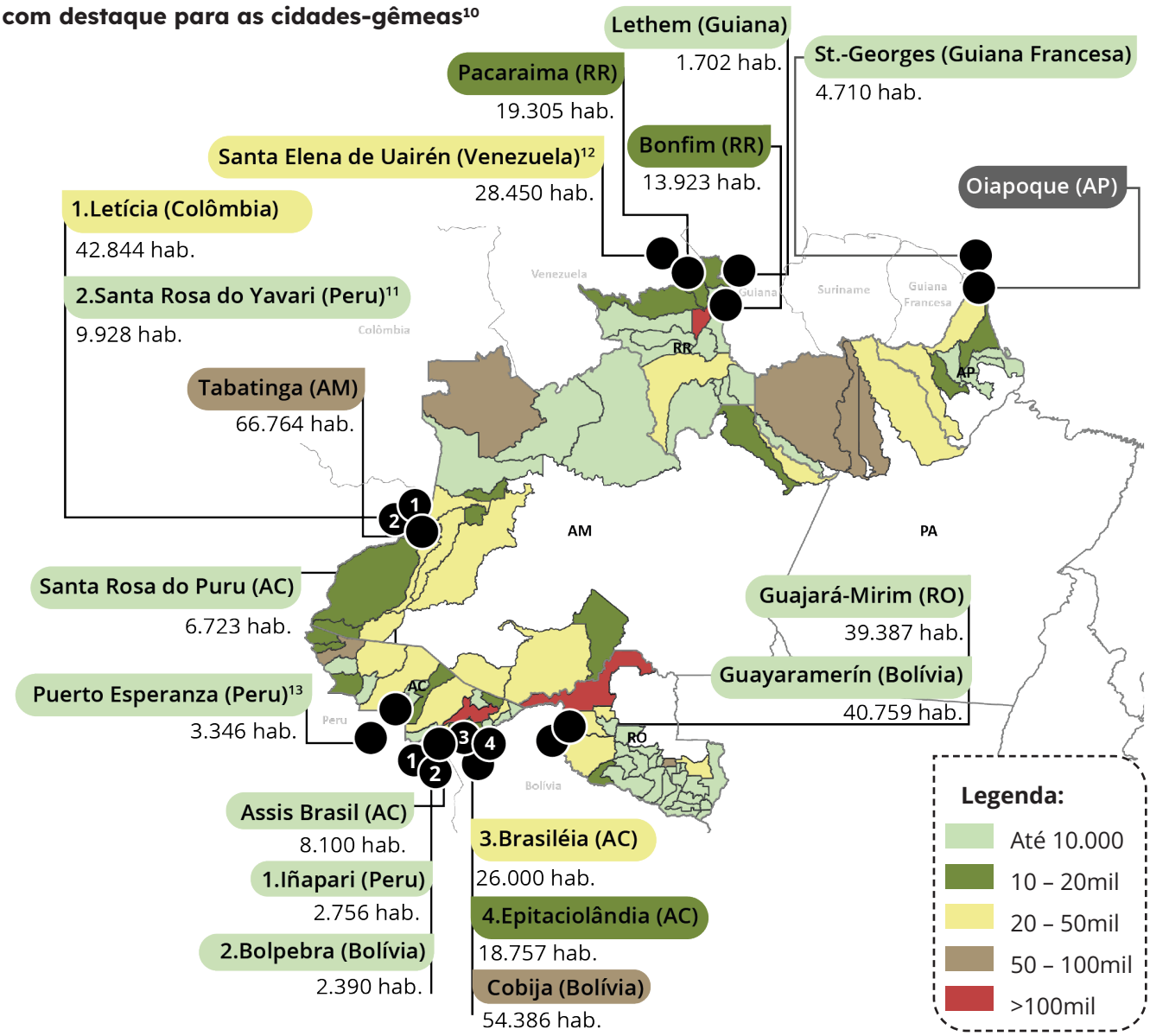
Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir dos dados Censo IBGE, 2022.

Quando analisamos os dados populacionais dos municípios, observa-se que apenas as Capitais - Porto Velho (RO), Rio Branco (AC) e Boa Vista (RR) - possuem população acima de 100.000 habitantes. Tabatinga (AM), São Gabriel da Cachoeira (AM), Cruzeiro do Sul (AC) e Vilhena (RO) são as cidades fronteiriças que possuem mais de 50.000 habitantes. No Pará, apesar de Óbidos, Oriximiná e Alenquer possuírem mais de 50.000 habitantes, apenas 2.624 habitantes se inscrevem em setores censitários que integram a Faixa de Fronteira.

Nas cidades-gêmeas, além de considerar a população fronteiriça brasileira, buscou-se analisar também dados populacionais das cidades internacionais. A partir dos dados mais recentes de Censo dos países vizinhos, Cobija, na Bolívia, aparece como a maior cidade-gêmea internacional, possuindo mais de 50.000 habitantes. As cidades-gêmeas de Brasiléia e Epitaciolândia, que fazem fronteira com Cobija, nesse cenário de estimativas, totalizariam 44.757 pessoas.

Outro destaque é para o caso de Guajará-Mirim (RO) e Guayaramerin (Bolívia) que apresentam certo equilíbrio populacional. Juntas as cidades somam 80.146 habitantes. Lethem (Guiana) aparece como a menor cidade-gêmea internacional. Vale destacar, no entanto, que o dado mais recente disponibilizado pela Guiana é de 2012, o que impossibilita compreender a situação populacional atual pelos dados secundários.

População dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia com destaque para as cidades-gêmeas[10]



10. Segundo dados do Censo: Brasil, 2022; Bolívia, 2024; França, 2022; Colômbia,2018; Peru, 2017; Guiana, 2012; Venezuela, 2011.
11. Santa Rosa é uma pequena ilha sobre o rio Solimões, localizada no distrito de Yavari, na província de Ramón Castilha, circunscrita ao departamento de Loreto.
12. Santa Elena de Uiarén é uma localidade dentro do distrito chamado Gran Sabana, que pertence ao Estado de Bolívar, não sendo possível identificar a população da localidade que corresponde à cidade-gêmea.
13. Puerto Esperanza é uma localidade do distrito de Purus. O dado disponibilizado do Censo refere-se à população total do distrito, não sendo possível identificar a população da localidade que corresponde à cidade-gêmea.

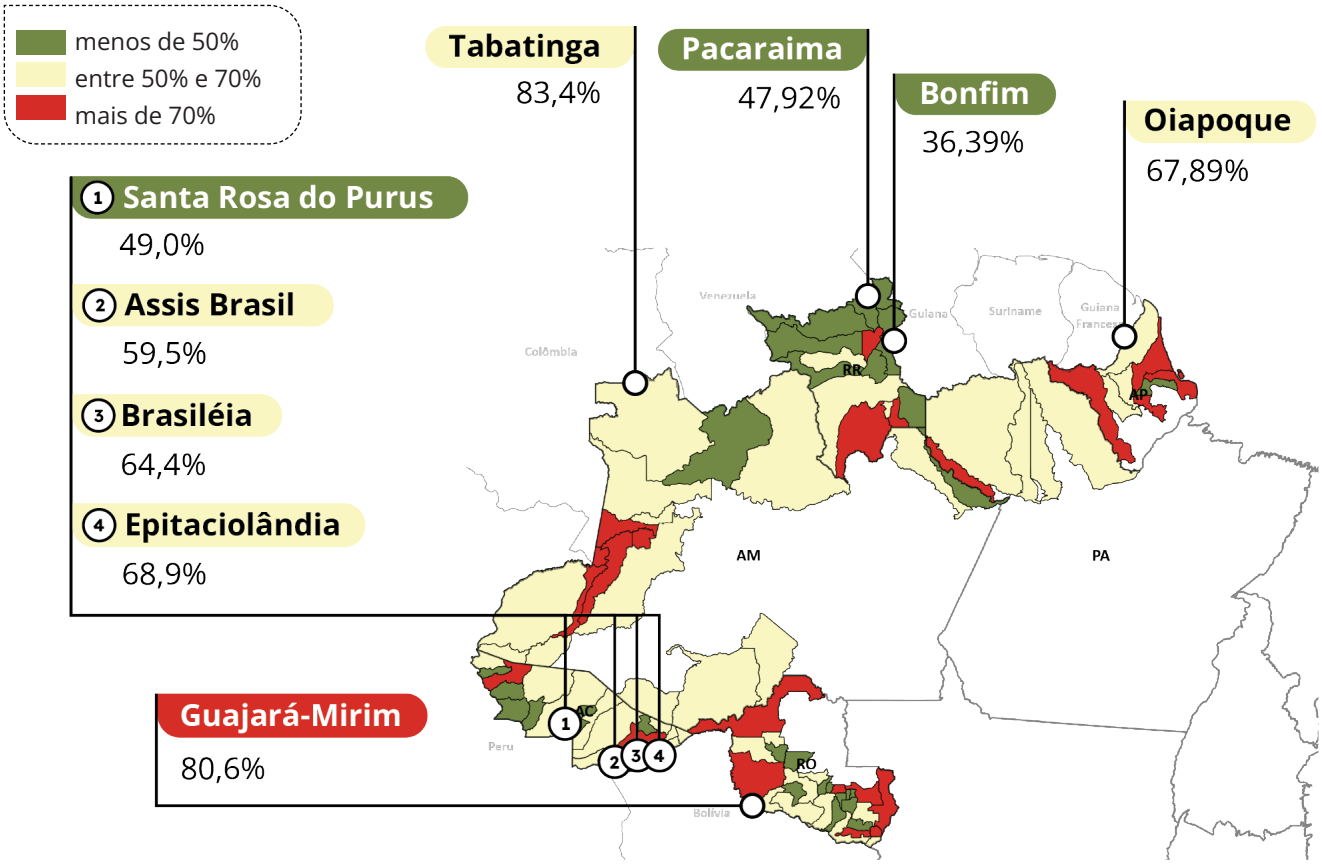
Grau de Urbanização

As Capitais incluídas na Faixa de Fronteira amazônica que apresentam o maior grau de urbanização são:

Boa Vista com 97,3% | **Rio Branco com 95,3%** | **Porto Velho com 92,6%**

Dentre as cidades-gêmeas, Tabatinga/AM é aquela que apresenta maior taxa de urbanização (83,4%) e, junto com Letícia (Colômbia), exerce influência de alcance regional. Guajará-Mirim/RO detém a segunda posição (80,6%), mantendo com Guayaramerín, na Bolívia, importante área de integração comercial e cultural com intensa troca de mercadorias e fluxo de pessoas. Isso porque, apesar das características predominantemente naturais e pouco urbanizadas do território, a concentração dos serviços essenciais, infraestrutura e atividades econômicas na Sede municipal a tornam o principal polo de desenvolvimento local.

Grau de urbanização dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia com destaque para as cidades-gêmeas



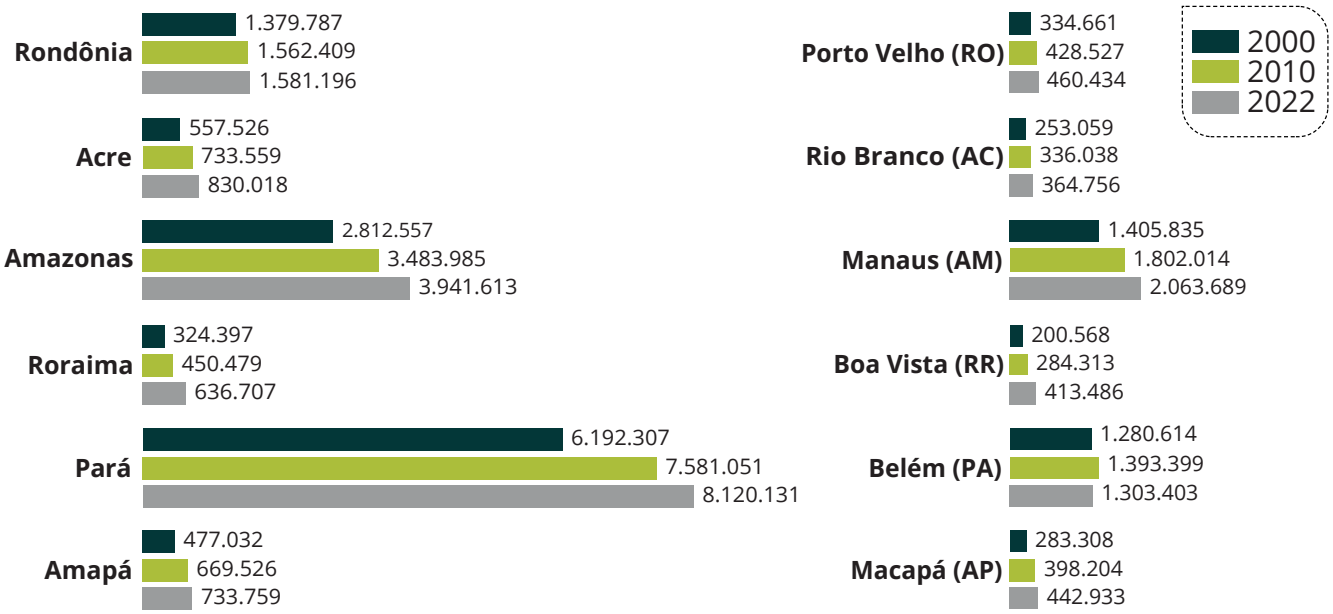
Dinâmicas demográficas

As dinâmicas demográficas na Faixa de Fronteira são influenciadas por uma variedade de fatores, que vão desde o desenvolvimento econômico, a expansão agropecuária e a urbanização, até as políticas públicas e os desafios ambientais.

Numa avaliação por Estado, é possível verificar que aquele com maior crescimento absoluto nas últimas décadas é o Pará, que passou de 6.192.307 hab em 2000 para 8.120.131 hab em 2024. Já em termos percentuais, os maiores crescimentos se deram no Amapá entre 2000 e 2010 (40%) e em Roraima entre 2010 e 2022 (41%).

Nas capitais que se encontram na Faixa de Fronteira, Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC) apresentaram aumento considerável entre as décadas 2000-2010 e Boa Vista (RR) cresceu 45% no período 2010-2022, na contramão das tendências demográficas do país, em parte por conta da migração venezuelana.

Gráfico 1 - Crescimento populacional Estados e Capitais da Fronteira do Arco Norte e Rondônia (habitantes)

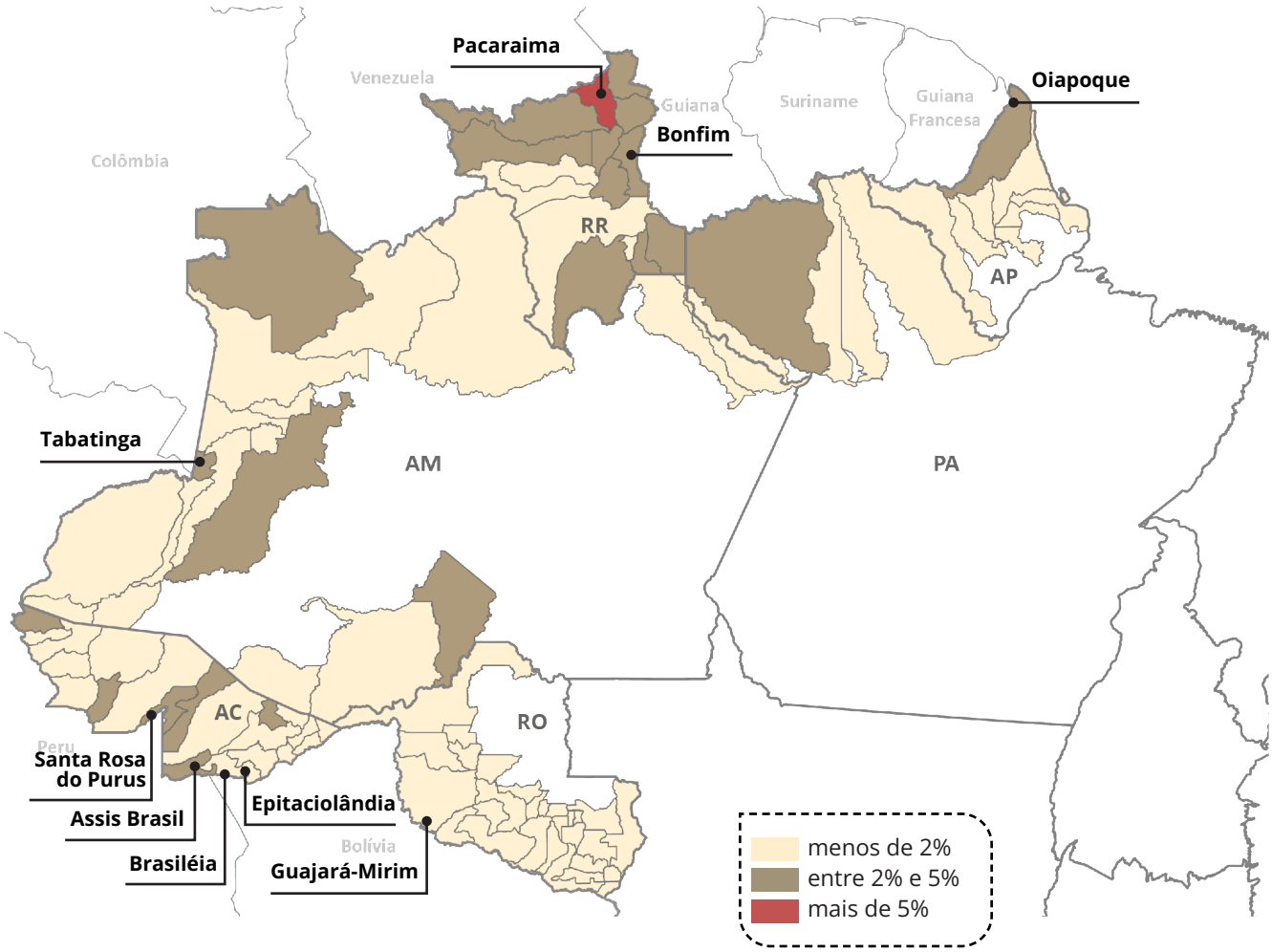


Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir do Censo IBGE, 2022.

Em geral, os municípios brasileiros da fronteira ganharam, em maior ou menor grau, população nas últimas décadas. A exceção se dá no Estado de Rondônia, pela considerável perda de população em diversos municípios. O maior decréscimo é observado em Campo Novo de Rondônia, que em termos percentuais perdeu 30% da população no período de 2010 a 2022.

Em Roraima, chama atenção o crescimento expressivo de 85% da população entre 2010-2022 em Pacaraima, ainda que em números absolutos o crescimento não passe de 20 mil habitantes. Porta de entrada de imigrantes venezuelanos no país, o Município passou de 10.433 hab em 2010 para 19.305 hab em 2022, com taxa de crescimento anual de 5,26% ao ano, o maior crescimento anual da área estudada.

Taxa de crescimento anual da população dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia com destaque para as cidades-gêmeas (2010-2022)



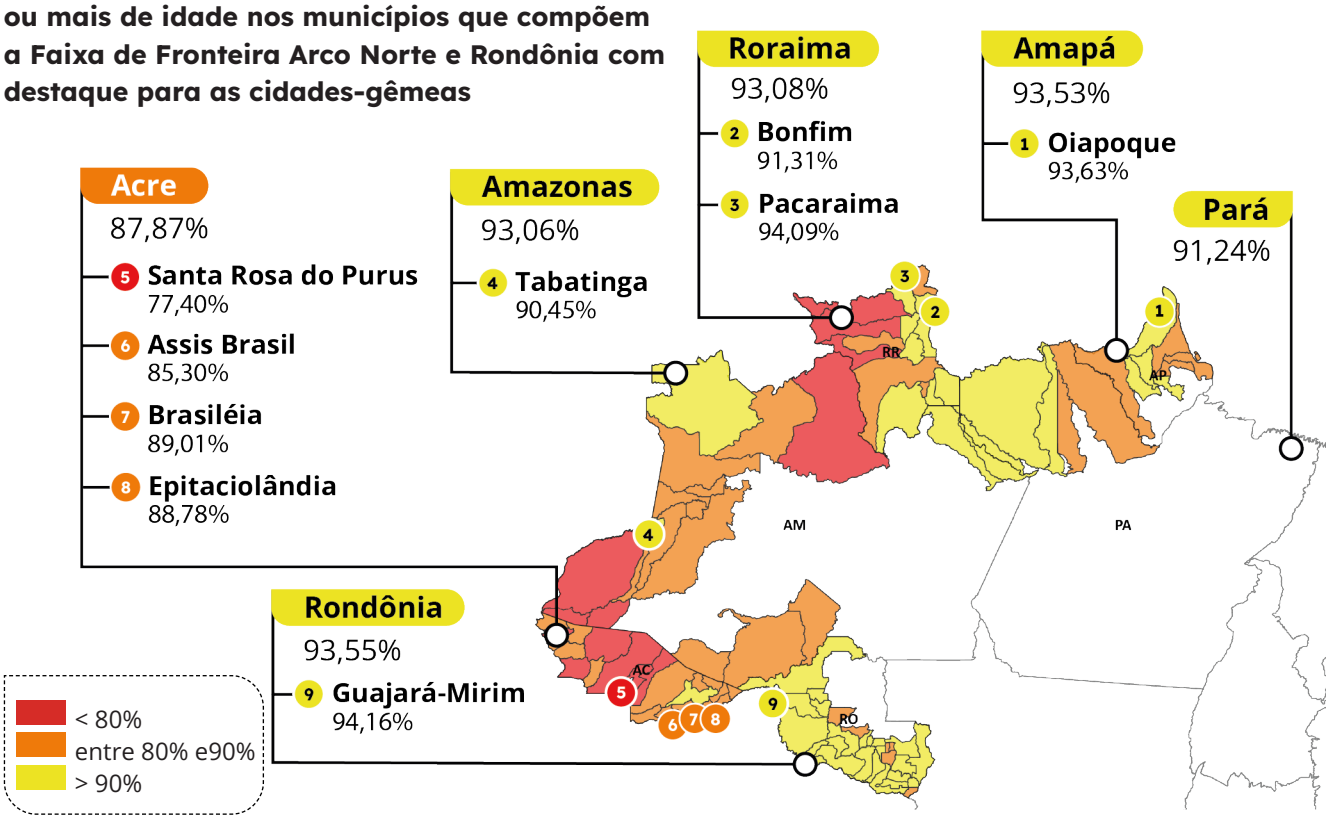
Alfabetização

De acordo com os dados do Censo Demográfico IBGE 2022, as taxas de alfabetização para a população com 15 anos ou mais nos estados da Faixa de Fronteira amazônica atingem a média brasileira de 93% da população alfabetizada. No Acre, porém, os dados mostram que 73.835 pessoas (12,1%) nessa faixa etária no Estado não sabem ler ou escrever.

Embora tenha havido redução em relação ao Censo de 2010 (16,6%), o Acre ainda apresenta a maior taxa de analfabetismo da região. Municípios como Marechal Thaumaturgo, Feijó, Manoela Urbano, Tarauacá e Rodrigues Alves apresentam menos de 80% da população alfabetizada. Vale destacar que, numa análise por municípios, Alto Alegre e Amaraji em Roraima são os que apresentam as menores taxas de alfabetização, com 63,19% e 68,17%, respectivamente.

Com relação às cidades-gêmeas, também no Acre é onde se observa as menores taxas de alfabetização. Santa Rosa do Purus (AC) tem o menor percentual de alfabetização (77,4%) enquanto em Guajará-Mirim, 94,16% da população com mais de 15 anos está alfabetizada.

Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade nos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia com destaque para as cidades-gêmeas



Análise por Eixos Temáticos

O processo de elaboração das bases dos PDIFFs pretende contribuir para o avanço na implementação das agendas integradas de desenvolvimento regional com foco em sustentabilidade, inovação e na cooperação com os países vizinhos em setores estratégicos como Bioeconomia, TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) e Economia Circular (energias renováveis, gestão de resíduos e recursos hídricos), conforme orientação do Programa Fronteira Integrada do MIDR. Desta forma, para organização deste trabalho, a análise dos territórios de fronteira se deu a partir de cinco grandes eixos temáticos: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática; Infraestrutura para o Desenvolvimento; Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social; Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais; Integração Regional, Migrações e Segurança.

Esta organização permite uma abordagem quali-quantitativa que considera diferentes dinâmicas socioeconômicas e condicionantes ambientais. A dimensão quantitativa concentrou-se na análise de dados obtidos em fontes institucionais, enquanto a dimensão qualitativa buscou interpretar as dinâmicas socioespaciais, fornecendo um panorama sobre os fenômenos observados.

Exatamente pelo seu caráter de subsídio, o diagnóstico por eixos temáticos foi construído como um panorama geral, mais do que um diagnóstico aprofundado dos temas envolvidos. Buscou-se operar em diferentes escalas simultaneamente, de modo a compreender os diferentes processos e os impactos locais, bem como oferecer subsídios para se pensar políticas públicas integradas a investimentos estruturantes que equilibrem o desenvolvimento econômico com a inclusão social e a preservação ambiental, respeitando as especificidades de cada território. No âmbito regional, alguns aspectos merecem destaque e são a seguir relacionados.

Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Com grande extensão, a faixa de fronteira amazônica abriga uma diversidade de usos, desde áreas protegidas destinadas à conservação ambiental até territórios pressionados por atividades ilegais e expansão urbana desordenada. Compreender as dinâmicas de acesso, uso e gestão da terra é essencial para a formulação e implementação de políticas públicas.

A predominância de espaços territoriais especialmente protegidos, os entraves na regularização fundiária, as inconsistências no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a crescente pressão agropecuária criam um cenário de disputa pelo território da fronteira amazônica. Um dos desafios centrais está na gestão dos territórios protegidos, especialmente nas Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs), que ocupam parcelas expressivas da Faixa de Fronteira e estão sob constante pressão de atividades ilegais, incluindo grilagem de terras, garimpo, exploração madeireira e limitações político-institucionais que comprometem a fiscalização e o monitoramento efetivo desses territórios.

A heterogeneidade na regularização ambiental e a falta de articulação entre marcos regulatórios agravam esse cenário. A persistência das sobreposições no Cadastro Ambiental Rural (CAR) que, em alguns casos, ultrapassam a própria extensão territorial dos municípios, ressaltam a necessidade de maior rigor na verificação das informações declaradas. Essas sobreposições podem revelar conflitos fundiários latentes e, em alguns casos, indícios de grilagem de terras. Nesse sentido, o CAR desempenha um papel relevante ao expor essas inconsistências, reforçando a importância do aprimoramento nos processos de validação e integração com outras bases de dados fundiários e ambientais.

Pode-se dizer, ainda, que os dados sugerem forte correlação entre a expansão agropecuária, o avanço da fronteira agrícola e o aumento das emissões de gases de efeito estufa (GEE). A conversão de áreas florestais em pastagens e monoculturas contribui diretamente para o desmatamento e a intensificação das emissões de carbono, tornando necessária a adoção de estratégias que conciliem produção agropecuária e preservação ambiental. Esse vínculo reforça a importância de integrar políticas de ordenamento territorial com ações de gestão climática, garantindo que o desenvolvimento econômico ocorra de forma sustentável e alinhada aos compromissos ambientais internacionais do país. Os Municípios em estudo têm capacidade muito baixa para a implementação de programas ou ações de prevenção contra impactos dos fenômenos climáticos.

Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT)

A **PNOT** tem como objetivo promover a resiliência territorial, que envolve a adaptação dos territórios a mudanças sociais, econômicas e ambientais. Também busca incentivar a contratualização territorial, uma abordagem inovadora que impulsiona pactos e acordos entre diferentes agentes para alinhar interesses e estratégias de atuação. A PNOT está em processo de elaboração por um Grupo Interministerial, instituído em 2024 pelo Decreto no 11.920, de 14 de fevereiro de 2024, que tem o prazo de dois anos para elaborar a proposta e propor o modelo de governança para a implementação dessa política.

Saiba mais:

Infraestrutura para o Desenvolvimento

A implantação de infraestruturas na Faixa de Fronteira amazônica abre oportunidades para dinamizar a economia local, impulsionar o escoamento da produção da região e promover maior integração com os países vizinhos. No entanto, o planejamento e os investimentos em infraestrutura devem ser conduzidos de forma criteriosa, de modo a garantir os direitos das comunidades locais e sem comprometer a sociobiodiversidade. Deve-se considerar que a Floresta em pé é um ativo local para o desenvolvimento da região amazônica.

A infraestrutura de transportes e logística desempenha importante atribuição na integração da região com o restante do Brasil e com os mercados internacionais. Para além do transporte rodoviário, os modais fluvial e aéreo assumem função central na conectividade da região, viabilizando o deslocamento de pessoas e o escoamento de mercadorias em áreas de difícil acesso, marcadas por grandes distâncias e baixa densidade, além de garantirem maior agilidade no acesso a serviços essenciais e na integração com centros urbanos mais dinâmicos.

No que se refere à infraestrutura energética, apesar dos avanços na Região Norte, ainda persistem assimetrias territoriais, especialmente em áreas remotas, onde predominam sistemas isolados e soluções de menor escala. As infraestruturas de comunicação também enfrentam limitações, sobretudo quanto à cobertura e à qualidade dos serviços em regiões rurais e de difícil acesso, o que restringe a conectividade e o acesso a oportunidades.

No campo do saneamento, os desafios são ainda mais estruturais, com déficits significativos na oferta de água tratada, esgotamento sanitário e a predominância de lixões como forma de destinação final dos resíduos sólidos. Esse cenário evidencia a necessidade de maior articulação entre políticas públicas, planejamento integrado e investimentos direcionados, considerando, sobretudo, a natureza transfronteiriça de parte desses problemas, que demandam soluções coordenadas entre estados e países vizinhos.

Rotas de Integração Sul-Americana

As Rotas são um projeto do Governo Federal, desenhado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), para conectar o Brasil aos vizinhos, reduzir custos logísticos e facilitar o acesso à Ásia pelo Pacífico. Aprovadas no Consenso de Brasília (2023), visam integrar a infraestrutura física e digital, impulsionando o comércio e desenvolvimento regional. São elas:

- **Rota 1 - Ilha das Guianas:** compõe-se de rodovias e hidrovias. Inclui os estados de Roraima e Amapá, no total, além de parte dos estados Amazonas e Pará. Abarca Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela.
- **Rota 2 - Amazônica:** Integra o estado do Amazonas ao Peru, Colômbia e Equador, utilizando rodovias e hidrovias (Rios Amazonas e Solimões).
- **Rota 3 - Quadrante Rondon:** Liga Acre, Rondônia e parte dos estados do Amazonas, do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul à Bolívia, Peru e norte do Chile.
- **Rota 4 - Bioceânica Centro-Oeste:** Conecta Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, via Paraguai e Argentina, ao Chile, facilitando o acesso ao Pacífico.
- **Rota 5 - Bioceânica do Sul:** Conecta Rio Grande do Sul e alguns trechos do sudeste de Santa Catarina ao Uruguai, Argentina e Chile.

Saiba mais:

Programa Norte Conectado

O Programa Norte Conectado tem a finalidade de expandir a infraestrutura de comunicações na Região Amazônica, por meio da implantação de cabos de fibra óptica subfluvial, visando atender à população e às políticas públicas de telecomunicações, educação, pesquisa, saúde, defesa e do judiciário. A implantação é baseada em uma infraestrutura de telecomunicações que interligará diversos municípios e localidades na Região Norte do país. Com isso, o Programa propõe ampliar o acesso à internet na região, com possibilidade de integração aos países vizinhos que compõem a Pan Amazônia.

Saiba mais:

Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

Diversas atividades socioeconômicas da Faixa de Fronteira amazônica estão vinculadas aos recursos naturais da floresta. Segmentos relacionados à bioeconomia constituem potencialidades econômicas da região como o extrativismo de produtos florestais madeireiros sob manejo sustentável e de produtos florestais não madeireiros - frutos, óleos, resinas e ervas, pesca de manejo sustentável, cultivo de lavouras permanentes, temporárias e a hortifruticultura. Pode-se considerar ainda o desenvolvimento de novos mercados, como medicinais, fármacos e cosméticos, associados à biodiversidade; o ecoturismo e o etnoturismo.

A importância socioeconômica desses produtos decorre da possibilidade de aproveitamento de elementos da cultura local, de comunidades e povos tradicionais, que podem integrar práticas tradicionais de agroextrativismo, respeitando a biodiversidade local, para gerar ganhos econômicos com inclusão produtiva, preservação e restauração ambiental. O desenvolvimento sustentável exige um equilíbrio entre o crescimento econômico, a conservação ambiental e a justiça social. Assim, o fomento às atividades produtivas sustentáveis, em especial a bioeconomia, surge como caminho para garantir que o aproveitamento dos recursos naturais ocorra de forma responsável e regenerativa.

Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio)

O PNDBio é o principal mecanismo de implementação da Estratégia Nacional de Bioeconomia, que visa coordenar políticas públicas para o desenvolvimento de cadeias produtivas baseadas em recursos biológicos, promovendo sustentabilidade, descarbonização e valorização da biodiversidade. A bioeconomia, conforme definida no decreto nº 12.044, de 5 de junho de 2024, é um modelo de desenvolvimento produtivo e econômico baseado em justiça, ética e inclusão, que utiliza recursos naturais de forma sustentável, regenerativa e conservacionista, integrando conhecimentos científicos e tradicionais. O PNDBio está organizado em três eixos: Sociobioeconomia e ativos ambientais; Bioindustrialização competitiva e Produção sustentável de biomassa.

Saiba mais:

Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Os povos e comunidades tradicionais no Brasil são reconhecidos por suas formas próprias de organização social e cultural, intimamente ligadas ao território e à natureza. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040/2007) define esses grupos como culturalmente diferenciados, com modos específicos de organização e uso dos recursos naturais para sua reprodução cultural, social, religiosa e econômica. Entre esses povos estão indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas e outros, totalizando 28 segmentos.

Na faixa de fronteira do Arco Norte e em Rondônia, povos indígenas, comunidades quilombolas e populações extrativistas desempenham papel fundamental na preservação da sociobiodiversidade amazônica e na manutenção dos modos de vida tradicionais. A região abriga mais de 100 Terras Indígenas, onde vivem mais de 50 etnias, além de territórios quilombolas reconhecidos e comunidades extrativistas distribuídas em dezenas de unidades de conservação. O uso sustentável dos recursos naturais, por meio do extrativismo, da pesca artesanal e de práticas tradicionais, contribui para a geração de renda, o fortalecimento das economias locais e a permanência dessas populações em seus territórios.

A garantia dos direitos desses povos, reconhecidos por suas formas de organização social e cultural relacionadas aos seus vínculos com o território e com a natureza, constitui dimensão essencial para qualquer projeto comprometido com o desenvolvimento sustentável na Amazônia. No entanto, essas populações vêm enfrentando ameaças como o avanço do garimpo ilegal, desmatamento, exploração ilegal de recursos naturais e a presença do narcotráfico em suas terras, intensificando os conflitos e a violência na região. Apesar dessas garantias legais, as comunidades também enfrentam dificuldades na regularização de suas terras e na defesa de seus direitos. A proteção de seus modos de vida, práticas culturais e saberes tradicionais é, portanto, fundamental para a construção de um modelo de desenvolvimento socialmente justo.

Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto no 6.040, de 2007, tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

A PNGATI, instituída pelo Decreto nº 7.747/2012, visa proteger, recuperar e conservar os ecossistemas, garantindo o uso sustentável dos recursos naturais em terras indígenas. Ela fortalece a autonomia indígena, integra povos tradicionais e o Estado, e é essencial para o combate às mudanças climáticas. São sete eixos que estruturam os objetivos específicos da política: I – proteção territorial e dos recursos naturais; II- governança e participação indígena; III- áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas; IV-prevenção e recuperação de danos ambientais; V- uso sustentável dos recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas; VI- propriedade intelectual e patrimônio genético e VII- capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental.

Saiba mais:



Integração Regional, Migrações e Segurança

Interações entre países fronteiriços, ao mesmo tempo que facilitam os fluxos comerciais, políticos e culturais, envolvem o gerenciamento das migrações e questões de segurança. A análise das dinâmicas migratórias e dos contextos de violência e criminalidade é fundamental para compreender os desafios e oportunidades para a integração regional no contexto da fronteira amazônica.

A análise dos fluxos migratórios revela dinâmicas complexas impulsionadas por fatores econômicos, políticos e humanitários. Na última década, observou-se uma intensificação dos movimentos migratórios, especialmente relacionados à crise humanitária na Venezuela e ao impacto das políticas migratórias brasileiras. Roraima continua a ser a principal porta de entrada de migrantes venezuelanos, enquanto estados como Amapá e Pará apresentam padrões diferenciados, com um aumento da presença de

imigrantes de outros países da América Latina e de outras regiões do mundo, como Filipinas e Haiti. A predominância masculina, a diversidade de nacionalidades e o crescimento dos residentes temporários são tendências-chave que moldam a dinâmica migratória da região amazônica.

Há ainda desafios enfrentados na gestão das migrações, incluindo a necessidade de ampliação de políticas de acolhimento, interiorização e regularização migratória. O fortalecimento de redes de apoio interinstitucionais e a implementação de programas que garantam o acesso a serviços essenciais, como moradia, saúde, educação e trabalho, são medidas fundamentais para a promoção dos direitos humanos dos migrantes e refugiados.

Já os dados e indicadores analisados sobre a violência nos estados da Região Norte e seus municípios fronteiriços evidenciam um cenário marcado pela interdependência entre violência, migração e vulnerabilidade socioeconômica. A Região Norte do Brasil apresenta taxas historicamente elevadas de violência letal, com destaque para a interiorização dos homicídios, que passaram a se concentrar em municípios do interior a partir dos anos 2000. A violência é potencializada pela atuação de facções criminosas, pela exploração de recursos naturais e pela fragilidade das políticas públicas de segurança.

Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF)

O PPIF foi instituído pelo decreto federal 8.903, de 16 de novembro de 2016, para promover o fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços. É coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) que articula as ações conjuntas entre os órgãos do PPIF, promove o compartilhamento de informações, incentiva a implementação de projetos estruturantes e a cooperação internacional com países vizinhos, colaborando para o aprimoramento da governança das políticas públicas e as ações entre os entes da Federação, além de aprimorar a presença do Estado nas fronteiras.

O mesmo decreto que instituiu o PPIF também ressaltou a importância da coordenação entre os níveis federal, estadual e municipal de governo para a realização de trabalho integrado visando à proteção de nossas fronteiras. Nesse contexto, ficou estabelecido que a participação dos Estados nas ações relacionadas ao PPIF deve ser baseada em instrumentos de cooperação entre os ministérios participantes e os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIF) instituídos pelos Estados, que representam a vanguarda do PPIF na região de fronteira, atuando como representantes legítimos do Estado brasileiro para a governança local da prevenção, controle, monitoramento e repressão de crimes transfronteiriços.

Saiba mais:

Panorama Pará



Foto: Marcelo Seabra/Agência Pará

Apresentação

Dos 144 municípios do Estado do Pará, integram a Faixa de Fronteira parte dos municípios de Almeirim, Óbidos, Oriximiná, Alenquer e Faro, localizada na região conhecida como baixo Rio Amazonas, nos limites territoriais com a Guiana e o Suriname.

Na Faixa de Fronteira paraense não existem cidades-gêmeas. São apenas cinco municípios, quatro deles lindeiros, mas nenhum com sede na linha de fronteira. As sedes estão há mais de 150 km da faixa, o que dificulta a percepção da condição de fronteira e limita a integração com as áreas vizinhas, trazendo o desafio de lidar com grandes extensões pouco povoadas e com menor alcance das políticas pública.

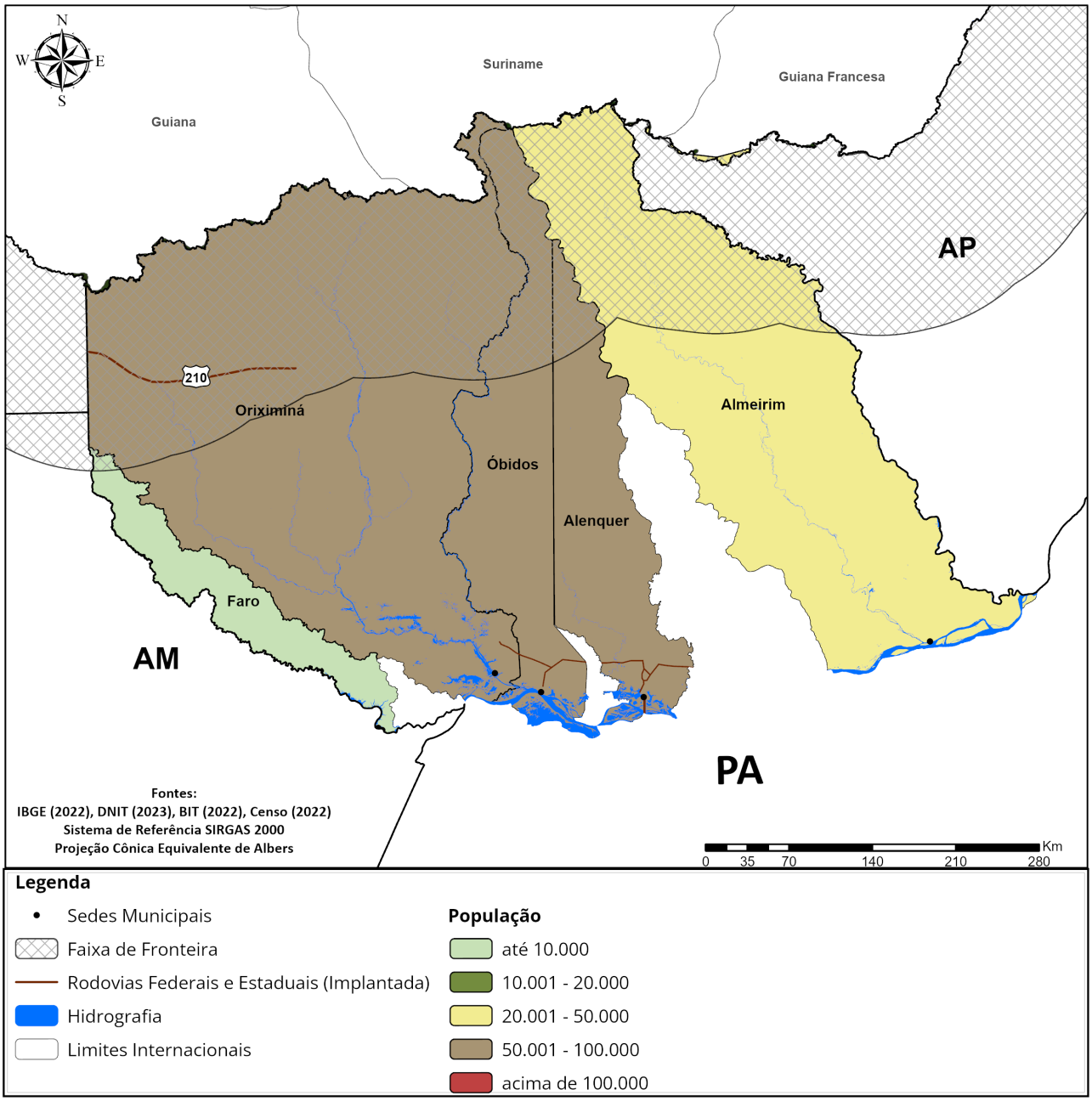
A Faixa de Fronteira do Pará pertence à sub-região Oiapoque-Tumucumaque, que é atravessada pelos rios Oiapoque, Jarí e Trombetas, abrangendo uma vasta extensão de floresta equatorial amazônica, além de áreas de campos e savanas, que se estende desde a foz do Rio Oiapoque até o sul de Roraima e o noroeste do Estado do Amazonas. A Cidade de Faro forma um arranjo populacional com Nhamundá (AM), configuração que revela uma mínima articulação entre os dois municípios, sustentada por vínculos econômicos e sociais, embora sua influência permaneça limitada ao entorno imediato. Já a Cidade de Almeirim forma um arranjo populacional com Laranjal do Jari, no Amapá.

Caracterização Sociodemográfica

Ainda que os municípios fronteiriços do Pará totalizem 232.908 habitantes, os dados dos setores censitários do IBGE (2022) revelam que o número de habitantes que se localiza, de fato, na região de fronteira é de apenas 2.624 indivíduos.

Mesmo que os municípios de Óbidos, Oriximiná e Alenquer possuam mais de 50.000 habitantes, apenas uma parcela deste universo compõe os setores censitários que integram a Faixa de Fronteira. Assim, O caso do Pará é particular uma vez que sua Faixa de Fronteira abriga apenas unidades de conservação e terras indígenas.

Mapa 1 - População dos Municípios que compõem a Faixa de Fronteira do Estado do Pará



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de fontes secundárias.

Oriximiná e Alenquer são os municípios mais populosos da Fronteira paraense, ambos com mais de 65 mil hab. Óbidos ultrapassa a marca de 50 mil hab. Na última década, os municípios da Fronteira paraense cresceram em população. Alenquer foi o destaque, com aumento superior a 30% (taxa anual acima de 5%). Na Faixa de Fronteira paraense, apenas Faro apresenta taxa de urbanização superior a 80%. Os demais municípios variam entre 50% e 70%.

Tabela 2 - Perfil Demográfico dos Municípios do Estado do Pará

Municípios	População 2022	Urbano 2022	Rural 2022	Taxa de Crescimento anual 2010-2022	Taxa de Urbanização 2022 (%)	Taxa de alfabetização 2022 (%)
Almeirim	34.280	22.500	11.780	-0,08%	65,6	89,18
Óbidos	52.229	31.699	20.530	0,50%	60,7	87,42
Oriximiná	68.294	47.358	20.936	2,21%	69,3	92,74
Alenquer	69.377	35.153	34.224	1,94%	50,7	90,74
Faro	8.728	7.198	1.530	-1,69%	82,5	92,67

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados Censo, 2022.

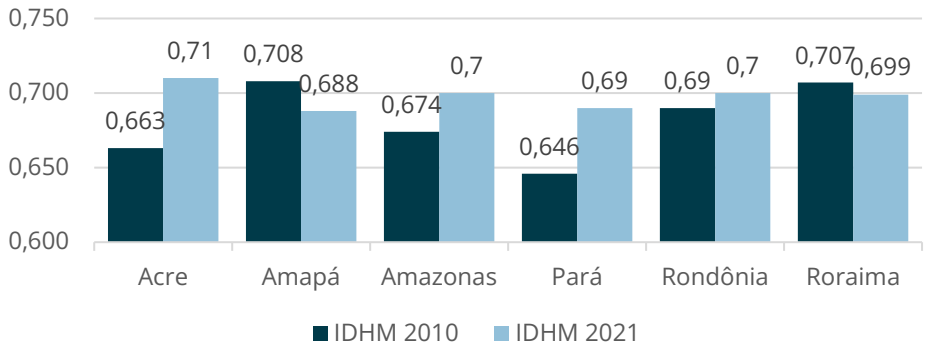
Indicadores socioeconômicos

Os índices de desenvolvimento socioeconômico constituem instrumentos fundamentais para a compreensão das condições de vida da população e das desigualdades territoriais, permitindo analisar não apenas o nível de desenvolvimento alcançado, mas também a forma como renda, oportunidades e bem-estar estão distribuídos no território. Entre os principais indicadores utilizados destacam-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Gini e o salário médio dos trabalhadores formais, que, de maneira complementar, oferecem uma leitura multidimensional da realidade socioeconômica.

Índice de Desenvolvimento Humano

Ao analisarmos o gráfico comparativo do IDH entre o Censo de 2010 e a PNAD 2021 dos estados que compõem a Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia, observa-se que metade apresentou crescimento do índice no período. O Estado do Pará está no conjunto daqueles que cresceram IDH em 2021, ocupando a 23° posição no ranking nacional. Entretanto, detém o segundo menor IDH da Faixa de Fronteira, atrás do Amapá (com o índice mais baixo entre todos). Segundo o PNUD, as perdas ou impactos impeditivos de maior crescimento são explicados em razão da crise sanitária.

Gráfico 2 - Evolução do IDH nos Estados do Arco Norte e Rondônia, 2010 e 2021



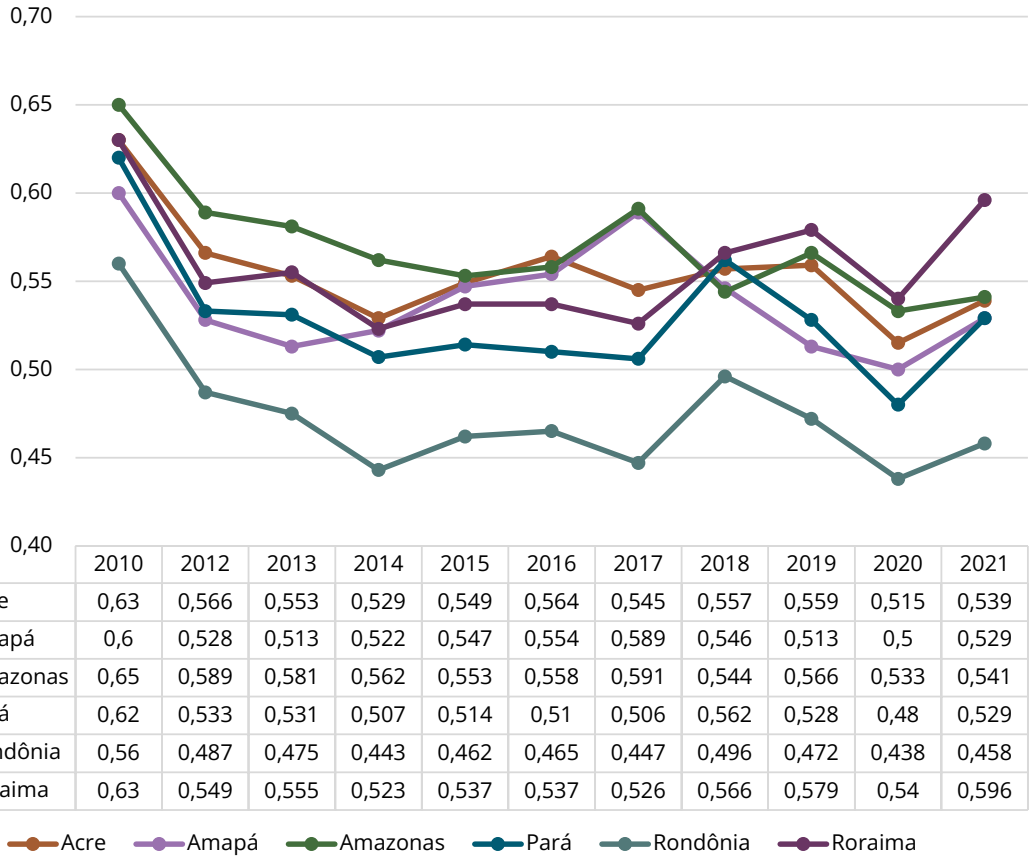
Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Índice de Gini

Com relação ao índice de Gini[14], houve redução nos primeiros anos da série com os benefícios de programas sociais, até 2015, registrando crescimento no período de 2016 a 2018, e estabilidade em 2019. Em 2020, um novo recuo é registrado com todos os Estados apresentando seus resultados mais baixos, em função da introdução dos benefícios emergenciais de transferência de renda no período da pandemia. Observa-se posterior aumento em 2021, com o mercado de trabalho enfraquecido e a redução dos benefícios dos programas sociais emergenciais. O Estado do Pará aparece como segundo menor índice, juntamente com o Amapá.

14. O índice de Gini é indicador que serve de medida para a desigualdade socioeconômica. Ele sintetiza a análise da distribuição de rendimento domiciliar per capita. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, e varia de 0 a 1, sendo 0 a situação de perfeita igualdade na distribuição dos rendimentos e 1, de perfeita desigualdade, em que todo o rendimento estaria concentrado nas mãos de uma única pessoa.No Brasil, este índice pouco se alterou de 2010 a 2021, caindo um décimo de 0,60 para 0,59.

Gráfico 3 - Evolução do Índice de Gini - 2010 a 2021



	2010	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Acre	0,63	0,566	0,553	0,529	0,549	0,564	0,545	0,557	0,559	0,515	0,539
Amapá	0,6	0,528	0,513	0,522	0,547	0,554	0,589	0,546	0,513	0,5	0,529
Amazonas	0,65	0,589	0,581	0,562	0,553	0,558	0,591	0,544	0,566	0,533	0,541
Pará	0,62	0,533	0,531	0,507	0,514	0,51	0,506	0,562	0,528	0,48	0,529
Rondônia	0,56	0,487	0,475	0,443	0,462	0,465	0,447	0,496	0,472	0,438	0,458
Roraima	0,63	0,549	0,555	0,523	0,537	0,537	0,526	0,566	0,579	0,54	0,596

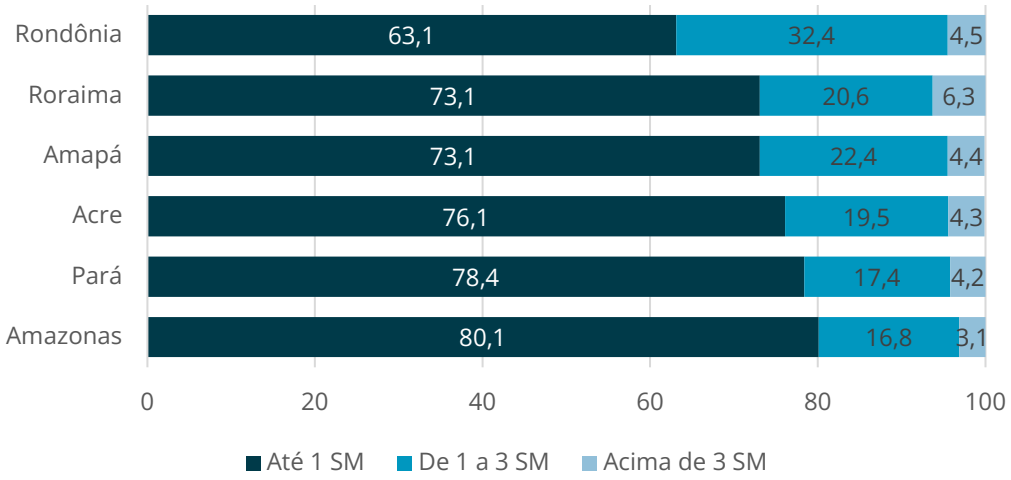
Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Rendimento Domiciliar

Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) contínua, 2023/IBGE), o rendimento domiciliar[15] per capita médio no Brasil em 2022, foi de R$ 1.586,00 mensais. Na Região Norte, o rendimento equivalia a 58,0% do rendimento domiciliar *per capita* médio do Sudeste, o que demonstra a desigualdade econômica estrutural entre as Regiões do país. Para todos os Estados do Arco Norte e Rondônia, observa-se que mais de 60% da população recebe até 1 salário mínimo. O Pará é o Estado com o segundo maior percentual populacional na faixa até 1 SM, com 78,4%.

15. Analisar o rendimento segundo sua distribuição por classes de salário mínimo é uma forma de avaliar a incidência da desigualdade na sociedade brasileira. Para se averiguar os rendimentos das famílias nos municípios do Arco Norte e Rondônia, de acordo com o resultado mais recente, foram utilizados dados do rendimento do trabalho formal do ano de 2022/PNAD. Em que pesem as limitações de considerar somente os rendimentos do trabalho formal, esta é a informação mais atualizada e organizada sistematicamente, que traz elementos que possibilitam um panorama dos municípios na região estudada.

Gráfico 4 - Distribuição percentual da população total, por classes de rendimento domiciliar *per capita* mensal, em salários mínimos - 2022



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de Síntese de Indicadores Sociais (IBGE) - SIS_RDPCMEDIO, 2023

Cadastro único

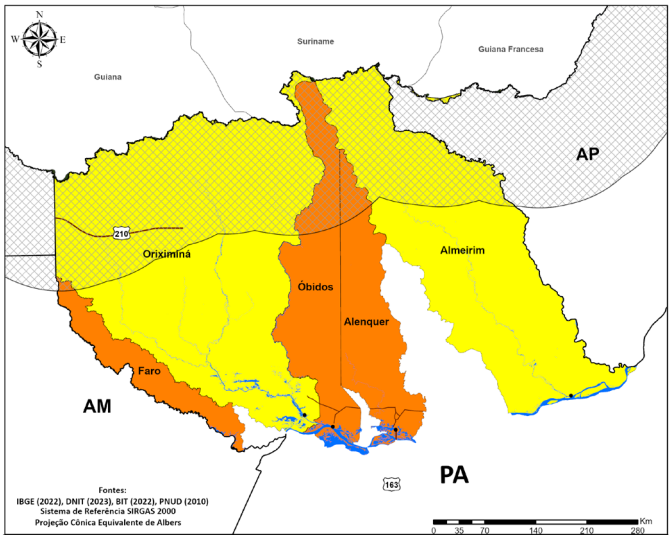
A análise do Cadastro único[16] também é instrumento de análise de determinadas características do contexto de vulnerabilização social. O Estado do Pará possui uma expressiva população inscrita no Cadastro Único, evidenciando a relevância das políticas de assistência e inclusão social em um território marcado por grandes desigualdades socioeconômicas e extensas dimensões territoriais.

Tabela 3 - População e total de pessoas cadastradas no CadÚnico nos Estados do Arco Norte e Rondônia

Estados	População Censo IBGE (2022)	Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias em situação de pobreza, segundo a faixa do Programa Bolsa Família (dez/2025)	Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo: Pobreza + Baixa renda (dez/2025)	Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal acima de meio salário mínimo (dez/2025)
Acre	830.018	46.172	468.362	95.300
Amapá	733.759	333.913	430.704	85.566
Amazonas	3.941.613	1.753.040	2.261.311	420.487
Pará	8.120.131	3.399.762	4.499.130	1.003.496
Rondônia	1.581.196	310.331	559.813	295.148
Roraima	636.707	216.256	327.978	74.564

Fonte: Dados do CadÚnico 2025 e do Censo 2022.

16. A partir de 2023, a apresentação do banco de dados dos inscritos no CadÚnico foi alterada, separando grandes três categoria, por faixa de renda: Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias em situação de pobreza, segundo a faixa do Programa Bolsa Família, Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo (Pobreza linha administrativa de pobreza, de acordo com a legislação do Programa Bolsa Família (R$ 0 a R$ 218,00) + Baixa renda: linha baseada no salário mínimo (R$ 218,01 a 1/2 salário mínimo) e Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal acima de 1/2 salário mínimo. Esta última categoria inclui famílias com renda per capita superior que acessam políticas sociais específicas, como o benefício de prestação continuada, por exemplo.

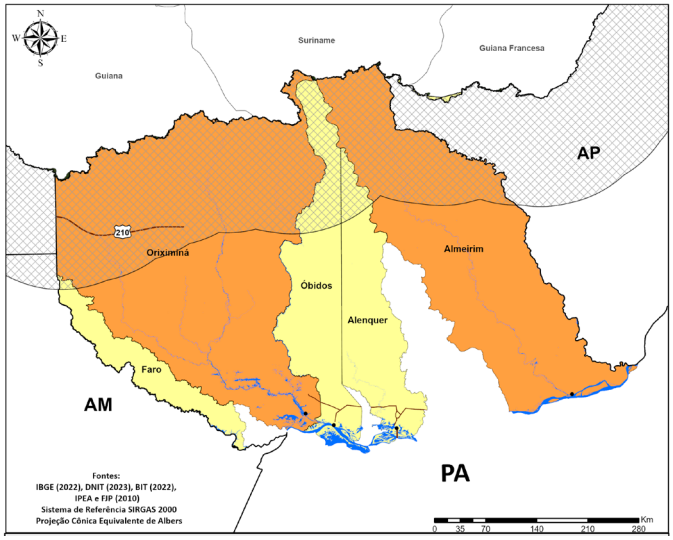


IDHM Municípios

Dos cinco municípios pertencentes à Faixa de Fronteira do Estado do Pará, apenas Almeirim e Oriximiná possuem indicadores de IDHM classificados como médios, sendo o restante classificado como IDHM baixo. Vale destacar que, para os municípios, a informação de IDHM mais atualizada é de 2010, uma vez que ainda não há atualizações referentes ao último Censo do IBGE divulgado.

Legenda:

- 0 a 0,499 (Muito Baixo)
- 0,500 - 0,599 (Baixo)
- 0,600 - 0,699 (Médio)
- 0,700 - 0,799 (Alto)
- 0,800 - 1,00 (Muito Alto)

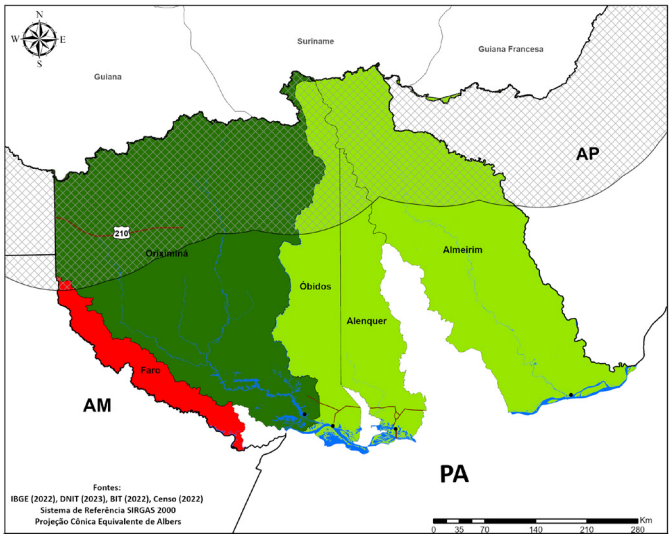


Índice de Gini

No Pará, os municípios de Almerim e Oriximiná são os que apresentam maior desigualdade na Faixa de Fronteira do estado, com índice de 0,65 e 0,64 respectivamente. Os demais ficaram numa faixa entre 0,56 e 0,60, próximo à média brasileira.

Legenda:

- até 0,48
- 0,49 a 0,53
- 0,54 a 0,60
- 0,61 a 0,70
- 0,71 a 0,80

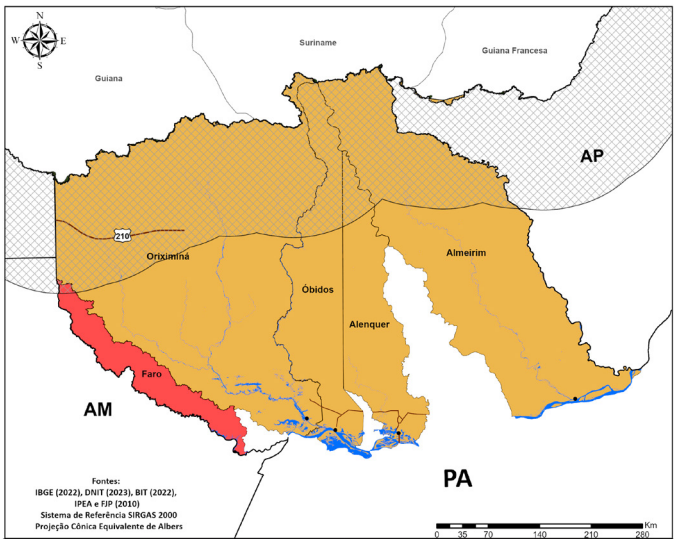


Legenda:

- até 1,7
- 1,8 - 2,00
- 2,01 - 2,50
- 2,51 - 3,30

Rendimento Domiciliar

No Pará, os municípios da Faixa de Fronteira apresentam média de 2,3 SM. Oriximiná apresenta melhor cenário, onde o salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 3,3 salários mínimos. Já Faro, apresenta índice mais baixo entre os municípios fronteiriços paraenses, com salário médio de 1,4 S.M.



Legenda:

- até 30,00
- 30,01 - 50,00
- 50,01 - 80,00
- 80,01 - 90,41

Cadastro Único

O Pará apresenta o maior contingente de inscritos no Cadastro Único, com mais de 4,5 milhões de pessoas cadastradas. No Estado, cerca de 56% da população depende de políticas assistenciais.



Foto: Tiago Silveira/MTur

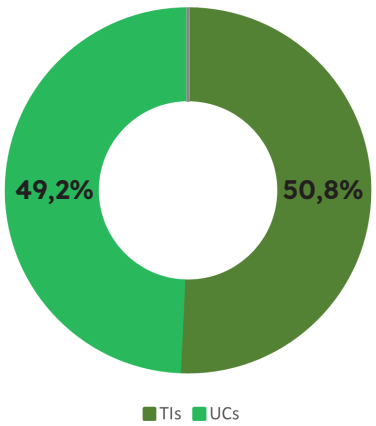
Eixo Temático 1: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Configuração Fundiária

A Faixa de Fronteira do Estado do Pará é predominantemente ocupada por Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs). As TIs totalizam 50,8% do território e incluem áreas como o Parque Tumucumaque, Trombetas-Mapuera e Kaxuyana-Tunayana, habitadas pelos povos Wayana, Zo'é e Kaxuyana. Esses povos desempenham um papel fundamental na defesa dos direitos territoriais e na conservação ambiental dessas áreas da Faixa de Fronteira.

As UCs, que ocupam 47.982,483 km² (49,2%) da fronteira, foram estabelecidas como parte de um esforço para enfrentar pressões como desmatamento, grilagem e exploração madeireira. O mosaico inclui áreas como as Florestas Estaduais do Iriri, Faro, Paru e Trombetas, a Área de Proteção Ambiental (APA) do Triunfo do Xingu, a Reserva Biológica (Rebio) Maicuru e a Estação Ecológica (Esec) Grão-Pará. Esse conjunto, anunciado como a maior área de conservação ambiental contínua do planeta, visa proteger ecossistemas únicos, criar barreiras contra a degradação ambiental e promover o uso sustentável dos recursos naturais.

Gráfico 5 - Distribuição das Áreas Legalmente Atribuídas na Faixa de Fronteira do estado do Pará



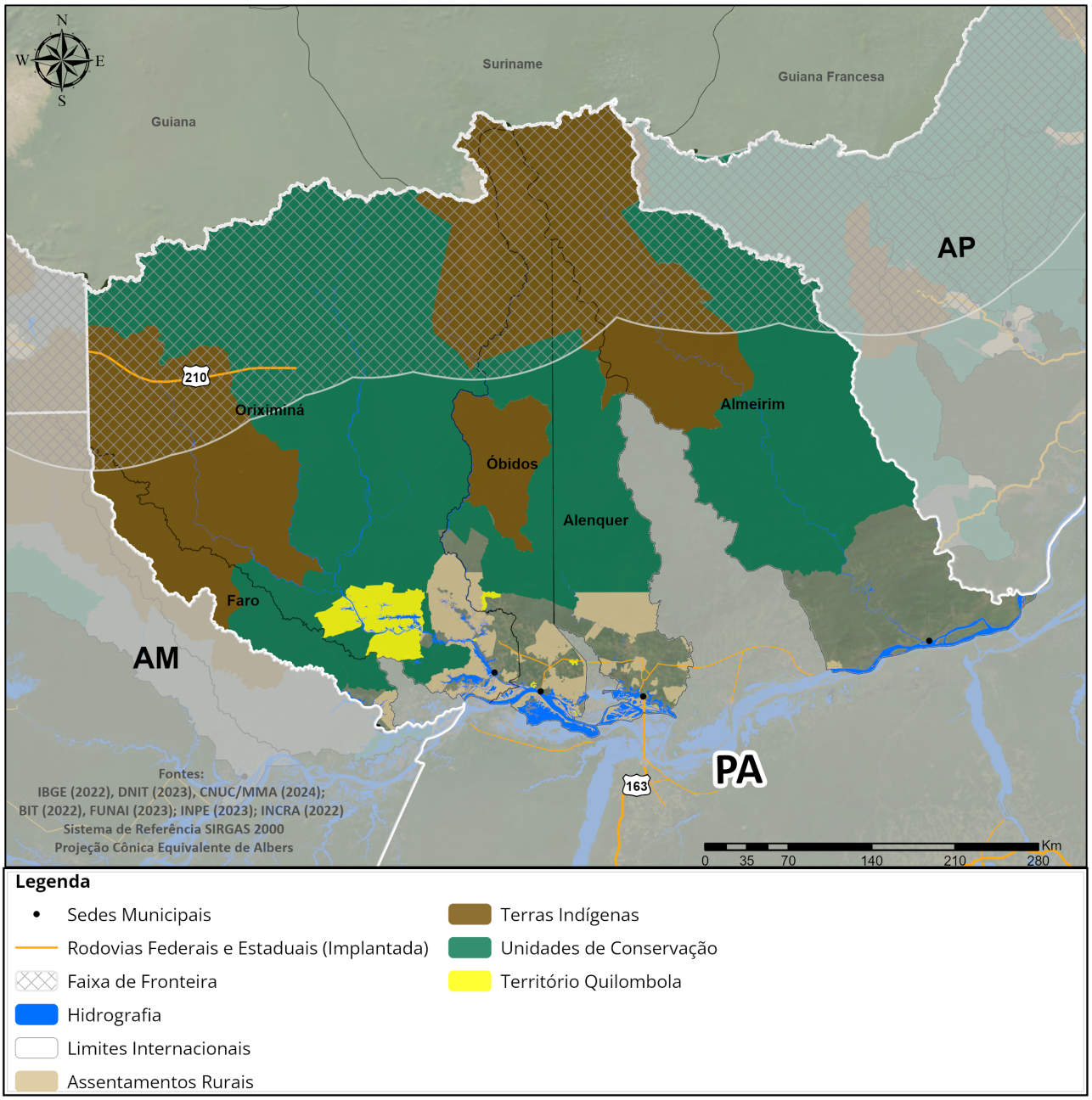
Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados Incra, Funai, MMA (2025).

A criação de mosaicos de TIs e UCs na Faixa de Fronteira representa um marco significativo para a conservação na Amazônia, consolidando um modelo de proteção ambiental em larga escala. Entretanto, essas áreas protegidas frequentemente enfrentam pressões intensas de grandes empreendimentos, como a mineração, que ameaçam sua integridade ambiental e a segurança territorial dos povos que nelas habitam.

O cenário fundiário e ambiental da fronteira paraense reflete as características específicas da região, com a presença de espaços territoriais especialmente protegidos e menor pressão de desmatamento em comparação a outras partes do Estado. Essa configuração, embora estratégica para a conservação, enfrenta desafios relacionados às sobreposições territoriais e aos potenciais impactos de atividades econômicas, como a exploração mineral, que podem comprometer a integridade de UCs e TIs.

Um exemplo emblemático dessa tensão foi o debate em torno da extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (RENCA), localizada entre os estados do Pará e Amapá. Criada em 1984, a RENCA abriga nove espaços territoriais especialmente protegidos, incluindo Unidades de Conservação de Proteção Integral, de Uso Sustentável e Terras Indígenas. Essas áreas possuem diferentes níveis de restrição à atividade minerária, conforme estabelecido pela legislação brasileira e pelos respectivos planos de manejo, quando aplicáveis. A extinção da RENCA, proposta em 2017, buscava liberar a área para exploração mineral, gerando preocupações ambientais e sociais. Entre os principais riscos estavam o desmatamento em Unidades de Conservação, a pressão sobre povos indígenas e comunidades tradicionais, e o comprometimento dos recursos hídricos, afetando tanto as atividades produtivas sustentáveis quanto os modos de vida dessas populações. Esses impactos evidenciam a ameaça à integridade das áreas protegidas e reforçam a importância dos planos de manejo e da regulamentação restritiva da mineração em Terras Indígenas como medidas essenciais para conter a pressão econômica sobre o território, a partir de processos decisórios mais participativos e transparentes, envolvendo as populações locais e organizações da sociedade civil na definição do futuro dessas áreas protegidas.

Mapa 2 - Áreas legalmente atribuídas do Estado do Pará



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de fontes secundárias.

Gestão Ambiental

A análise de dados do **Cadastro Ambiental Rural (CAR)** revela uma ausência quase total de registros na Faixa de Fronteira do Estado do Pará, com apenas um único imóvel cadastrado em Alenquer, correspondente a 0,171 km², ou 0,01% da área total. Nos demais municípios, como Almeirim, Faro, Óbidos e Oriximiná, não há qualquer registro, seja de imóveis públicos ou privados.

O **CAR** é um instrumento de monitoramento e controle ambiental aplicado a todos os imóveis rurais, sejam eles públicos ou privados, em território nacional. Seu propósito é servir como base de dados para o controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, além do combate ao desmatamento (art. 29). No entanto, a forma como esse cadastramento ocorre pode evidenciar desafios na organização fundiária e na governança territorial.

A análise de dados do CAR revela uma ausência quase total de registros na Faixa de Fronteira do Estado do Pará, com apenas um único imóvel cadastrado em Alenquer, correspondente a 0,171 km², ou 0,01% da área total. Nos demais municípios, como Almeirim, Faro, Óbidos e Oriximiná, não há qualquer registro, seja de imóveis públicos ou privados.

Conflitos Fundiários e Desmatamento na Faixa de Fronteira

Os municípios da fronteira do Pará apresentam índices gerais de desmatamento classificados como baixos, variando entre 0,01 e 2,5 km² no período acumulado de 2015 a 2023. Entretanto, esses valores estão concentrados em áreas fora da Faixa de Fronteira.

Além do mosaico de UCs e TIs, que desempenham papel fundamental na contenção do desmatamento, a pouca infraestrutura viária existente e o relativo isolamento da região também contribuem para a sua integridade. No entanto, mesmo com essas limitações, observa-se que as áreas alteradas se concentram principalmente no entorno da Rodovia PA-254, demonstrando que, apesar de sua estrutura deficiente, a rodovia ainda funciona como um fator de pressão sobre a margem esquerda do Rio Amazonas, facilitando o acesso e a conversão do solo para usos agropecuários.

A esse respeito, a persistência de pressões econômicas e fundiárias é evidente mesmo dentro de áreas protegidas, como demonstram as estatísticas (MAPBIOMAS, 2023; 2024). A Floresta Estadual (Floe) do Paru, em 2022, registrou 35 alertas de desmatamento no interior da UC, seguidos por outros 27 em 2023. Embora os índices gerais de desmatamento nos municípios da fronteira sejam baixos, os dados evidenciam que as áreas protegidas estão sob constante ameaça, especialmente na margem esquerda do rio, onde o desmatamento já registrado facilita a ocupação irregular.

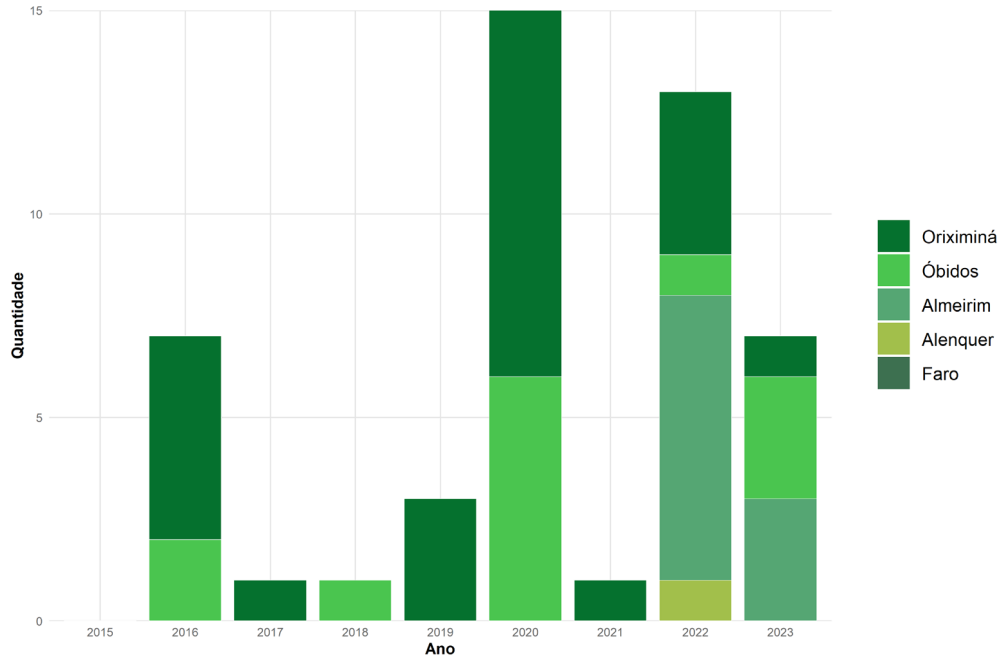
CONSIDERE

A efetividade dos espaços territoriais especialmente protegidos depende não apenas de sua criação, mas também da implementação de planos de manejo e planos de gestão territorial e ambiental, do fortalecimento da fiscalização, do reforço institucional dos órgãos ambientais e da integração de políticas que enfrentem o avanço ilegal sobre áreas protegidas, garantindo a conciliação entre conservação, uso sustentável e proteção dos modos de vida das populações indígenas e locais.

Tal cenário reforça as vulnerabilidades na governança territorial, indicando que, apesar dos avanços na preservação, a pressão sobre os recursos naturais está presente, tornando esses territórios ainda mais suscetíveis à conversão para outros usos. A interação entre uma infraestrutura, ainda que precária, e áreas já degradadas dentro de Unidades de Conservação amplia os desafios da conservação ambiental e da gestão fundiária na região.

O gráfico apresenta a distribuição desses conflitos, destacando os principais municípios impactados e os picos de intensificação registrados ao longo do período analisado. Evidencia-se uma evolução marcante nos registros de conflitos nos municípios da Faixa de Fronteira do Estado do Pará entre 2015 e 2023. No primeiro ano da série, não foi identificado nenhum conflito nos territórios analisados, o que pode estar associado à baixa pressão territorial naquele momento ou, possivelmente, à subnotificação, considerando o caráter remoto e isolado de algumas áreas. Todavia, a partir de 2016, os conflitos começaram a surgir de forma gradual, inicialmente em Oriximiná e Óbidos.

Gráfico 6 - Conflitos por terra e água nos Municípios da Faixa de Fronteira do Pará (2015-2023)

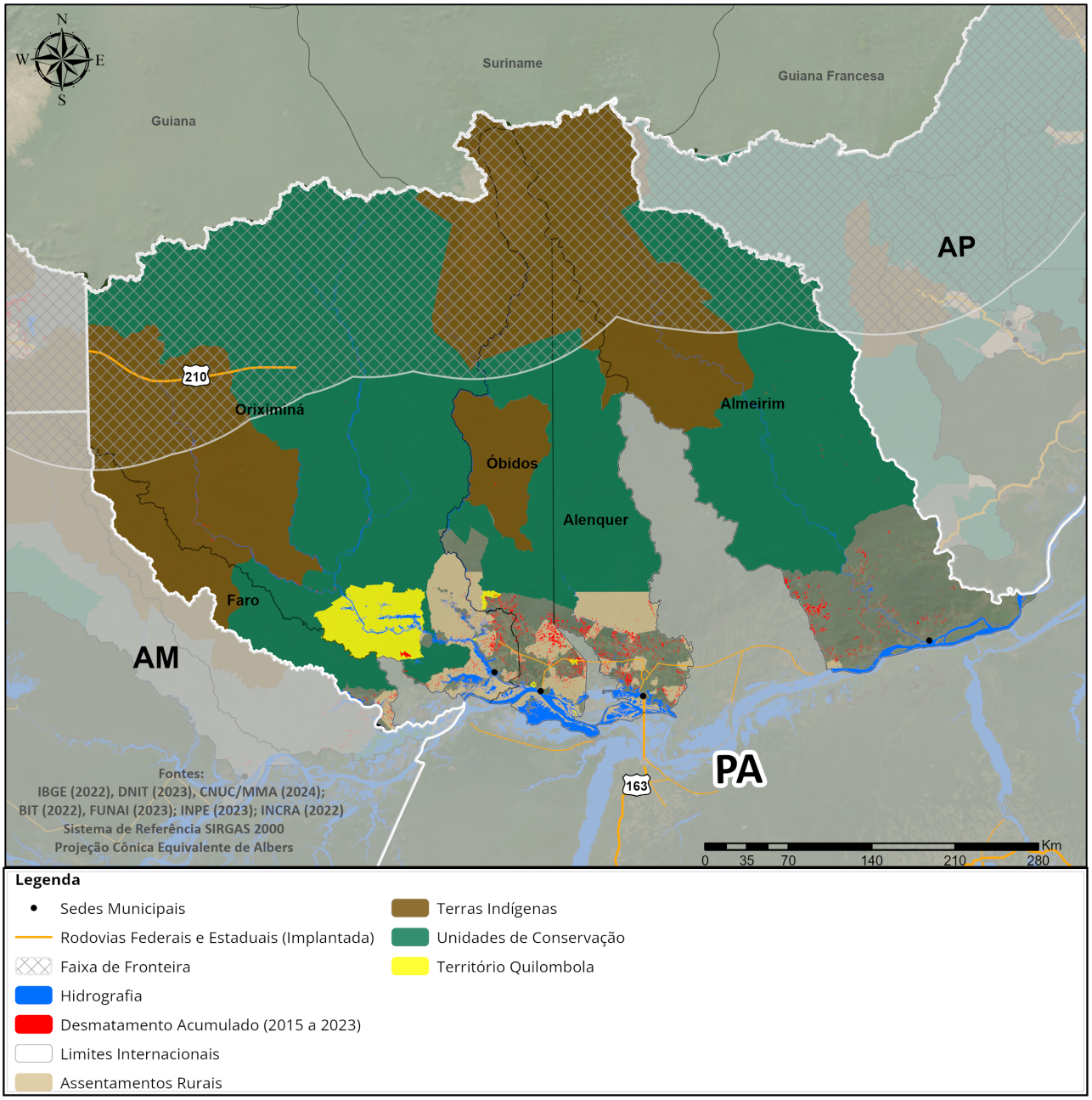


Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de processamento automatizado de dados Conflitos no Campo Brasil (CPT, 2016-2024).

A tendência de expansão continuou ao longo dos anos, com picos significativos, como o observado em 2020, quando Oriximiná registrou o maior número de conflitos. Esse aumento pode ser explicado pela intensificação das pressões sobre recursos fundiários e naturais, somada a um contexto político que favoreceu a flexibilização da ocupação em áreas protegidas e terras públicas. A partir de 2022, os conflitos se expandiram para outros municípios, como Almeirim e Alenquer, sugerindo a dispersão das tensões fundiárias e ambientais para áreas anteriormente menos impactadas. Essa expansão provavelmente reflete um padrão em que, à medida que os recursos em municípios historicamente afetados por conflitos se tornam mais disputados, os atores envolvidos migram suas atividades para regiões vizinhas.

A análise geral sugere que UCs e TIs na região exercem papel importante na contenção do desmatamento e dos conflitos em algumas áreas. Contudo, a expansão das tensões para municípios como Almeirim e Alenquer reforça a necessidade de estratégias mais abrangentes de governança territorial, que integrem a gestão das áreas protegidas com ações de fiscalização e apoio às populações indígenas e tradicionais. Essas dinâmicas ressaltam a importância de monitorar não apenas os territórios com histórico de conflitos, mas também aqueles considerados menos vulneráveis, que podem se tornar novos focos de disputa fundiária na Faixa de Fronteira paraense.

Mapa 3 - Desmatamento acumulado no Estado do Pará, 2015-2023



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Gestão Climática

As mudanças do clima têm provocado transformações nos ciclos naturais da Floresta Amazônica, como os períodos de cheia e vazante dos rios. Em consequência das alterações no volume de chuvas e da elevação das temperaturas, tornam-se mais frequentes os eventos extremos, como secas severas e inundações intensas. Os fenômenos naturais El Niño e La Niña[17] contribuem com diferentes impactos no mundo e nas regiões do Brasil, conforme a periodicidade de suas ocorrências. No período de ocorrência do El Niño, as secas registradas na Região Norte, nos anos de 2023 e 2024, são os exemplos mais recentes de desastres naturais, na forma mais extrema que aconteceu na Amazônia, derivadas de uma combinação de diferentes sistemas meteorológicos que ocasionaram estiagens históricas.

Esses efeitos atingem com especial intensidade os povos e comunidades tradicionais - indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, assentados e agricultores familiares-, devido à forte dependência da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, bem como à precariedade de acesso a políticas públicas e infraestrutura adequada.

A capacidade político-institucional dos municípios pertencentes à Faixa de Fronteira para a gestão, a promoção de medidas de mitigação e adaptação, prevenção e monitoramento de riscos ou existência de aparato legal específico é, em geral, ainda baixa ou muito baixa na Amazônia. Na Faixa de Fronteira do Estado do Pará, essas vulnerabilidades ganham contornos ainda mais complexos, diante das longas distâncias, da baixa densidade populacional e das limitações estruturais para a atuação pública em territórios de difícil acesso.

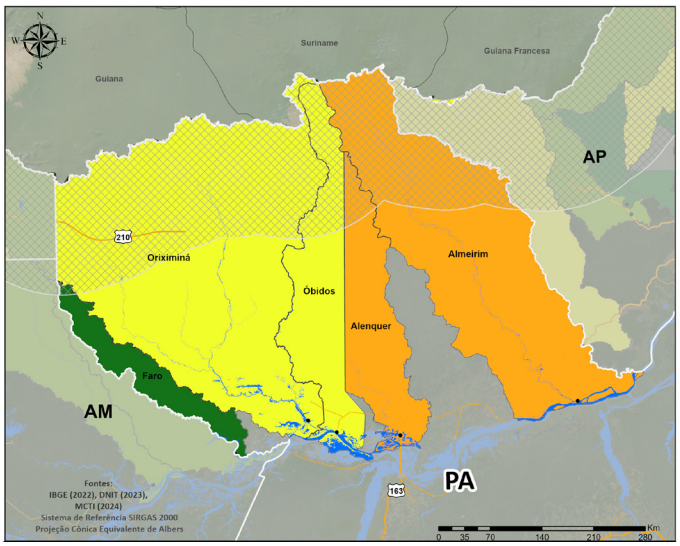
CONSIDERE

Os impactos das mudanças climáticas observados sobre o território reforçam a urgência de repensar os modelos de ocupação e uso da terra - tanto urbana, quanto rural -, além de aprofundar o entendimento sobre as características geoclimáticas locais como clima, padrão de chuvas, relevo e tipos de solo.

Fato é que, com mais frequência e maior intensidade os eventos climáticos extremos estão incidindo sobre cidades e territórios. Dados do Sistema de Informações e Análises sobre Impactos das Mudanças do Clima (AdaptaBrasil, MCTI), indicam que os Municípios brasileiros têm capacidade baixa ou muito baixa de adaptação a eventos climáticos extremos.

17. O El Niño e a La Niña são parte do fenômeno natural conhecido como El Niño Oscilação Sul (Enos), que ocorre no Oceano Pacífico Tropical. O El Niño é um fenômeno caracterizado pelo aquecimento anormal das águas do Oceano Pacífico, na sua porção equatorial, e a La Niña corresponde ao resfriamento anormal das águas do Oceano Pacífico Equatorial. Fonte: http://enos.cptec.inpe.br/.

As ilustrações a seguir apresentam os índices de risco das mudanças climáticas em sistemas socioecológicos e a capacidade adaptativa para recursos hídricos - seca - e para desastres geo-hidrológicos - inundações, enxurradas e alagamentos e deslizamentos no estado do Pará.



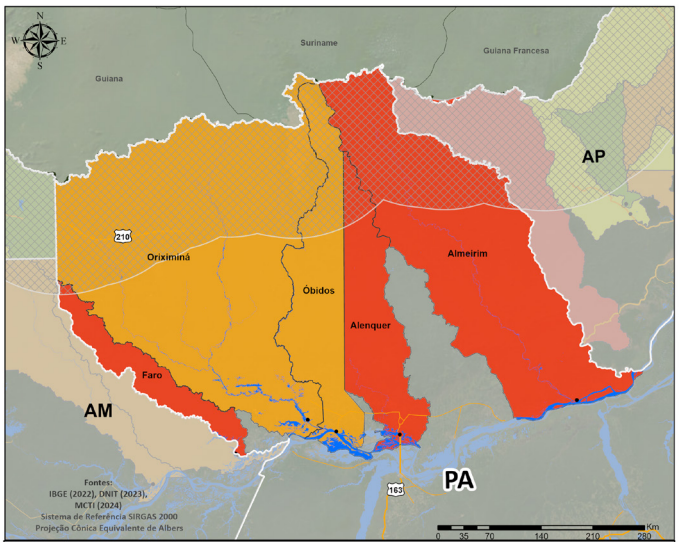
Índice de risco de impacto para recursos hídricos, considerando a ameaça climática de seca (*)

Considerando a ameaça climática de seca, observou-se que os municípios da fronteira, em sua maioria, estão na classe de impacto climático médio e alto. O Município de Faro apresenta o índice baixo.

(*) Dados do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais/2024

Legenda:

- Muito baixo - até 0,19
- Baixo - 0,20 a 0,39
- Médio - 0,40 a 0,59
- Alto - 0,60 a 0,79



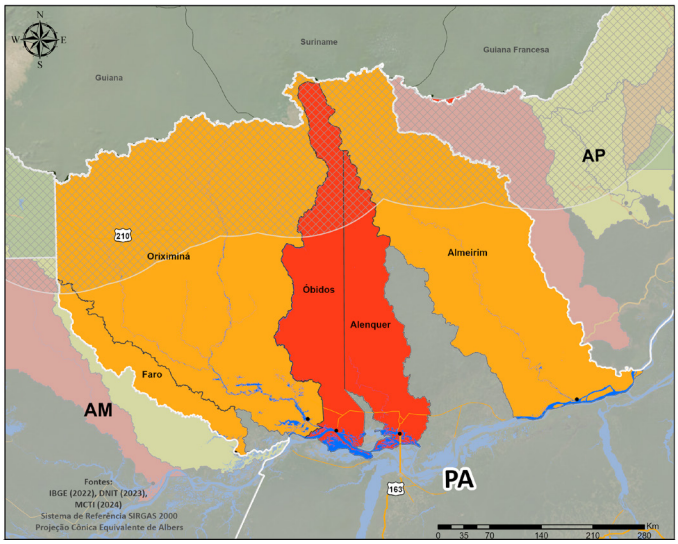
Índice de risco de impacto para inundações, enxurradas e alagamentos (*)

Considerando a ameaça de desastres geo-hidrológicos, na Faixa de Fronteira do Pará apresentam índices muito alto os municípios de Alenquer, Almeirim e Faro e índice alto nos Municípios de Óbidos e Oriximiná.

(*) Dados do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais/2024

Legenda:

- Muito baixo - até 0,19
- Baixo - 0,20 a 0,39
- Médio - 0,40 a 0,59
- Alto - 0,60 a 0,79
- Muito alto - 0,80 a 1,00



Índice de risco de impacto para deslizamento (*)

Para o risco de impacto das mudanças climáticas em sistemas socioecológicos, considerando o evento de deslizamento de terra, observou-se que os Municípios de Alenquer e Óbidos apresentam índice muito alto para deslizamentos. Os Municípios de Almeirim, Faro e Oriximiná apresentam indice alto de risco para deslizamento de terra.

(*) Dados do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais/2024

Legenda:

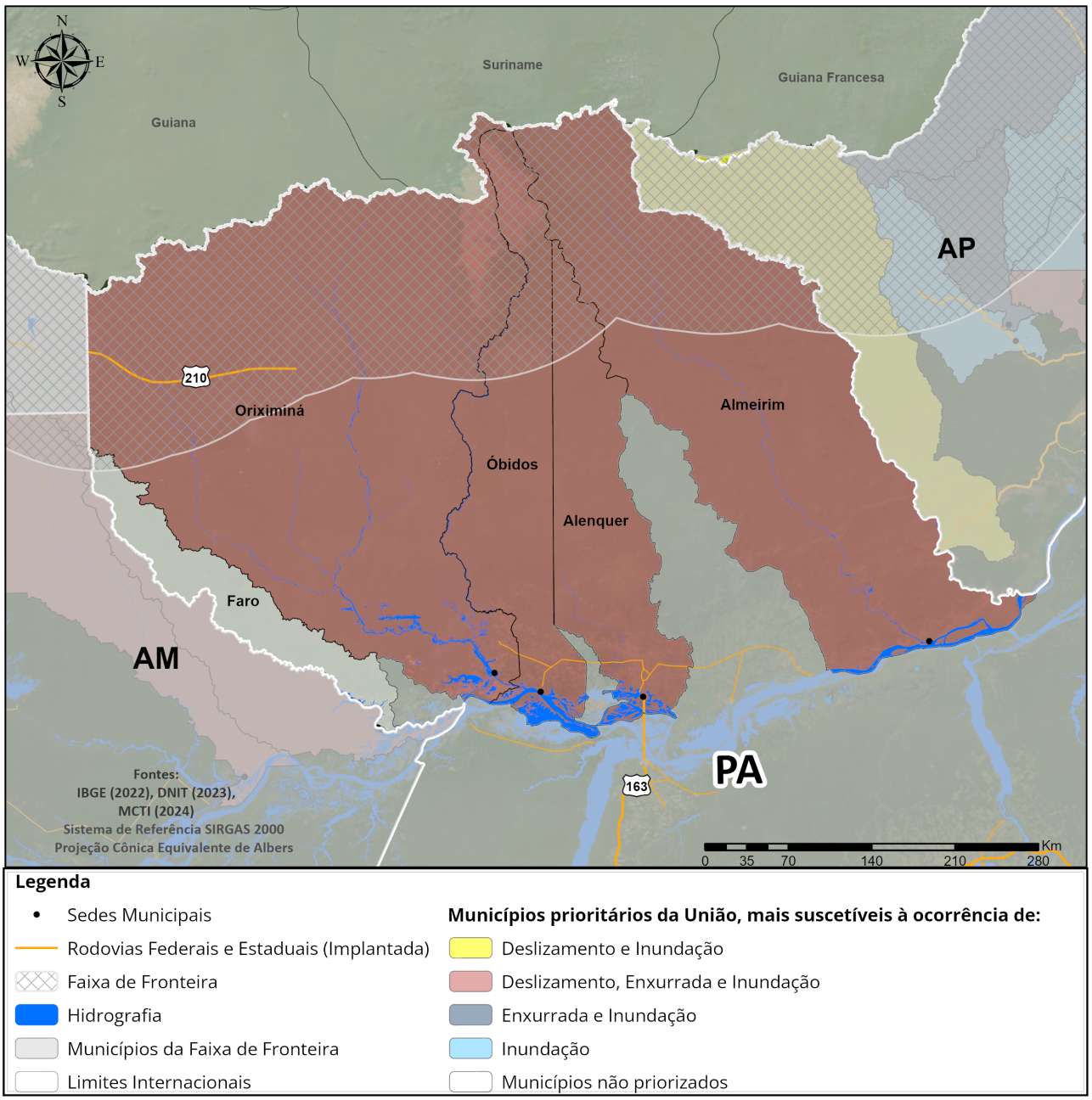
- Muito baixo - até 0,19
- Baixo - 0,20 a 0,39
- Médio - 0,40 a 0,59
- Alto - 0,60 a 0,79
- Muito alto - 0,80 a 1,00

Com o objetivo de orientar o Governo Federal nas ações de prevenção e mitigação de desastres naturais no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, especialmente no contexto do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), a Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, atualizou os critérios e indicadores para a identificação dos municípios mais suscetíveis a deslizamentos, enxurradas e inundações[18]. No Pará, somente o Município de Faro foi identificado como não prioritário. Nos demaais - Alenquer, Almeirim, Óbidos e Oriximiná - a ocorrência por tipo de risco corresponde a deslizamentos, enxurradas e inundações.

Com base na iniciativa, a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) desenvolveu o Indicador de Capacidade Municipal (ICM)[19], com o objetivo de retratar a capacidade do municípios em atuar na gestão dos riscos e desastres. No Pará, somente o Município de Oriximiná foi classificado como Perfil de Risco "Prioritário".

18. Em 2023, foram selecionados 1.942 municípios mais suscetíveis à desastres climáticos em todo o país, a partir da análise de dados atualizados sobre desastres, vulnerabilidades e mapeamento de áreas de risco geológico e hidrológico. Em 2025, uma nova revisão foi feita, totalizando 2.086 municípios suscetíveis à ocorrência de enxurradas e inundações (base de dados até 2024).
19. O ICM foi construído para avaliar o aprimoramento da capacidade dos Municípios em ações de gestão de riscos e desastres no Brasil, considerando o perfil de risco e o porte do município. O ICM é composto por 20 (vinte) variáveis, distribuidos em três dimensões: Instrumentos de Planejamento e Gestão; Coordenação Intersetorial e Capacidades; e Políticas, Programas e Ações. O quantitativo de Municípios por Categoria de Gestão de Riscos e Desastres (GDR) foi distribuído em quatro categorias de índice: Faixa A (Alta); Faixa B (Intermediária Avançada); Faixa C (Intermediária Inicial) e Faixa D (Inicial). Ver mais em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/icm

Mapa 4 - Municípios da Faixa de Fronteira do Pará mais suscetíveis à ocorrência de deslizamentos, enxurradas e inundações



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Emissões de Gases de Efeito Estufa

A análise da evolução das emissões de gases de efeito estufa nos Municípios dos Arcos Norte e Centro (Rondônia) da Faixa de Fronteira, disponibilizadas pelo Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG)[20], desenvolvido pelo Observatório do Clima[21], apontam para os anos de 2015, 2022 e 2023[22], que o principal setor - mudança de uso da terra e floresta, corresponde à maior parte das emissões brutas de gases de efeito estufa em todos do Municípios da Faixa de Fronteira Norte e Centro (Rondônia), seguido dos setores de agropecuária, energia e resíduos. O Estado do Pará compreende os seguintes cenários, quanto às emissões de GEE (gases de efeito estufa) nos Municípios:

Setor de Emissão (Mt)	Agropecuária	Energia	Mudança de Uso da Terra e Floresta	Resíduos
2015	1.133.225	520.872	8.839.012	82.661
2022	1.284.192	413.256	11.926.090	99.993
2023	1.390.965	362.787	7.814.680	109.593
2015 - 2023 Comparativo	↑ Aumento das emissões nos Municípios, com exceção dos Municípios de Faro e Oriximiná.	↑ Redução das emissões nos Municípios, com exceção de Oriximiná. O Município de Faro não apresentou dados neste setor de emissão.	↓ Redução das emissões nos Municípios, com exceção dos Municípios de Alenquer e Faro.	↓ Aumento das emissões na totalidade dos Municípios.

20. O SEEG reúne e organiza as estimativas de emissões nos cinco setores, fontes de gases de efeito estufa (GEE), - agropecuária, energia, mudança de uso da terra e florestas, processos industrias e resíduos - para as 27 Unidades da Federação e os 5.570 Municípios do país. Os dados disponíveis nas coleções do SEEG formam uma série histórica que inicia em 1970 (com exceção do setor de mudança de uso da terra, que iniciou em 1990), limitando-se ao ano anterior ao lançamento de cada coleção.
21. O Observatório do Clima (OC) é uma rede de organizações da sociedade civil, dedicada ao monitoramento das emissões de gases de efeito estufa (GEE) no Brasil. As instituições integrantes da OC coordenam o trabalho técnico do SEEG: IPAM (mudança de uso da terra), IMAFLORA (agropecuária), IEMA (energia e processos industriais, e ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade (resíduos).
22. Os anos selecionados para a análise representam o ano do compromisso assumido pelo Brasil no Acordo de Paris (2015), o último ano do período -2019 a 2022 - de enfraquecimento das políticas de controle do desmatamento (2022) e o ano da retomada das ações das medidas de fiscalização e de redução por setor de emissão (2023).

Eixo Temático 2: Infraestruturas para o Desenvolvimento

Infraestruturas de Transportes e Logística

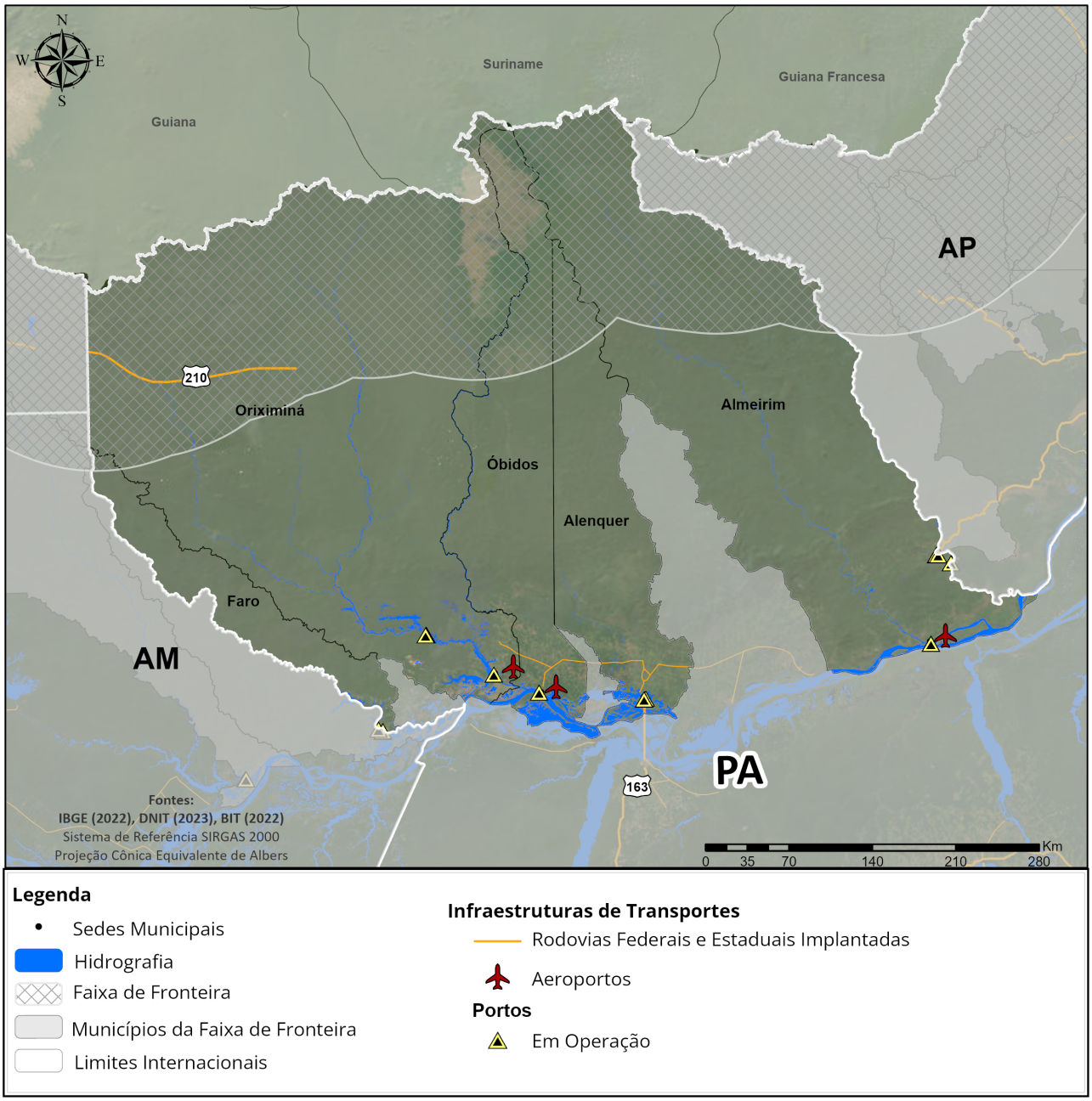
O acesso à Faixa de Fronteira da Amazônia é viabilizado, principalmente, por quatro Rodovias Federais: a BR-364 (Cuiabá/Porto Velho), a BR-319 (Manaus/Porto Velho), a BR-174 (Manaus/Boa Vista) e a BR-230 (Transamazônica). Projetadas no contexto do Programa de Integração Nacional (PIN), durante o regime militar, essas rodovias tinham como objetivo conectar a Amazônia às demais regiões do Brasil, promovendo a ocupação dos chamados "espaços vazios" e a exploração econômica da região.

As rodovias federais não alcançam os municípios fronteiriços no Estado do Pará. A BR-163, rodovia que integra o Sul ao Centro-Oeste e Norte do Brasil e tem importância para o escoamento da produção brasileira, se conecta à Santarém, existindo ainda um trecho complementar localizado entre as cidades de Oriximiná e Óbidos. Uma parte da BR-210 alcança o Município de Oriximiná. Conhecida como Perimetral Norte, a BR-210 é uma rodovia federal transversal brasileira projetada no período militar que previa a ligação dos Estados de Roraima e Amapá, passando pelo Pará e Amazonas, sendo que somente alguns trechos foram implantados naqueles estados.

O transporte fluvial representa papel importante na logística regional para o escoamento e abastecimento de bens e serviços, além da mobilidade das comunidades amazônicas e das cidades ribeirinhas. Na região, é o Rio Amazonas é que conecta o oeste do estado até sua foz no Atlântico. Nos municípios de fronteira do Pará, segundo o levantamento do Banco de Informações e Mapas de Transportes (BIT), há portos públicos operando nos municípios de Almeirim, Alenquer, Óbidos e Oriximiná.

Devido à vastidão territorial e à dificuldade de acesso terrestre, o transporte aéreo regional, além de garantir a mobilidade de passageiros, desempenha um papel estratégico no transporte de cargas, facilitando a circulação de produtos e insumos essenciais para o comércio local e o crescimento econômico da região. O Pará possui três aeroportos regionais, que estão localizados em Almeirim, Óbidos e Oriximiná, porém o principal acesso à região se dá através de Santarém, que possui um aeroporto internacional.

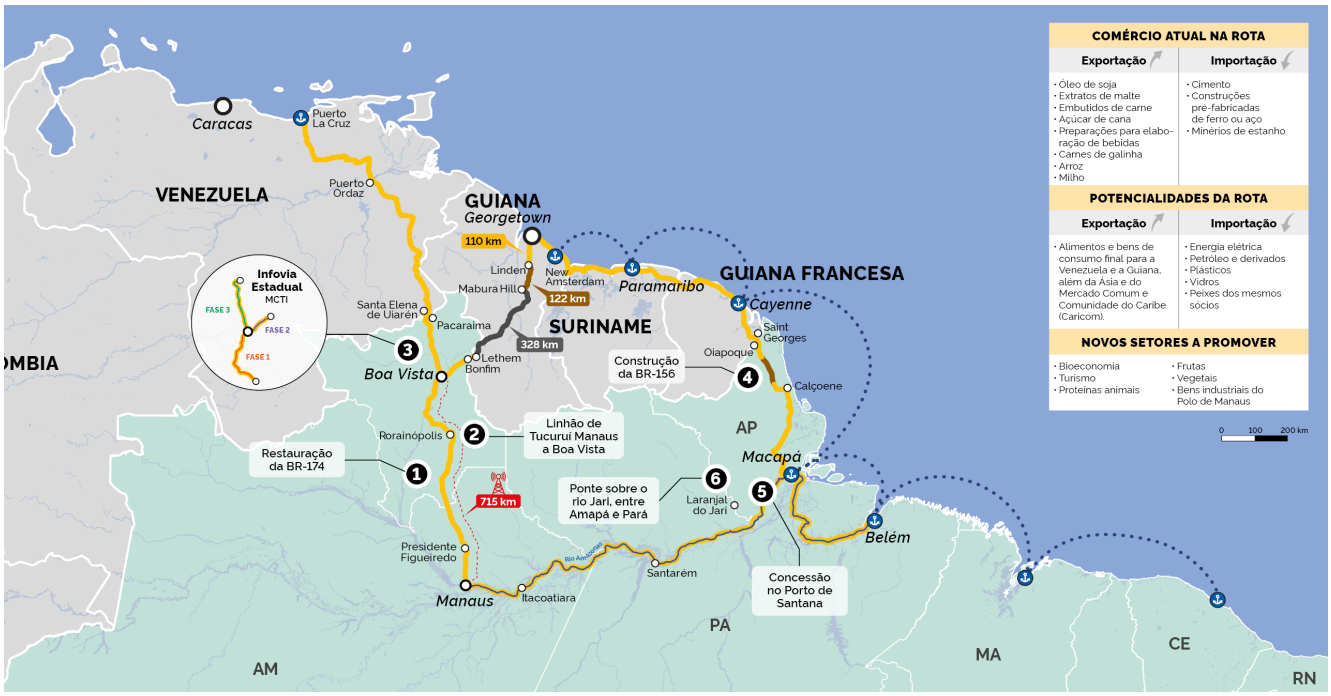
Mapa 5 - Infraestruturas de Transportes que interligam o Estado do Pará



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

No contexto das relações transfronteiriças, vale destacar o Programa Rotas de Integração Sul-Americana. Criado em 2022, pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), o Programa tem como objetivo promover a integração logística entre os países da América do Sul, facilitar o comércio e reduzir tempo e custo do transporte de mercadorias entre o Brasil e seus vizinhos e a Ásia. Das cinco Rotas da Integração Sul-Americana definidas, uma atravessa o Estado do Pará: a Rota da Ilha das Guianas. A Rota 1 é uma rota multimodal, composta por rodovias e hidrovias. No Brasil, inclui integralmente os Estados de Roraima e Amapá, além da calha norte dos Estados do Pará e do Amazonas - neste último, em trechos ainda com baixa infraestrutura instalada (MPO, 2024).

Figura 2 - Programa Rotas de Integração Sul-Americana – Rota Ilha das Guianas



Fonte: MPO, 2025.

Infraestrutura Energética e de Comunicações

As particularidades da matriz energética da Região Norte, as características geográficas remotas e os impactos dos empreendimentos de geração de energia elétrica instalados e previstos na Amazônia são aspectos significativos que devem ser considerados na análise da infraestrutura energética. Segundo dados do Balanço Energético Nacional (BEN, 2024), a Região Norte possui a capacidade instalada de geração de energia[23] de 35.638 MW, o que representa 17,9% do total disponível no Brasil. Da capacidade instalada no território brasileiro, os dados da Região Norte indicam que a fonte hidroelétrica (29,10%) representa a maior capacidade de geração, seguida da termoelétrica (7,6%) e da solar (0,4%).

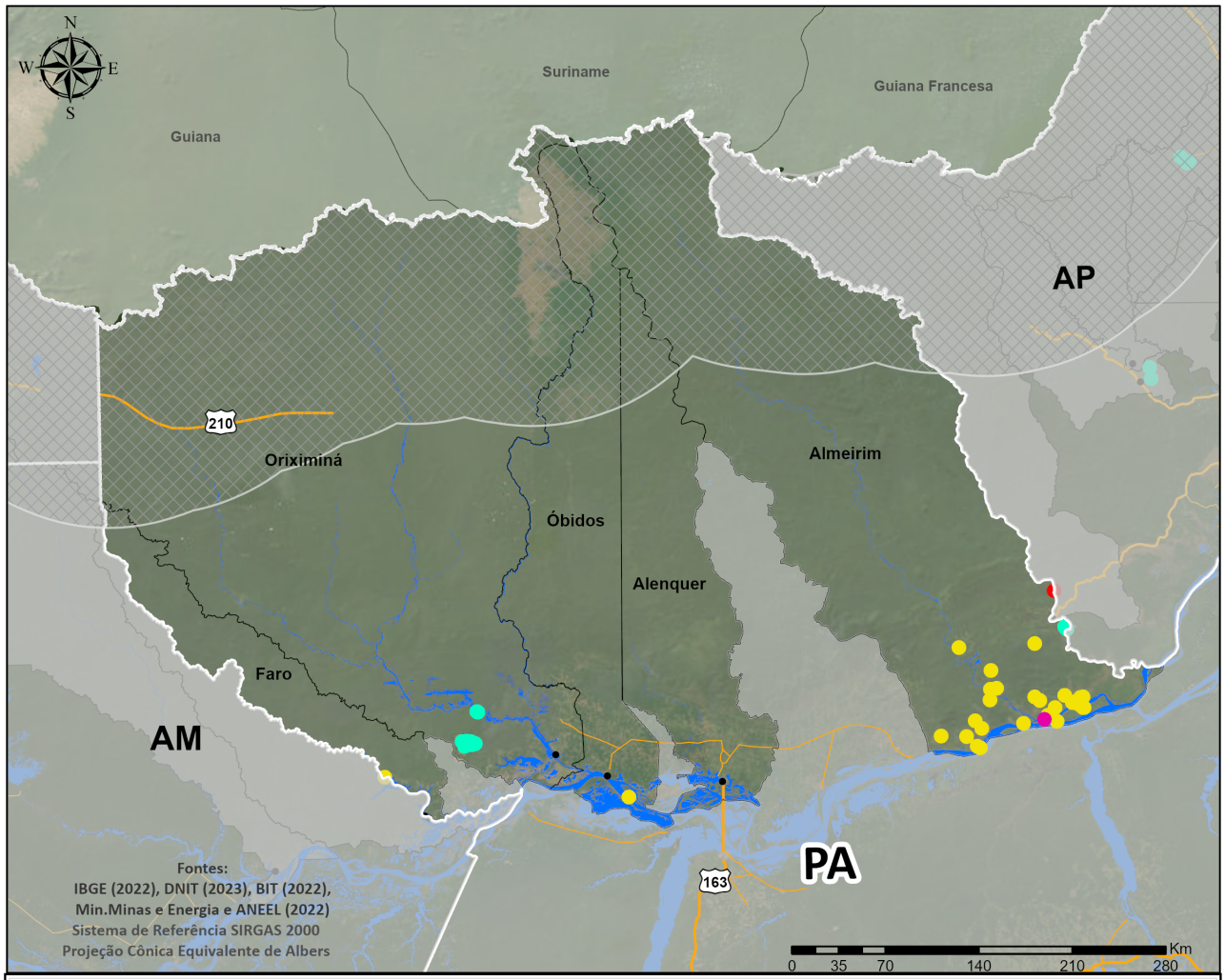
No contexto do Arco Norte, os Estados do Amazonas (5,91%), Pará (59,43%) e Rondônia (23,53%) representam 88,87% da geração de energia. Nos Estados do Acre (0,30%), Amapá (2,15%), Roraima (1,70%), o potencial de geração corresponde a 4,15% do total da Região Norte[24].

O Estado do Pará representa o maior potencial de geração de energia por fonte hidroelétrica (64,95%) e solar (36,96%). A expressiva geração de energia por fonte hidroelétrica se deve à operação de usinas de grande porte em seu território: Usinas Hidrelétricas de Belo Monte (Rio Xingu), Tucuruí (Rio Tocantins), Marabá (Rio Tocantins) e Curuá-Una (Rio Curuá-Una).

Quanto à geração de energia elétrica na região de fronteira se destaca a fonte por usina fotovoltaica, com número representativo de instalações localizadas na área urbana do Município de Almeirim. Tal ocorrência se deve a implantação de usina fotovoltaica própria, por meio de Parceria Público-Privada (PPP), na Modalidade Concessão Administrativa, que prevê ainda os serviços de eficientização, operação e manutenção do sistema de iluminação pública, implantação operação e manutenção da infraestrutura de telecomunicações.

23. Capacidade instalada de geração elétrica é a potência máxima que uma usina pode gerar, enquanto a geração de eletricidade por fonte é a quantidade de energia produzida a partir de uma fonte específica.
24. O Governo Federal instituiu em 2020 o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal - Programa Mais Luz para a Amazônia (MLA), com o propósito de fornecer energia elétrica, exclusivamente por fontes renováveis, para 219 mil unidades consumidoras, até 2022. Em Roraima, a iniciativa contemplou algumas comunidades remotas e indígenas como, por exemplo, o Centro de Referência de Saúde Indígena Surucucu em Alto Alegre. Com menos de 5% da meta cumprida, o Governo Federal unificou os dois programas, incorporando as premissas e diretrizes do MLA ao Programa Luz Para Todos (PLPT).

Mapa 6 - Geração de energia elétrica (Infraestrutura de energia e Sistemas Isolados) do Estado do Pará



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

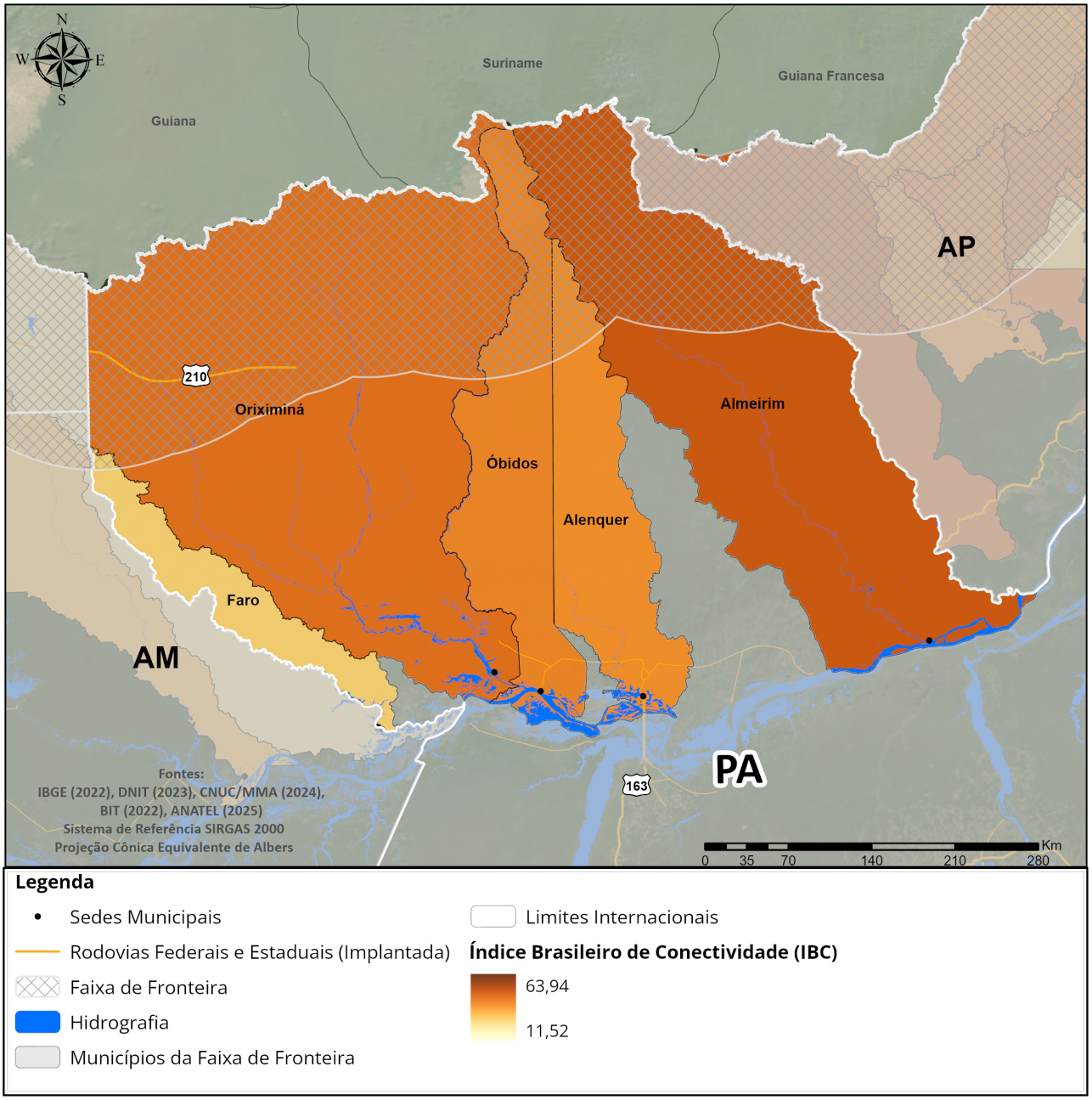
Com relação às infraestruturas de comunicações observa-se que, de forma abrangente, a cobertura de telefonia móvel e internet de alta qualidade é limitada, especialmente em áreas rurais e remotas da Faixa de Fronteira, onde muitas localidades lidam com dificuldades de acesso de redes de comunicação, o que prejudica a inclusão digital, a comunicação e o desenvolvimento econômico. A baixa velocidade de internet, mesmo nas áreas onde há cobertura também limita o uso de serviços essenciais, como educação a distância, telemedicina e outras iniciativas digitais.

Embora a infraestrutura de comunicações na Faixa de Fronteira tenha apresentado avanços, especialmente com a implementação de programas como o Norte Conectado[25], ainda persistem desafios logísticos e técnicos que precisam ser superados para assegurar a conectividade da região. No Pará, os Municípios de Alenquer, Almeirim, Óbidos e Oriximiná, estão contemplados no programa[26]. Além de ampliar o acesso à internet na Região Amazônica, está prevista a integração aos países vizinhos, que compõem a Pan-Amazônica[27]. Nesse contexto, ganham relevância soluções complementares baseadas em conectividade via satélite de baixa órbita, que oferecem maior cobertura geográfica, menor latência em comparação aos satélites tradicionais e maior rapidez de implantação. Essas alternativas têm sido particularmente importantes para atender escolas, unidades de saúde, comunidades indígenas e localidades ribeirinhas, onde a chegada da fibra pode ser lenta ou inviável no curto prazo. De todo modo, a necessidade de investimentos contínuos e políticas públicas eficazes são fundamentais para a inclusão digital nos municípios da Faixa de Fronteira.

O Índice Brasileiro de Conectividade Digital (IBC) é uma ferramenta desenvolvida pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para classificar estados e municípios brasileiros de acordo com seus estágios de conectividade. Ao analisar os valores de IBC obtidos pelo Pará no intervalo de 2021 a 2025, é possível perceber uma melhora significativa na conectividade do estado, que passou de 32,13 em 2021 para 53,05 em 2025. Entre os estados pertencentes à Faixa de Fronteira do Arco Norte, o Pará ocupa a 3ª posição no comparativo de índices de conectividade em 2025, atrás de Rondônia e Amapá, que apresentam valores de IBC superiores, respectivamente. Dos municípios localizados na faixa de fronteira do Pará, Almeirim possui o maior valor de IBC (49,33 em 2025), enquanto Faro registra o menor (27,98 em 2025), uma diferença de aproximadamente 21 pontos.

25. A expansão da infraestrutura de comunicações na Região Amazônica, particularmente na Faixa de Fronteira, foi impulsionada nos últimos anos com o avanço de iniciativas, como o Programa Norte Conectado, que desde 2020, conecta municípios do conjunto de Estados que a integram por meio da implantação de cabos de fibra óptica subfluvial.
26. O Programa Norte Conectado é composto de oito infovias, que segundo dados do Ministério das Comunicações, beneficiarão 10 milhões de pessoas. Conforme informações divulgadas pela Entidade Administradora de Faixa (EAF), responsável por seis Infovias, implantou-se no período de 2020 a 2025, as Infovias 02 e 03. Em fevereiro de 2025, foi anunciada a finalização do cabo subaquático da Infovia 04 e a efetivação da infraestrutura terrestre. As Infovias 05, 06 e 08 compõem a segunda etapa da implantação do Programa. As Infovias 00 e 01 foram realizadas entre os anos de 2021 a 2023, pelo Consórcio Aberto do Operador Neutro (ON) e Seja Digital, respectivamente.
27. Os países que compõem a Pan-Amazônica são: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

Mapa 7 - Índice Brasileiro de Conectividade - Estado do Pará



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Saneamento Básico

A gestão do saneamento básico tem como principal objetivo a universalização dos serviços essenciais em seus quatro componentes: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. A precariedade nesses serviços tende a comprometer a qualidade de vida das populações locais, impactarem a saúde pública e gerar consequências ambientais graves, como a contaminação dos rios, que são a principal fonte de abastecimento de água para muitas comunidades.

De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA, 2022), observa-se que os índices dos municípios da Faixa de Fronteira amazônica ainda são preocupantes e representam um dos grandes desafios para os gestores públicos. Com relação ao abastecimento de água potável, dos municípios da Faixa de Fronteira do Pará, somente Oriximiná atende toda a população. Destaque para Alenquer onde menos de 20% da população é abastecida pela rede de água.

Sobre os serviços de esgotamento sanitário, não há informações disponíveis no SNIS sobre os municípios de fronteira do Pará, evidenciando sua inexistência ou a falta de estrutura para o monitoramento do serviço. No que se refere à limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, dos municípios de, Alenquer, Almeirim e Óbidos são os municípios onde mais de 75% da população é atendida com coleta de Resíduos Domiciliares. Com relação à drenagem urbana[28], observa-se que em Almeirim há uma parcela maior de domicílios sujeitos a risco de inundação.

28. Considerando a diversidade de indicadores sobre o tema, adotou-se para esta análise a parcela de domicílios não sujeitos a risco de inundação (SNISA,2022).

Tabela 4 - Saneamento Básico: índice de atendimento em relação à população total (%)

Municípios da Faixa de Fronteira do Pará	Abastecimento de água potável	Esgotamento Sanitário	Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e manejo de águas pluviais urbanas
	Índice de atendimento em relação à população total (%)	Índice de atendimento em relação à população total (%)	Taxa de cobertura da coleta domiciliar em relação à população total (%)	Parcela de domicílios não sujeitos a risco de inundação (%)
Alenquer	17,34	NI	75,69	74,8
Almeirim	81,68	NI	72,93	61,8
Faro	67,67	NI	41,77	100
Óbidos	35,26	NI	88,83	82,8
Oriximiná	100	NI	52,86	99,7
Estado	**55,42**	**9,24**	**75,91**	**95,7**
Brasil	**84,9**	**56**	**90,4**	**95,7**

NI = Não Informado.

Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.



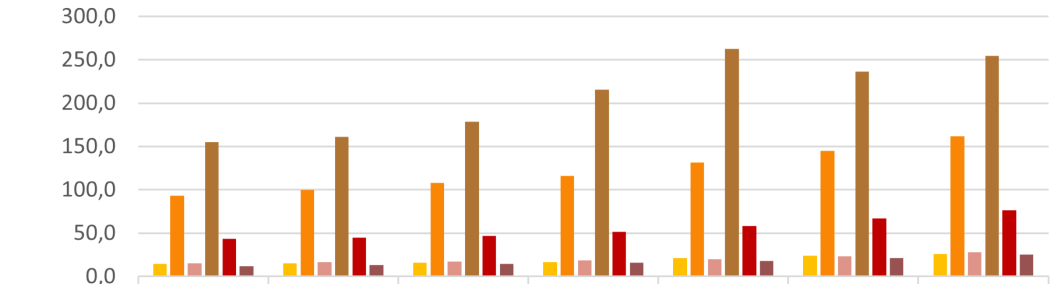
Foto: Marcia do Carmo/MTur

Eixo Temático 3: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

Estrutura econômica

O Produto Interno Bruto (PIB) é o principal indicador do nível de atividade econômica de um território. Apesar de não revelar fatores como distribuição de renda, qualidade de vida e desigualdades, permite uma análise da dimensão econômica capaz de fornecer subsídios para um diagnóstico de vocações e potencialidades. O Estado do Pará é aquele com a maior economia, dentre os estados do Arco Norte e Rondônia, com Produto Interno Bruto (PIB) de R$ 262,9 bilhões, duas vezes maior do que o Amazonas, que tem o PIB de 131,5 bilhões. No gráfico a seguir, é possível observar o valor do PIB para a última série de cinco anos divulgada.

Gráfico 7 - Produto Interno Bruto a preços correntes de mercado em bilhões de reais



	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Acre	14,3	15,3	15,6	16,5	21,4	23,7	26,3
Amazonas	93,2	100,1	108,2	116,0	131,5	145,1	161,8
Amapá	15,5	16,8	17,5	18,5	20,1	23,6	28,0
Pará	155,2	161,3	178,4	215,9	262,9	236,1	254,5
Rondônia	43,5	44,9	47,1	51,6	58,2	66,8	76,4
Roraima	12,1	13,4	14,3	16,0	18,2	21,1	25,1

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do IPEADATA.

Na análise da participação do valor adicionado dos Setores de Agropecuária, Indústria e Serviços[29] no valor adicionado bruto total[30], observa-se que o Setor de Serviços tem uma contribuição relevante em todos os estados:

Tabela 8 - Participação setorial no valor adicionado dos estados em 2021 (em %)

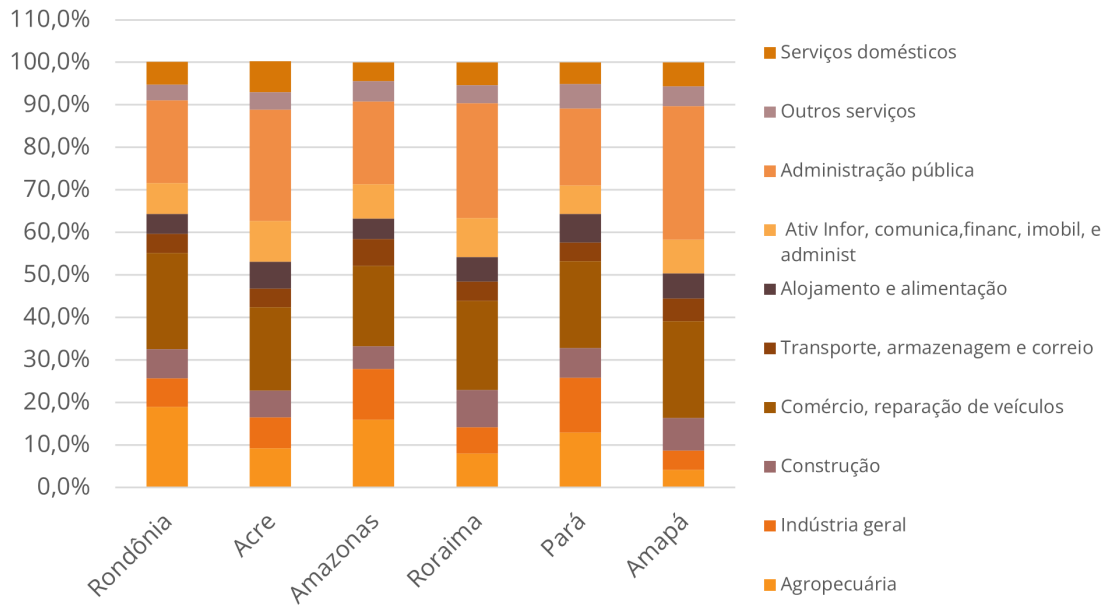
Setores	Acre	Rondônia	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá
Agropecuária	**17,1%**	**18,9%**	**5,4%**	**8,9%**	**12,9%**	**1,2%**
Indústria	**8,0%**	**19,0%**	**40,1%**	**11,7%**	**28,5%**	**10,4%**
Indústria extrativa	0,0%	0,2%	2,1%	0,1%	13,5%	0,1%
Indústria de transformação	3,3%	7,7%	32,6%	1,3%	5,6%	1,6%
Serviços industriais de Utilidade Pública (SIUP)	1,2%	8,2%	2,1%	5,4%	4,8%	5,2%
Construção	3,5%	2,9%	3,2%	4,9%	4,7%	3,6%
Serviços	**74,9%**	**62,1%**	**54,5%**	**79,5%**	**58,6%**	**88,3%**
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	11,5%	10,8%	10,2%	12,2%	10,8%	12,1%
Transporte, armazenagem e correio	1,0%	1,4%	3,4%	1,9%	2,5%	1,4%
Informação e comunicação	0,9%	0,7%	1,3%	1,0%	0,9%	1,2%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,1%	3,9%	2,3%	2,8%	2,9%	2,5%
Atividades imobiliárias	9,5%	8,6%	6,4%	7,7%	7,2%	10,8%
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	38,5%	27,6%	20,2%	46,2%	23,6%	48,3%
Outros serviços	10,3%	9,1%	10,6%	7,6%	10,7%	12,0%

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

29. O setor de Agropecuária corresponde a: agricultura, pecuária e produção florestal; pesca e aquicultura. O setor Industrial corresponde a: indústria extrativa e mineral; indústria de transformação; produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana; construção civil. Já o Setor de Serviços engloba: Comércio, transportes, informação e comunicação, atividades financeiras, atividades imobiliárias, administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social e outros serviços.
30. A definição de valor adicionado bruto é o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. Dessa forma, ele mede a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades. Isto é, quanto efetivamente o setor contribui para o PIB total.

Com relação ao total de ocupados por setor de atividade, os dados da PNAD (2023) mostram que o Setor de Serviços aparece como principal empregador na economia da região, bem como em Roraima. Apesar de a indústria contribuir num patamar elevado para o valor adicionado no Pará e no Amazonas, isto não se traduz na mesma proporção total de ocupados, cujos percentuais foram próximos a 12%. A agropecuária nestes estados chega a ultrapassar o total de ocupados na indústria, ressaltando a importância das atividades rurais.

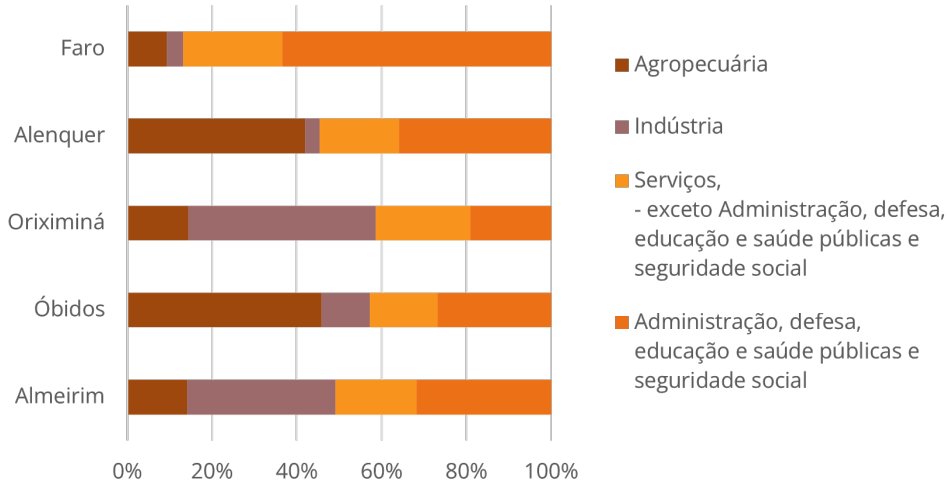
Gráfico 8 - Total de Ocupados por setor de atividade econômica nos Estados em 2023



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2023).

Os municípios da Faixa de Fronteira no Pará têm uma baixa contribuição no PIB estadual (1,8%),Quanto ao setor agropecuário, este responde por 10% do valor adicionado, com 13% dos ocupados no Estado.

Gráfico 9 - Participação dos setores no valor adicionado total no Estado do Pará em 2021



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do PIB dos municípios, IBGE.

Atividades Produtivas

Uma vez que o trabalho envolve foco na bioeconomia e cadeias produtivas sustentáveis e inclusivas dos produtos da sociobiodiversidade, foram analisados dados econômicos vinculados ao setor agropecuário ou agroindustrial, para demonstrar um panorama das atividades produtivas dos estados e municípios[31].

O mapeamento dessas atividades envolve algumas especificidades, atreladas à questão da sustentabilidade e da inclusão social, que apresentam entre si importante conexão. Na Amazônia Legal, milhares de famílias vivem de atividades produtivas relacionadas aos produtos da biodiversidade da floresta, com cerca de dois milhões de pessoas no extrativismo dos produtos florestais não madeireiros (IMAFLORA, 2016). A maior parte dessas famílias constitui população tradicional, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, etc.

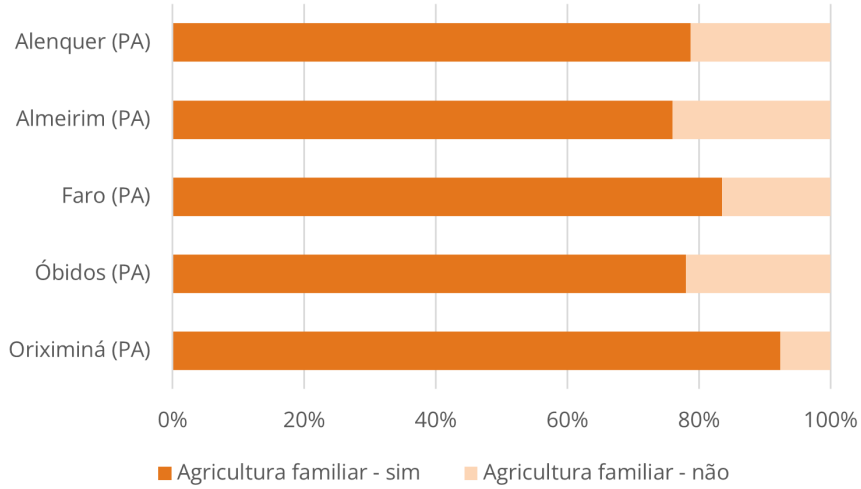
No contexto de real agravamento das condições climáticas e sua ameaça à manutenção da biodiversidade e da própria sobrevivência humana, é necessário foco numa economia baseada na sustentabilidade, preservação e restauração ambiental. São as populações tradicionais que ali vivem que há muitos anos garantem a manutenção desse ecossistema, central no equilíbrio climático global. Elas detêm conhecimentos sobre os recursos naturais disponíveis, técnicas e práticas socioculturais de cultivos,

31. O Censo Agropecuário e a Pesquisa de Extração Vegetal e Silvicultura, produzidos pelo IBGE correspondem a uma base de dados consolidada no Brasil, que fornecem informações relevantes para o conhecimento sobre o cenário da atividade agropecuária em todo o território brasileiro.

benéficos à preservação ambiental. No entanto, há avanços organizacionais, tecnológicos e financeiros que podem colaborar na resolução de gargalos produtivos, assim como no melhoramento dessas práticas, com vistas ao fortalecimento dessas atividades, suas populações e seus potenciais ganhos econômicos.

De modo geral, se observa uma alta participação em termos de número de estabelecimentos da agricultura familiar nos municípios de Faixa de Fronteira e capitais. Em geral, representam mais de 80% dos estabelecimentos estão sob essa condição.

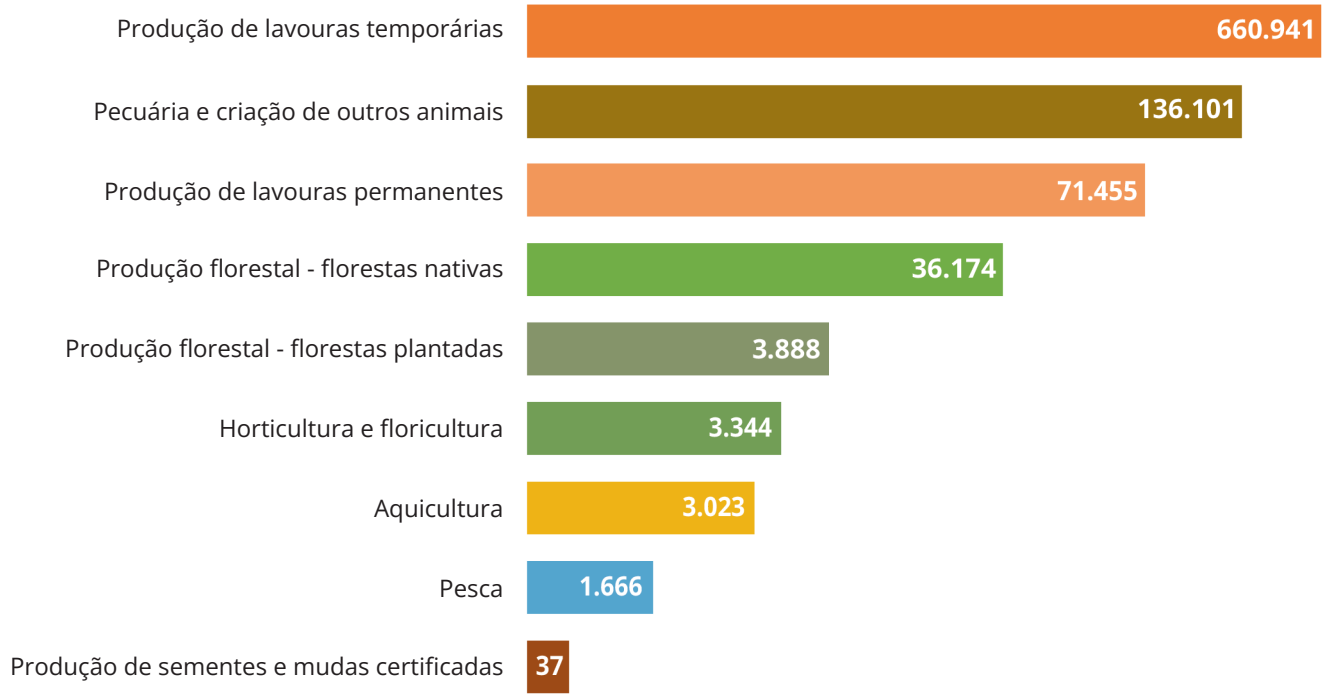
Gráfico 10 - Número de Estabelecimentos por condição do produtor no Pará



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de Censo Agropecuário 2017, IBGE

Com relação às atividades econômicas exercidas pela agroindústria rural, observa-se um padrão na produção do valor, em que as lavouras temporárias ocupam o primeiro lugar e a pecuária, o segundo, com exceção de Rondônia. O resultado do Pará, especialmente para as lavouras fica bem acima, o que contribuiu para distorções na visualização dos demais valores. A produção florestal aparece como terceira atividade relevante, sobretudo no Pará, no Amazonas e no Amapá.

Gráfico 11 - Valor da Produção das atividades agropecuárias (em mil reais)



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de Censo Agropecuário 2017, IBGE

Dados específicos sobre extração vegetal, também contribuem para o diagnóstico produtivo, sendo, no caso da bioeconomia, de extrema relevância. Pela pesquisa de extração vegetal e silvicultura do IBGE (PEVS), seguem abaixo os principais produtos do extrativismo vegetal segundo seu valor da produção em 2023. Levou-se em conta a quantidade e valor da produção total dos produtos.

Valor da produção dos principais produtos extrativos (em mil reais) - 2023*

1° 

MADEIRA EM TORA

Valor da produção: 176.3718mil reais
Quantidade: 4.985.861 m³

2° 

AÇAÍ

Valor da produção: 651.058 mil reais
Quantidade: 167.625 toneladas

3° 

CARVÃO VEGETAL

Valor da produção: 101.318 mil reais
Quantidade: 129.647 toneladas

4° 

LENHA

Valor da produção: 40.015 mil reais
Quantidade: 1.332.537 m³

5° 

CASTANHA DO BRASIL

Valor da produção: 31.526 mil reais
Quantidade: 9.390 toneladas

6° 

PALMITO

Valor da produção: 14.580 mil reais
Quantidade: 3.230 toneladas

* No bioma Amazônico, marcado pela predominância de florestas nativas, a exploração de produtos florestais, como madeira e lenha, deve observar os princípios do manejo florestal sustentável, prática regulamentada no Brasil desde a Lei Federal nº 4.771/1965 e atualmente disciplinada pela legislação ambiental vigente. Ressalta-se que os dados da PEVS/IBGE expressam os volumes e valores da produção extrativista, sem distinguir as formas de manejo ou a origem sustentável dos produtos comercializados.

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de PVES 2023

Potencial turístico

O turismo transfronteiriço é potencial para explorar as oportunidades de integração entre cidades brasileiras e municípios dos países vizinhos, além do fortalecimento do ecoturismo, do etnoturismo, do turismo cultural e de negócios. De acordo com os dados obtidos do Mapa do Turismo[32] (2025), são 16 Polos e Regiões Turísticas e 33 municípios fronteiriços distribuídos ao longo do Arco Norte e Rondônia.

Na Faixa de Fronteira do Estado do Pará, apenas o Município de Oriximiná integra o Mapa Brasileiro do Turismo, compondo a Região Turística Rio Amazonas, que inclui ainda os municípios de Curuá, Juruti, Monte Alegre e Terra Santa, todos categorizados em nível III (municípios de apoio ao turismo). A Região Turística Rio Amazonas é caracterizada pelo ecoturismo, turismo de aventura, lazer náutico e etnoturismo de imersão cultural. O fato dos demais municípios ainda não terem participação formal no Mapa do Turismo, não significa ausência de potencial ou de representatividade do setor na economia dos municípios fronteiriços.

32. A Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas é um instrumento desenvolvido pelo Ministério do Turismo (MTur) para classificar os aqueles inseridos no Mapa do Turismo Brasileiro com base na sua importância e desempenho no setor. Essa categorização tem como objetivo orientar a formulação de políticas públicas, a destinação de recursos e o planejamento estratégico do turismo no país. Atualmente, a classificação se dá em três categorias: Município turístico – concentra o maior fluxo de visitantes e reúne os principais atrativos e serviços turísticos da região; Município com oferta turística complementar – dispõe de atrativos e serviços que fortalecem e ampliam a experiência dos visitantes em relação ao município turístico.; Município de apoio ao turismo – apresenta pouco ou nenhum fluxo turístico direto, mas se beneficia da atividade, fornecendo mão de obra, serviços e produtos.

Mapa 8 - Regiões Turísticas nos municípios da Faixa de Fronteira do Estado do Pará



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.



Foto: Bruna Brandão/MTur

Eixo Temático 4: Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

No contexto da Faixa de Fronteira do Pará, a proteção e valorização dos povos indígenas e das comunidades tradicionais assumem não apenas uma dimensão de justiça social, mas também um papel estratégico para a conservação ambiental da região. Observa-se a presença de unidades de conservação de grande extensão territorial, majoritariamente sob gestão estadual, que desempenham papel estratégico tanto na preservação ambiental quanto na manutenção dos modos de vida de populações tradicionais. No que se refere aos povos indígenas, a região abriga terras indígenas de significativa extensão e diversidade étnica. Há ainda a presença significativa de comunidades quilombolas, ainda que parte considerável dos seus integrantes esteja fora de territórios da faixa de fronteira.

Essas populações tradicionais vêm enfrentando pressões crescentes associadas a atividades ilegais e conflitos territoriais, o que reforça a necessidade de políticas integradas e ações coordenadas de governança na Faixa de Fronteira paraense.

Povos Indígenas

No Pará, de acordo com os dados da FUNAI, há atualmente cinco terras indígenas localizadas na Faixa de Fronteira.

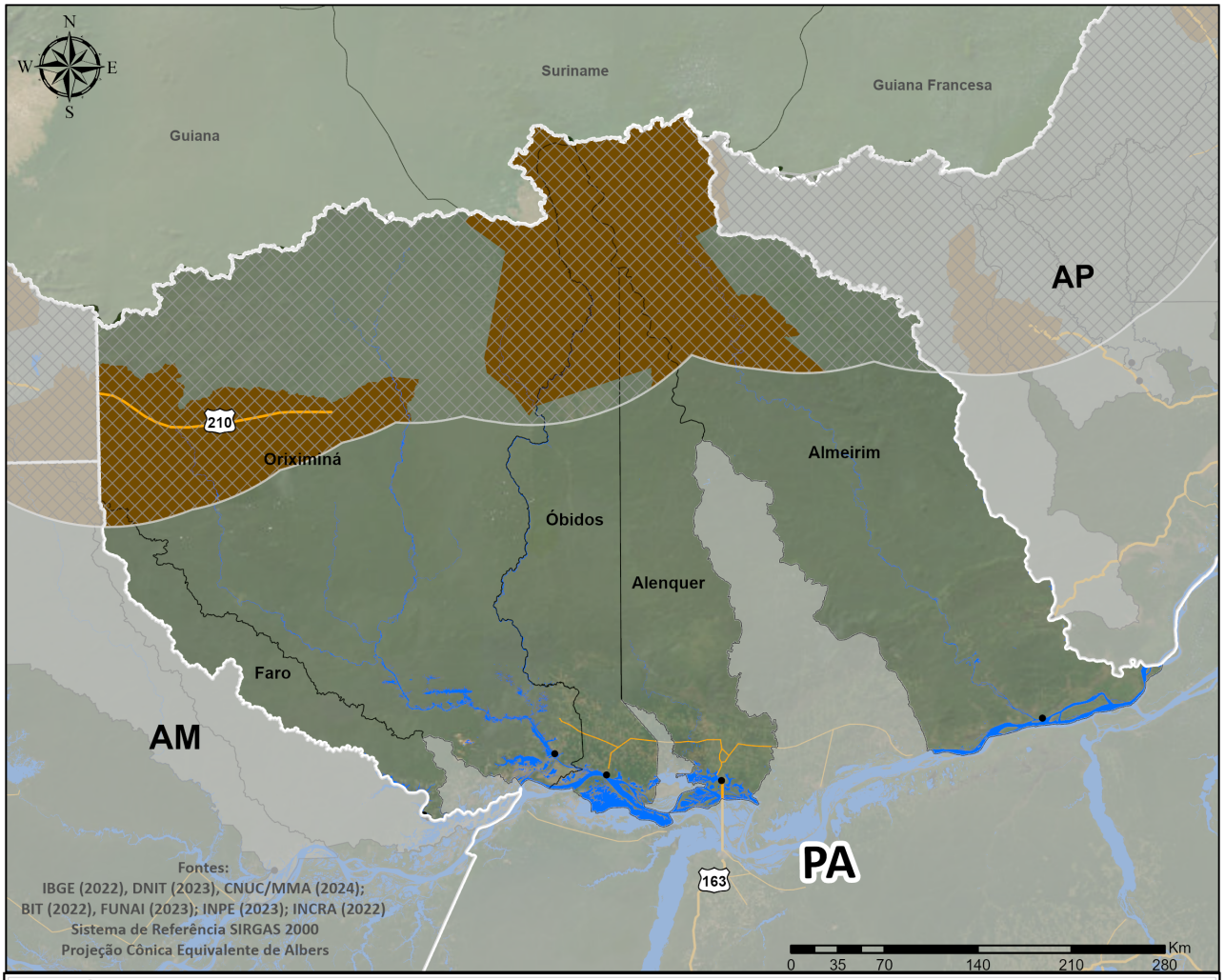
Tabela 5 - Terras Indígenas localizadas na Faixa de Fronteira do Estado do Pará

Nome da terra indígena	Municípios	Etnia	Área em ha	Status[33]
Nhamundá/ Mapuera	Nhamundá (AM), Urucará (AM), Oriximiná (PA), Faro (PA)	Hixkaryána, WaiWai	1.049.520	Regularizada
Parque do Tumucumaque	Laranjal do Jari(AP), Almeirim(PA), Alenquer(PA), Oriximiná(PA) Óbidos(PA)	Wayana, Apalaí	3.071.068	Regularizada
Rio Paru DEste	Monte Alegre (PA), Almeirim(PA), Alenquer (PA)	Wayana, Apalaí	1.195.786	Regularizada
Trombetas/ Mapuera	Nhamundá (AM), Urucará (AM), Caroebe (RR), São João da Baliza (RR), Oriximiná (PA) Faro (PA)	Katuena, Xereu, WaiWai, Tunayana, Sikiyana, Hixkaryána, Isolados, Karafawyana, Katuena, Waimiri Atroari	3.970.898	Regularizada
Kaxuyana-Tunayana	Oriximiná (PA)	Kaxuyana	2.184.120	Declarada

Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

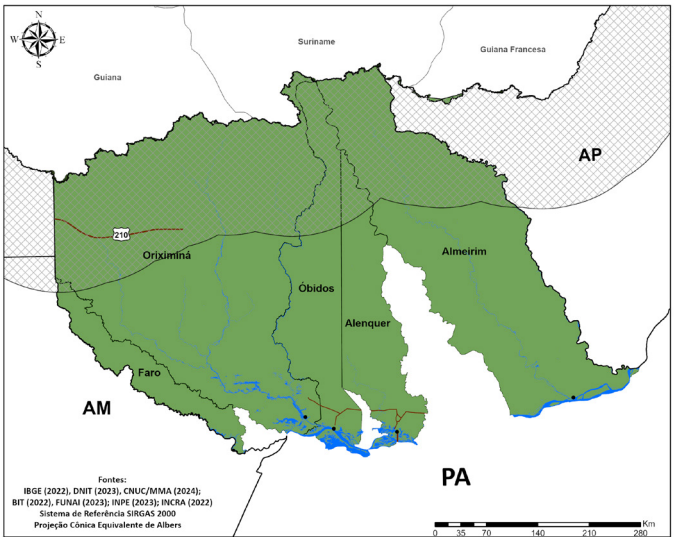
33. Sobre a situação jurídica, vale destacar que essas informações são dinâmicas devido aos próprios processos de regularização fundiária.

Mapa 9 - Unidades de Conservação na Faixa de Fronteira do Estado do Pará



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

As TIs existentes, independentemente do estágio do processo de reconhecimento ou demarcação, são referências essenciais para orientar o ordenamento territorial na região amazônica, bem como para formulação de programas e projetos. Entretanto, é importante observar dois aspectos relevantes em relação à questão indígena na Faixa de Fronteira de modo geral e no Arco Norte e Rondônia especificamente. O primeiro deles é que a noção de fronteira, que delimita e separa países, não é necessariamente uma referência para os indígenas que aí estão, pois transitam indistintamente em suas terras de um lado e de outro dos países. O segundo aspecto é que parte significativa da população indígena não está localizada em TIs.



Legenda:

até 10% | 10,01 - 20% | 20,01 - 50% | 50,01 - 80% | maior que 80%

Percentual de população indígena na Faixa de Fronteira do Estado do Pará

Todos os municípios fronteiriços tem porcentagem pequena da população indígena em relação a população geral.

Em números absolutos, o contingente mais expressivo fica no Município de Oriximiná, cuja população indígena é de 3.805 habitantes, sendo que 85,5% destes (3.253 habitantes) estão em terras indígenas.

Para além da promoção da justiça social, a proteção dos povos indígenas e de outras comunidades tradicionais configura também uma estratégia de sustentabilidade ambiental, especialmente na Faixa de Fronteira do bioma amazônico. Entretanto, é amplamente reconhecido que os povos indígenas da região estudada enfrentam múltiplas ameaças, sendo a presença de facções criminosas em TIs, aliada à exploração madeireira e minerária, um fator agravante dos conflitos.

O Parque do Tumucumaque, por exemplo, terra indígena localizada entre o Amapá e o Pará, é habitada por sete povos: Akurio (isolados), Citaré (isolados), Mapari (isolados), Akuriyó, Aparai, Katxuyana, Tiriyó e Wayana. O parque abriga as nascentes de todos os principais rios do Amapá, com destaque para o Oiapoque, o Jari e o Araguari (ISA,2025[34]).

34. Fonte: https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/228506

Comunidades Quilombolas

Nos municípios de fronteira do Arco Norte e Rondônia, foram identificados 6 territórios quilombolas[35], sendo a maioria deles localizados no Município de São Miguel do Guaporé, em Rondônia. Outros 11 territórios quilombolas estão localizados em municípios fronteiriços, porém fora da faixa. Dez destas comunidades quilombolas estão no Pará, sendo 5 em Oriximiná e 5 em Óbidos.

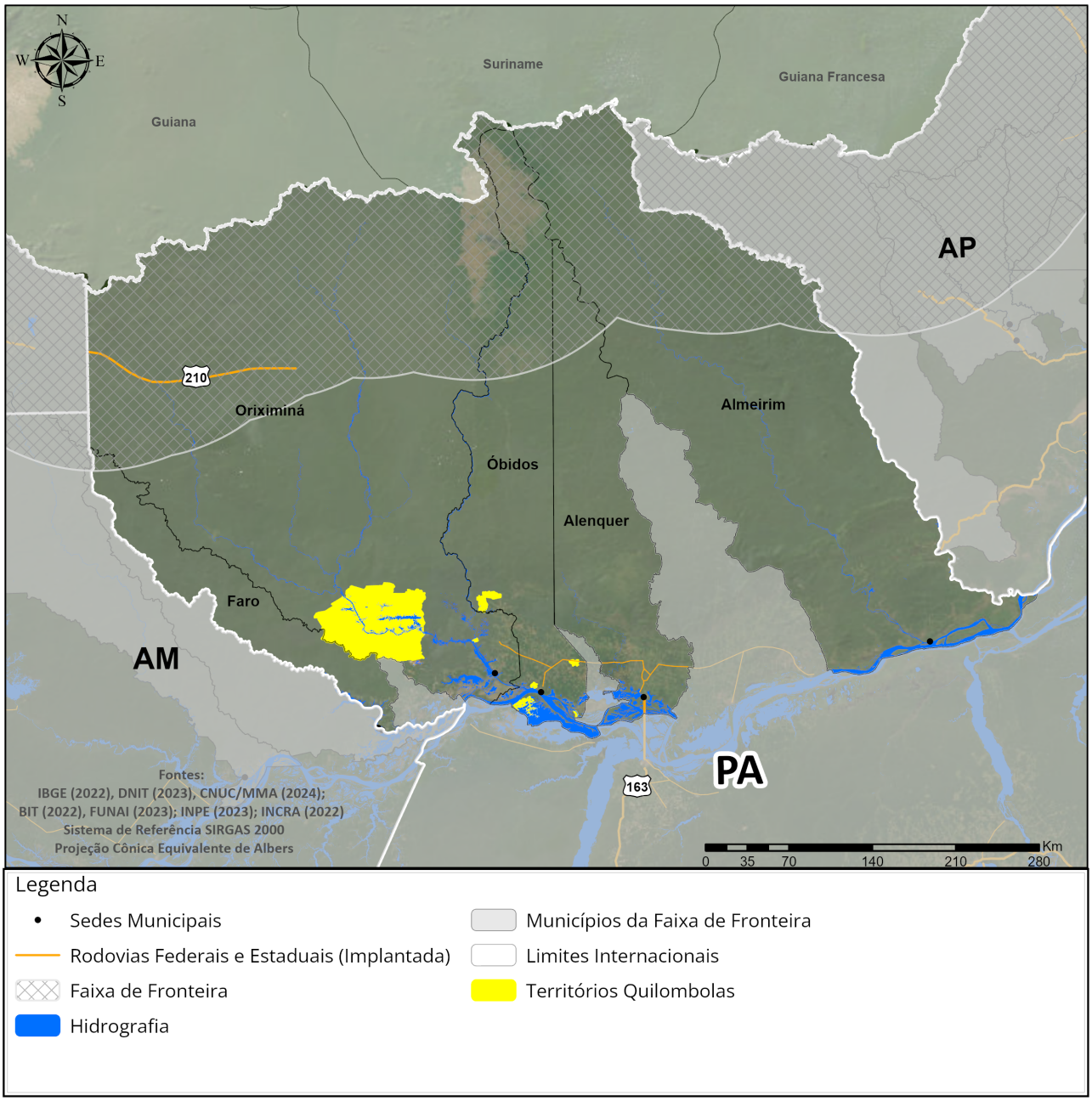
Tabela 6 - Territórios Quilombolas localizados na Faixa de Fronteira do Estado do Pará

Comunidade Quilombola certificada	Município	Nº de famílias	Etapa do processo de titulação INCRA
Alto Trombetas I (Mãe Cué, Sagrado Coração de Jesus, Tapagem, Paraná do Abuí e Abuí)	Oriximiná	155	Portaria
Alto Trombetas II (Moura, Jamari, Curuçá, Juquirizinho, Juquiri Grande, Palhal, Nova Esperança e Erepecu/Último Quilombo)	Oriximiná	243	Portaria
Boa vista	Oriximiná	112	Titulado
Água Fria	Oriximiná	15	Titulado
Muratubinha	Óbidos	132	RTID
Peruana	Óbidos	16	Titulado parcial
Ariramba	Óbidos	27	RTID
Arapucu	Óbidos	79	Portaria
Arapucu	Óbidos	79	Portaria

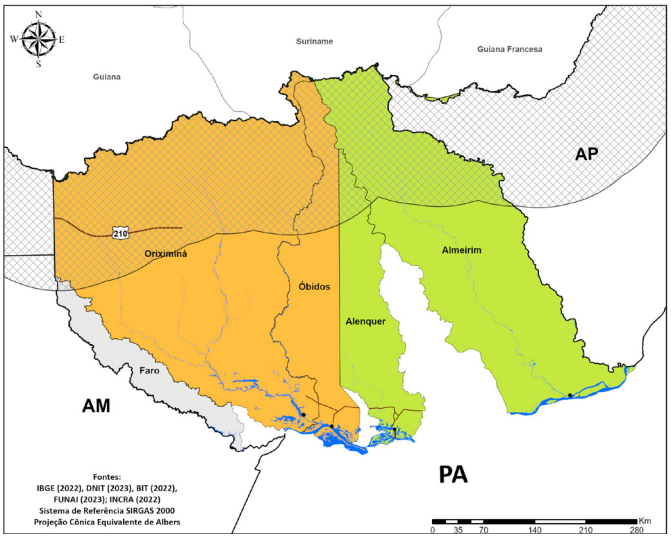
Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

35. Para os dados de territórios quilombolas foram utilizadas informações do INCRA e da Fundação Palmares. No entanto, vale considerar as análises do CENSO IBGE de 2022 que considera como quilombola a pessoa residente em localidade quilombola que se declarou quilombola, sendo as localidades quilombolas caracterizadas em 3 tipos: 1) Territórios oficialmente delimitados: aqueles que contam com alguma delimitação formal do INCRA ou dos órgãos estaduais e municipais; 2) Agrupamentos Quilombolas: conjunto de 15 ou mais indivíduos quilombolas, em uma ou mais moradias espacialmente contíguas, vinculados por laços familiares ou comunitários; 3) Outras localidades quilombolas: ocupação domiciliar dispersa em áreas rurais e urbanas; no entorno dos territórios e agrupamentos, constatada ou não potencial ocupação quilombola.

Mapa 10 - Territórios Quilombolas na Faixa de fronteira do Estado do Pará



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.



Legenda:

- Sem população quilombola
- até 10%
- 10,01 - 20%
- 20,01 - 24,03%

Percentual de população quilombola na Faixa de Fronteira do Estado do Pará

Dos 5 municípios pertencentes a Faixa de Fronteira, 4 possuem população quilombola, sendo que em Oriximiná e Óbidos a porcentagem de participação dessa população é mais expressiva, acima de 10% da população total. Em Óbidos, há 6.815 pessoas quilombolas, sendo que 45,6% deste total declararam não estar em territórios oficialmente delimitados. Já em Oriximiná, há 9.451 habitantes declarados quilombolas, sendo 48,6% vivendo fora de territórios quilombolas.

Unidades de Conservação

Quanto aos demais segmentos de comunidades tradicionais, não há registros mais consistentes em bases de dados oficiais que permitam uma visão abrangente, ao menos, de localização dos mesmos.

No entanto, entre essas comunidades, destacam-se os extrativistas. A maior parte dessa população encontra-se em unidades de uso sustentável, especialmente reservas extrativistas e florestas nacionais, categorias que conciliam a conservação dos ecossistemas com atividades tradicionais como o extrativismo vegetal, a agricultura de subsistência e o manejo sustentável dos recursos naturais. O recente levantamento feito pelo IBGE no último censo demográfico representa um marco metodológico, ao trazer informações específicas sobre moradores e domicílios localizados em Unidades de Conservação. Esses dados permitem compreender algumas das características sociodemográficas, o que pode ampliar a capacidade de planejamento de políticas públicas voltadas à inclusão social, à gestão ambiental e ao desenvolvimento territorial sustentável.

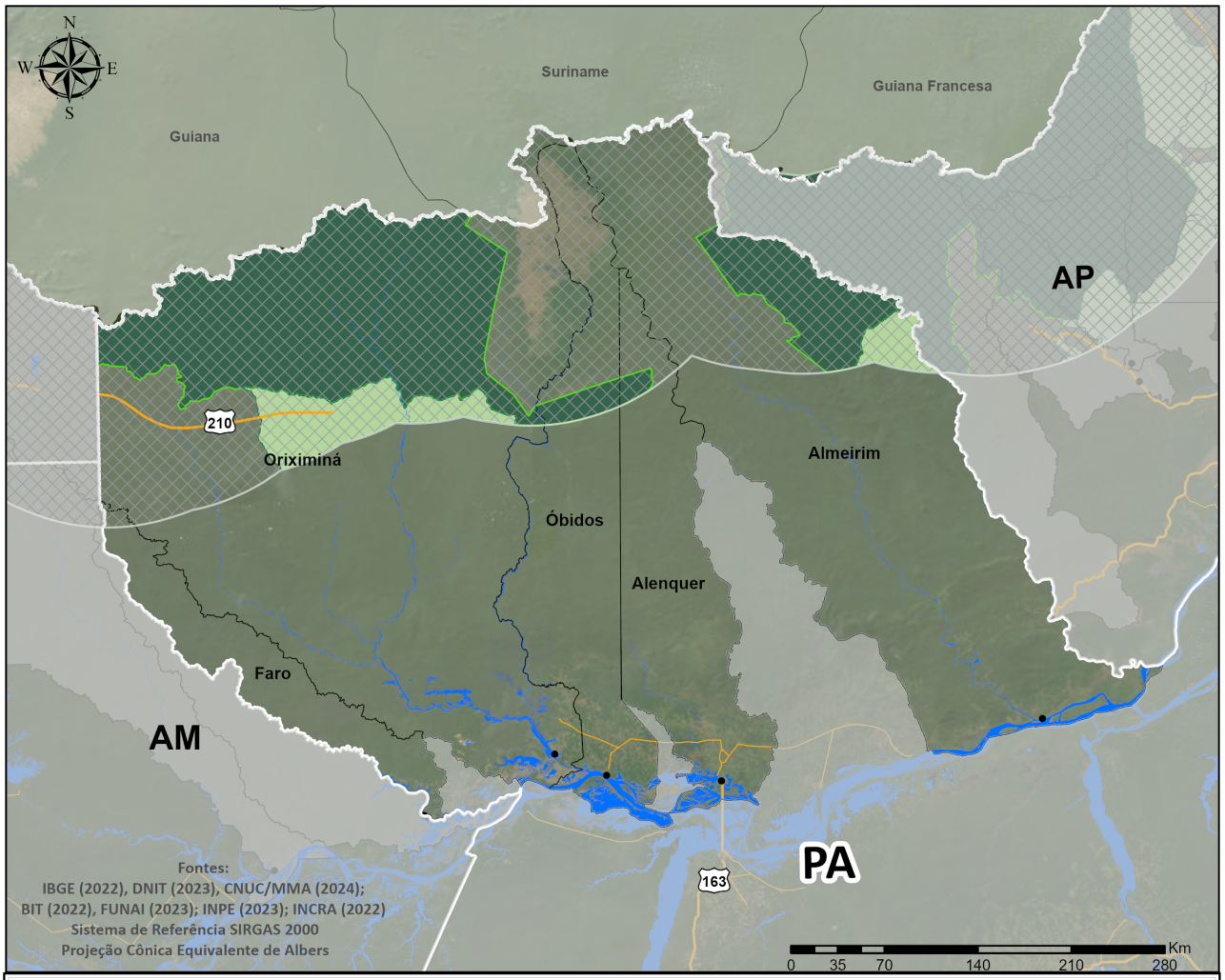
Na Faixa de Fronteira do Pará, há cinco unidades de Conservação instituídas, sendo a maior parte delas Ucs de Proteção Integral.

Tabela 7 - Unidades de Conservação na Faixa de Fronteira do Estado do Pará

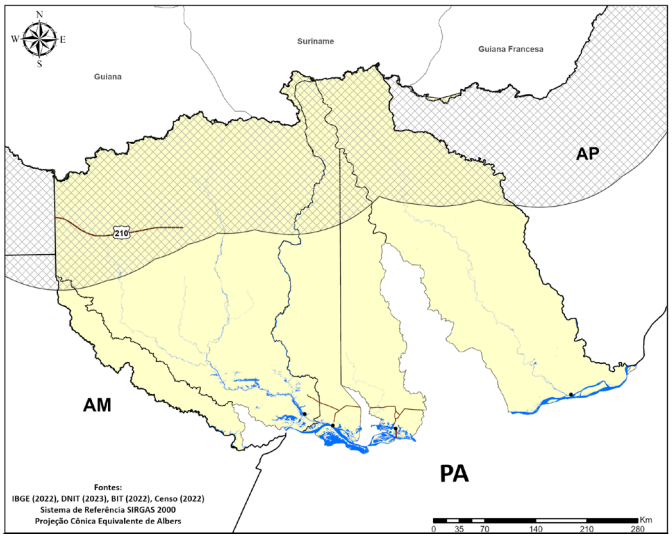
Nome da unidade de conservação	Municípios	Área total (ha)	Esfera	Tipo de Uso	Categoria
Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque	Almeirim (PA), Calçoene (AP), Laranjal Do Jari (AP), Oiapoque (AP), Serra Do Navio (AP)	3.865.126	Federal	Proteção Integral	Parque
Reserva Biológica de Maicuru	Almeirim (PA), Monte Alegre (PA)	1.173.136	Estadual	Proteção Integral	Reserva Biológica
Estação Ecológica do Grão Pará	Alenquer (PA), Monte Alegre (PA), Óbidos (PA), Oriximiná (PA)	4.203.669	Estadual	Proteção Integral	Estação Ecológica
Floresta Estadual do Trombetas	Alenquer (PA), Almeirim (PA), Monte Alegre (PA), Óbidos (PA)	3.143.529	Estadual	Uso Sustentável	Floresta
Floresta estadual do Paru	Alenquer (PA), Almeirim (PA), Monte Alegre (PA), Óbidos (PA)	3.610.013	Estadual	Uso Sustentável	Floresta

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de Cadastro Nacional de UCs, 2024

Mapa 11 - Unidades de Conservação na Faixa de Fronteira do Estado do Pará



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.



Legenda:

- até 10%
- 10,01 - 20%
- 20,01 - 40%
- > 40%

Percentual de população residente nas unidades de conservação na Faixa de Fronteira do Estado do Pará

Conforme dados do Censo IBGE 2022, observa-se que 2,3% da população fronteiriça do Pará reside em Unidades de Conservação. Em números absolutos, o contingente mais expressivo fica no Município de Oriximiná, onde cerca de 4.600 pessoas residem em Unidades de Conservação.

Eixo Temático 5: Integração Regional, Migrações e Segurança

Contextos das Migrações

Entre os anos de 2020 e 2024, os estados do Arco Norte e Rondônia se destacaram como pontos estratégicos da dinâmica migratória no Brasil, especialmente devido à sua localização geográfica e à presença de fronteiras internacionais. O fluxo migratório nesses estados foi fortemente influenciado por fatores como crises humanitárias, mudanças nas políticas migratórias, impactos da pandemia de COVID-19 e transformações socioeconômicas tanto no Brasil quanto nos países de origem dos migrantes.

Mapa 12 - Movimentação de pessoas pelos postos de fronteira dos estados do Acre, Amapá, Amazona, Pará, Rondônia e Roraima, 2024

UFs	ENTRADA		SAÍDA		TOTAL	
	N°	%	N°	%	N°	%
AC	53.241	51,20%	50.828	48,80%	104.069	**12,20%**
AM	89.974	48,30%	96.215	51,70%	186.189	**21,80%**
AP	67.203	65,60%	35.260	34,40%	102.463	**12,00%**
PA	115.699	45,20%	140.309	54,80%	256.008	**29,90%**
RO	7.903	50,20%	7.827	49,80%	15.730	**1,80%**
RR	152.693	79,90%	38.415	20,10%	191.108	**22,30%**
Total	**486.713**	**100%**	**368.854**	**100%**	**855.567**	**100%**

Fonte: Elaborado pelo IBAM com informações de BRASIL, s/d, 2024[36]

Neste período, o Pará apresentou o segundo fluxo migratório mais alto da Região Norte, funcionando como um ponto de redistribuição para migrantes que seguem para outras regiões do Brasil. Enquanto a Capital Belém bateu seu recorde histórico, alcançando 237.804 registros, consolidando-se como o maior centro migratório do Norte, Santarém representa o segundo maior centro migratório.

36. BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Microdados do Sistema de Tráfego Internacional (STI) [Base de dados]. Brasília, 2024. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401206-sti. Acesso em: 12 fev. 2025.

A migração masculina foi predominante, especialmente entre turistas e trabalhadores temporários. No entanto, o número de mulheres migrantes aumentou ao longo dos anos, indicando uma diversificação nos perfis migratórios.

Em relação às tipologias migratórias, a categoria de turistas figurou como uma das mais expressivas, indicando uma forte presença de viajantes temporários e migração pendular. O Pará recebeu uma diversificada variedade de migrantes, com destaque para venezuelanos, haitianos e filipinos. A presença de migrantes bolivianos e peruanos também foi registrada.

Contextos de Violência e de Criminalidade

A Região Norte do Brasil apresenta taxas historicamente elevadas de violência letal, com destaque para a interiorização dos homicídios, que passaram a se concentrar em municípios do interior a partir dos anos 2000. Entre 2018 e 2020, a região registrou uma média de 28,7 homicídios por 100 mil habitantes[37], superando a média nacional de 20 homicídios por 100 mil habitantes.

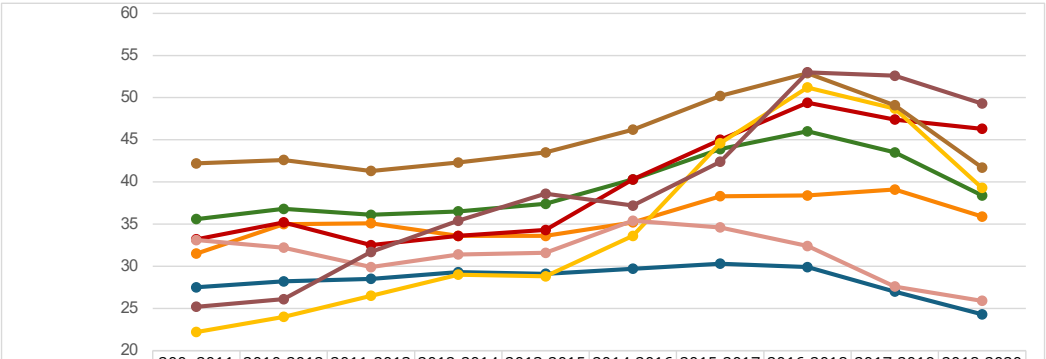
A compreensão das dinâmicas da violência na região Norte requer um olhar atento para os processos históricos de ocupação e exploração econômica. Durante a ditadura militar, políticas de colonização e integração territorial, como a construção da Transamazônica, estimularam intensas migrações e resultaram em conflitos fundiários. A concentração fundiária, associada à grilagem de terras e ao deslocamento de populações tradicionais, configurou um cenário de tensão que se perpetua até os dias de hoje. Além disso, a exploração econômica da região, baseada em grandes empreendimentos como a Hidrelétrica de Tucuruí e a mineração em Serra Pelada, trouxe consigo deslocamentos populacionais, desigualdades socioeconômicas e degradação ambiental, alimentando conflitos locais (Santos, 2024[38]).

Outro fator que contribui para a escalada da violência é o garimpo ilegal, que cresceu significativamente nas últimas décadas. Entre 2010 e 2020, a exploração ilegal de ouro em terras indígenas aumentou 495%, afetando áreas como as dos povos Kayapó e Yanomami.

Facções criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) expandiram suas operações para a região, disputando o controle de rotas de tráfico de drogas e outros mercados ilícitos. Dentre os estados do estudo, o Pará apresenta os maiores índices de homicídio, ainda que nos últimos anos essa taxa tenha declinado.

37. A composição da taxa média de homicídios nos municípios analisados por Santos (2024) e adotados neste relatório baseia-se em dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, considerando o número de óbitos causados por agressões (CID-10 X85-Y09 - refere-se a um conjunto de causas de morte relacionadas a agressões intencionais por terceiros.
38. SANTOS, Maria Paula Gomes dos (org.). Dinâmicas da violência e da criminalidade na região Norte do Brasil. Brasília: Ipea, 2024. 400 p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes

Gráfico 22 - Evolução das taxas de homicídio dos estados do Arco Norte e Rondônia por triênios (2009 a 2020)



	200 -2011	2010-2012	2011-2013	2012-2014	2013-2015	2014-2016	2015-2017	2016-2018	2017-2019	2018-2020
Brasil	27,5	28,2	28,5	29,3	29,1	29,7	30,3	29,9	27	24,3
Norte	35,6	36,8	36,1	36,5	37,4	40,3	43,9	46	43,5	38,4
Amazonas	31,5	35	35,1	33,6	33,6	35,2	38,3	38,4	39,1	35,9
Amapá	33,2	35,2	32,5	33,6	34,3	40,3	45	49,4	47,4	46,3
Acre	22,2	24	26,5	29	28,8	33,6	44,6	51,2	48,7	39,3
Pará	42,2	42,6	41,3	42,3	43,5	46,2	50,2	52,9	49,1	41,7
Rondônia	33,1	32,2	29,9	31,4	31,6	35,4	34,6	32,4	27,6	25,9
Roraima	25,2	26,1	31,7	35,4	38,6	37,2	42,4	53	52,6	49,3

Fonte: Elaborado pelo IBAM com base nos dados de Santos (2024, p. 175).

O Estado do Pará apresenta uma dinâmica de violência marcada por homicídios, violência contra mulheres, tráfico de drogas, conflitos agrários e crimes ambientais. Os homicídios, com índices elevados, refletem a atuação de organizações criminosas e conflitos intergrupais. A violência contra mulheres, especialmente no contexto doméstico, é altamente prevalente, destacando a vulnerabilidade feminina (Santos, 2024, p. 115). Conflitos agrários e crimes ambientais estão diretamente relacionados ao avanço da exploração madeireira, mineração ilegal e grilagem de terras, afetando comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas (Santos, 2024, p. 119).

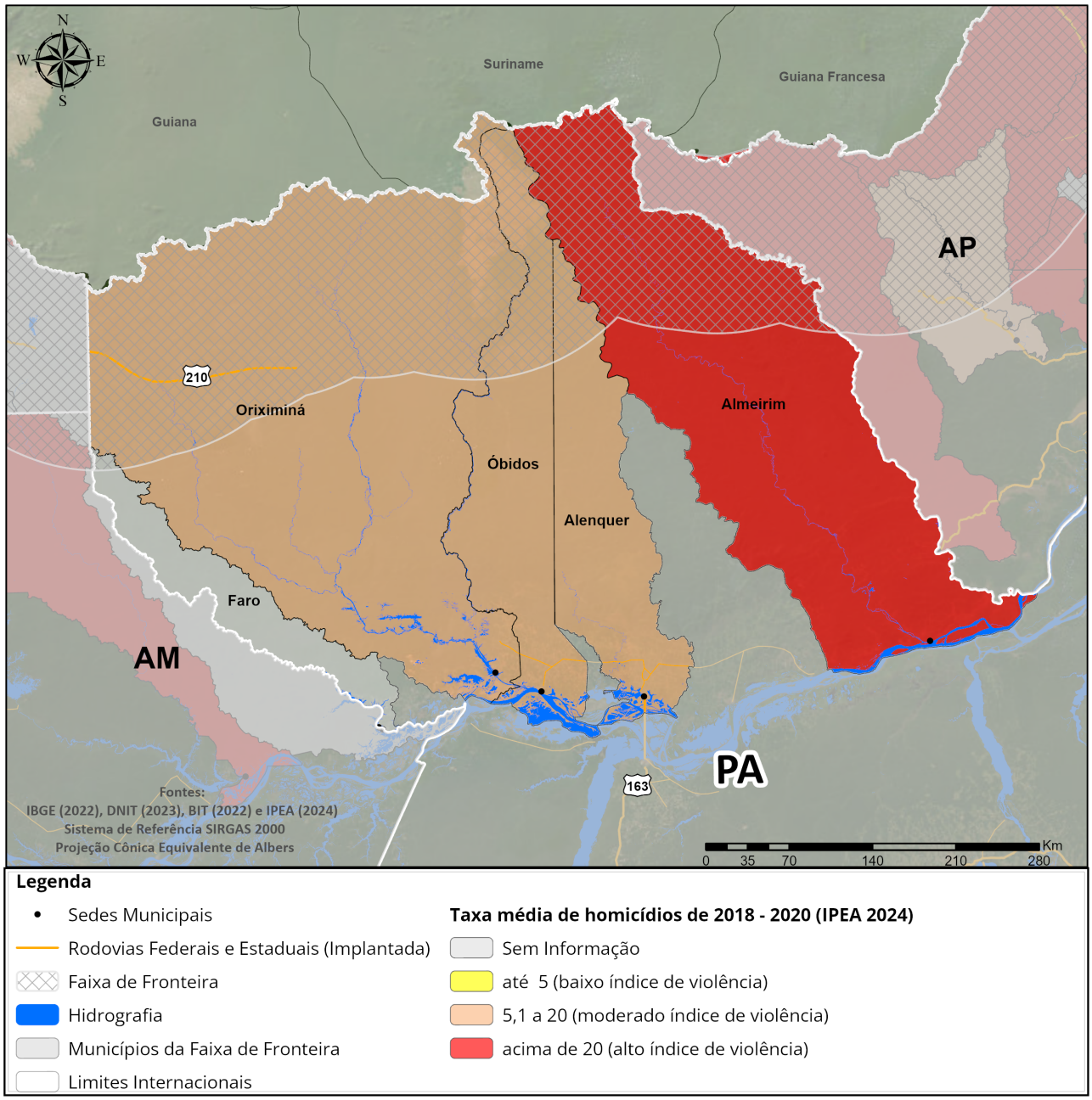
Entre os determinantes sociais da violência no Pará estão desigualdade econômica, exclusão social, falta de acesso a serviços públicos e presença limitada do Estado em áreas periféricas e rurais. A pobreza estrutural e a concentração fundiária agravam os conflitos agrários, enquanto a ausência de políticas públicas efetivas intensifica a vulnerabilidade das populações locais (Cerqueira; Bueno, 2024, p. 78).

De acordo com o Atlas da Violência 2024, na região de fronteira, próximo ao Suriname e Guiana Francesa, o tráfico de drogas e armas, além do contrabando, intensifica a insegurança local (Santos, 2024, p. 125).

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024[39] aponta que o Estado do Pará registrou 3.112 homicídios em 2023, representando uma taxa de 38,7 homicídios por 100 mil habitantes, acima da média nacional.

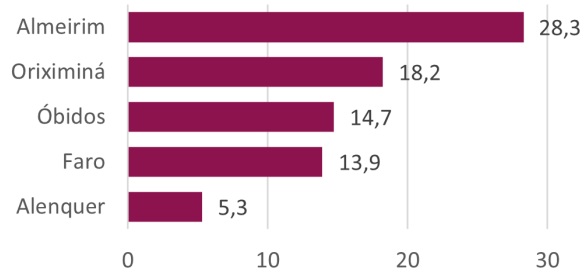
39. FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf. Acesso em: 19 jan. 2025.

Mapa 13 - Taxa média de homicídios nos municípios do Estado do Pará



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Gráfico 12 - Taxas médias de homicídio nos municípios fronteiriços do estado do Pará, 2018-2020.

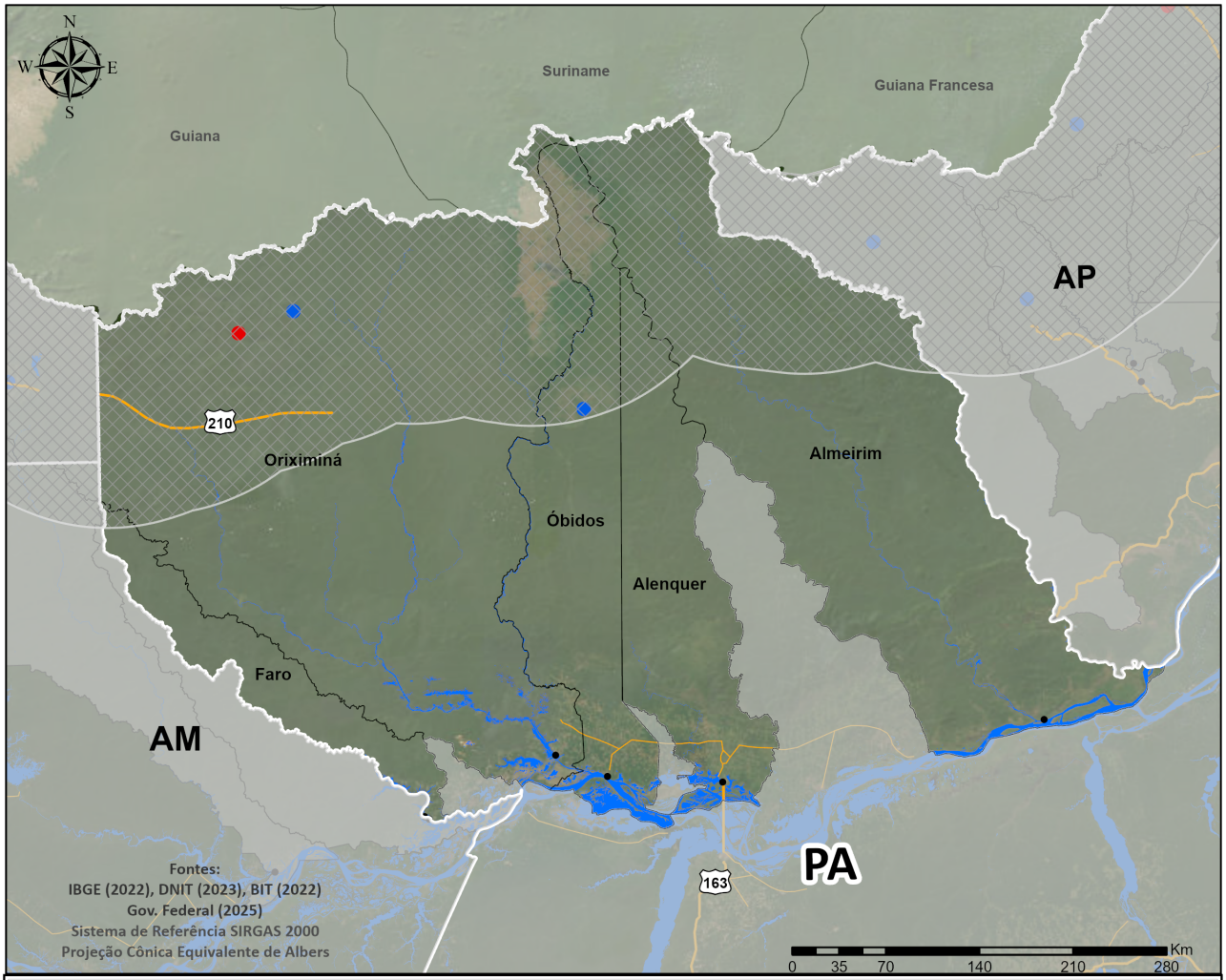


Fonte: Elaborado pelo IBAM, com informações de Santos (2024, p. 175)

A segurança pública na faixa de fronteira do Pará envolve a atuação integrada de diferentes instituições estaduais e federais, diante dos desafios impostos pela extensa rede hidrográfica amazônica, pela circulação transfronteiriça e pela presença de ilícitos associados ao narcotráfico, garimpo ilegal, contrabando e crimes ambientais. Entre os principais órgãos atuantes destacam-se a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, as Forças Armadas — especialmente a Marinha do Brasil e o Exército Brasileiro — além da Polícia Militar, Polícia Civil e da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (Segup). Essas instituições desenvolvem operações conjuntas de monitoramento territorial, fiscalização fluvial e repressão aos crimes transnacionais, sobretudo em áreas de difícil acesso na Amazônia.

Destaca-se, ainda, a existência da Base Integrada Fluvial Candiru, localizada no município de Óbidos, em posição estratégica no rio Amazonas. A estrutura integra ações das forças de segurança estaduais e federais no monitoramento fluvial, fiscalização de embarcações e combate a ilícitos transnacionais, especialmente o tráfico de drogas, armas e crimes ambientais. A base reforça a presença do Estado em um dos principais corredores hidroviários da Amazônia, contribuindo para ampliar a capacidade de vigilância e controle na faixa de fronteira amazônica.

Mapa 14 - Instituições federais de segurança e fiscalização presentes na Faixa de Fronteira do Pará



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Oficinas de Planejamento Territorial



Foto: IBAM

Santarém



Foto: IBAM

Oriximiná

A fim de promover o alinhamento interinstitucional e a escuta qualificada para elaboração das bases para os Planos Estaduais de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira e suas respectivas carteiras de projeto, o MIDR, contando com a assessoria técnica do IBAM, realizou Oficinas de Planejamento Territorial nos seis estados que compõem o projeto Fronteiras da Amazônia.

Entre os meses de março e abril de 2025, a equipe de consultoria do IBAM realizou visitas aos estados que integram o trabalho e participou de diversas reuniões com atores locais (tanto dos órgãos públicos estaduais e municipais, como órgãos públicos federais com representação local, terceiro setor e movimentos sociais). A partir dessas conversas, foi possível aprofundar entendimentos sobre os contextos locais e criar espaços de colaboração para a etapa seguinte, de realização das oficinas. Também foi possível discutir alguns programas e projetos em andamento em cada estado, que compõe o mapeamento em elaboração.

No Pará, a missão técnica preliminar foi realizada no período de 7 a 11 de abril de 2025. As visitas ocorreram nas cidades de Belém, Santarém e Oriximiná, com apoio da Secretaria Regional do Baixo Amazonas e Secretaria de Estado de Planejamento e Administração do Pará.

As oficinas, realizadas no segundo momento, foram conduzidas com base em princípios de escuta ativa, diálogo horizontal e valorização do conhecimento dos atores sociais e estruturadas a partir dos cinco eixos temáticos do trabalho. Os resultados alcançados foram utilizados para a construção de diretrizes e carteira de projetos, visando à implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável e inclusivo.

No Pará, as oficinas de Planejamento Territorial foram realizadas nas seguintes datas e locais:

Santarém

02 de setembro de 2025

Auditório da Secretaria de Governo do Baixo Amazonas
Travessa 15 de Agosto, 120

23 participantes

Oriximiná

04 de setembro de 2025

Auditório da UFOPA
Rodovia PA 439, N° 257

43 participantes

Santarém



Foto: IBAM

Os participantes apresentaram propostas articuladas entre diferentes áreas. No campo de Ordenamento Territorial e Gestão Ambiental, destacaram-se a necessidade de sistemas de energia alternativa para áreas remotas, realização de concursos públicos com foco regional — especialmente para a Superintendência Regional de Santarém — e criação de planos de carreira que garantam a permanência de profissionais, além da ampliação do acesso a créditos para assentamentos antigos.

Para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, propôs-se o fortalecimento do monitoramento e da proteção territorial, bem como a ampliação do acesso à água potável para comunidades ribeirinhas e isoladas, visando segurança alimentar e enfrentamento de eventos climáticos, como secas.



Foto: IBAM

Na área de Integração Regional, Migrações e Segurança, destacou-se a necessidade de ampliar a presença das forças de segurança e fortalecer bases fluviais, diante de ameaças como grilagem, exploração ilegal de madeira e garimpo. Já na Infraestrutura, priorizaram-se a interligação da BR-156 Sul com a PA-254, a conclusão da pavimentação da PA-254, a reativação de portos e a recuperação de estradas vicinais.

No campo produtivo, foram propostas ações voltadas à agricultura familiar, pesquisa, inovação e economia solidária, com articulação a planos como o PRDA e o Pará 2050, além do fortalecimento da assistência técnica, do manejo florestal sustentável e da reativação de agroindústrias. Também se destacou a importância de alinhar essas ações a políticas já existentes e de fortalecer iniciativas que ampliam o acesso ao PNAE.

Por fim, registrou-se que a oficina ocorreu em Santarém, polo regional que reuniu participantes de municípios como Almeirim e Alenquer, evidenciando a necessidade de integrar diferentes escalas de planejamento e garantir coerência entre desenvolvimento, infraestrutura e sustentabilidade.

Oriximiná


Foto: IBAM

Os participantes apresentaram propostas voltadas aos principais desafios da região da Calha Norte. No campo do Ordenamento Territorial e Gestão Ambiental, destacou-se a criação de um Comitê Transfronteiriço entre Brasil, Guiana e Suriname, além de ações para regularização fundiária de povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, criação de brigadas comunitárias, monitoramento ambiental com satélite e ampliação do acesso à água potável e energia solar.

Na área de infraestrutura, enfatizou-se a conclusão da PA-254, melhorias portuárias e a elaboração de um plano de mobilidade para enfrentar eventos climáticos extremos.

No campo da Integração Regional, Migrações e Segurança, destacou-se o fortalecimento da presença do Estado nas fronteiras, com reforço da segurança e proposta de instalação de unidade militar em Oriximiná. No campo produtivo, foram defendidas ações de apoio à agricultura familiar e às agroindústrias comunitárias, incentivo ao cooperativismo, ampliação do acesso a crédito e fortalecimento da economia solidária, além de flexibilização de normas para viabilizar atividades sustentáveis e turismo de base comunitária.


Foto: IBAM

Para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, ressaltou-se a necessidade de garantir a proteção territorial, ampliar políticas de infraestrutura (transporte, saúde e educação), fortalecer iniciativas como a COOPAFLORA e órgãos como FUNAI, INCRA, ITERPA e SPU, além de enfrentar o racismo institucional e reconhecer as identidades específicas dos povos da Amazônia.

Eixo temático 1
Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática

Principais desafios

• **Obras de infraestrutura e exploração mineral nos países vizinhos (Guiana e Suriname),** o que tem pressionado territórios indígenas e representam ameaças aos modos de vida tradicionais.

• **Falta de agilidade na estrutura legal e institucional** para conduzir processos de ordenamento territorial, bem como instrumentos técnicos mais atualizados que considerem as especificidades culturais e territoriais de populações tradicionais.

• **Intensificação dos eventos climáticos:** Municípios da faixa de fronteira do Pará apresentam riscos climáticos principalmente associados a inundações e enxurradas. Alenquer e Óbidos apresentam situações críticas, com risco muito alto a inundações, enxurradas e deslizamentos de terras (Fonte: Adapta Brasil, 2022).

• **Baixa capacidade institucional para gestão de riscos climáticos:** de acordo com os critérios do PPA 2024–2027 e do ICM/SEDEC (2025), Municípios como Oriximiná e Alenquer possuem baixa capacidade de implementação de ações e arcabouço institucional relativo aos eventos de seca.

• **Emissões de gases de efeito estufa:** a principal fonte de emissões nos municípios de fronteira é do setor de "mudança de uso da terra e florestas", principalmente por conta de desmatamento e da expansão de pastagens.

Principais potencialidades

• **Toda a faixa de fronteira do Pará é formada por TIs e UCs,** o que constitui base estratégica para um ordenamento territorial com enfoque socioambiental.

• **Áreas remotas:** isolamento de determinadas regiões cumpre papel de proteção socioambiental da fronteira, exigindo que o planejamento e os investimentos de infraestrutura sejam feitos de forma criteriosa, de modo a garantir os direitos das comunidades locais e sem comprometer a diversidade local.

Eixo temático 2
Infraestrutura para o Desenvolvimento

Principais desafios

• **Dificuldades de deslocamento:** as grandes distâncias entre comunidades rurais e centros urbanos, agravada pela sazonalidade das chuvas e pelo isolamento geográfico, dificultam o deslocamento de pessoas e o transporte de matérias primas e insumos.

• **Vetores de pressão das infraestruturas sobre áreas protegidas:** mesmo fora do recorte da faixa de fronteira, rodovias como a PA-254 funcionam como vetores de pressão, facilitando ocupações irregulares e evidenciando a necessidade de maior articulação entre planejamento territorial e infraestrutura.

• **Ausência de unidades físicas descentralizadas de órgãos ambientais e de fiscalização:** o que limita ações estruturantes, a fiscalização ambiental e o apoio técnico ao desenvolvimento sustentável. No caso da FUNAI, embora haja atuação em campo, essa ocorre de forma isolada e com estrutura sobrecarregada, dificultando respostas adequadas em contextos complexos.

• **Inexistência de hospitais regionais descentralizados,** o que dificulta o acesso à saúde especializada nas áreas remotas da fronteira, já que os serviços de maior complexidade estão concentrados em Santarém, polo regional.

Principais potencialidades

• **Projetos de integração regional, como a inclusão do Pará na Rota 1 do Programa Rotas de Integração Sul-Americana:** ainda que de forma tangencial, esses projetos podem abrir oportunidades logísticas e de cooperação internacional, com reflexos sobre o planejamento territorial da região.

• **Iniciativas de implantação de usinas fotovoltaicas,** com número representativo de instalações localizadas na área urbana do Município de Almeirim.

Eixo temático 3
Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social

Principais desafios

• **Ausência de regularização fundiária e acesso restrito a crédito, assistência técnica e fomento,** o que impede que povos e comunidades tradicionais, pescadores artesanais, quilombolas, agricultores familiares e extrativistas fortaleçam suas atividades produtivas, perpetuando desigualdades sociais e territoriais.

• **Falta de políticas públicas estruturadas para escoamento, comercialização e agregação de valor** acentuando a dependência de atravessadores, limita a geração de renda e fragiliza as cadeias produtivas sustentáveis.

• **Precariedade na infraestrutura produtiva:** falta de equipamentos, energia instável, armazenamento inadequado e entraves na regularização sanitária e comercial - afeta especialmente a cadeia da castanha-do-pará e outras atividades da sociobiodiversidade.

Principais potencialidades

• **Presença de universidades com UFPA e UFOPA,** com campi descentralizados e projetos de extensão universitária na região do Baixo Amazonas com potencial de apoiar o desenvolvimento regional por meio da educação superior, gerar conhecimento local e promover pesquisas voltadas às especificidades amazônicas.

• **Diversidade de práticas produtivas sustentáveis,** com potencial para geração de renda e conservação ambiental, como pesca artesanal, agricultura agroecológica, extrativismo, artesanato, arte, gastronomia indígena e quilombola.

• **Produção da castanha-do-pará como uma das principais cadeias da sociobiodiversidade local,** com potencial para geração de renda, fortalecimento das práticas extrativistas e desenvolvimento sustentável no oeste paraense.

• **Potencial para fortalecimento de atividades de ecoturismo** no oeste do Pará, como estratégia de desenvolvimento sustentável, geração de renda, preservação ambiental e valorização das culturas locais.

• **Adoção de Sistemas Agroflorestais (SAFs):** Programa PROSAF (Programa de Sistemas Agroflorestais) representa iniciativa estratégica para a recuperação de áreas degradadas e a promoção da geração de renda no estado.

Eixo temático 4
Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Principais desafios

• **Baixo reconhecimento da contribuição das comunidades indígenas e tradicionais** para a segurança alimentar e a conservação ambiental, resultando em invisibilização de práticas sustentáveis já consolidadas.

• **Fragilidade na demarcação e reconhecimento formal dos territórios indígenas e tradicionais,** o que contribui para conflitos fundiários e insegurança territorial.

• **Avanço de propostas de integração com países vizinhos, como Guiana e Suriname,** pode representar ameaça aos povos indígenas e modos de vida tradicionais, ao abrir caminho para grandes obras de infraestrutura e exploração mineral em uma região marcada por alta concentração de recursos naturais e intensos interesses econômicos.

• **Sobreposição de unidades de conservação com territórios tradicionais e indígenas,** dificultando o acesso e a permanência dessas comunidades.

Principais potencialidades

• **Forte presença de saberes tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos) sobre o uso sustentável do território,** que contribuem para práticas sustentáveis e podem orientar políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

• **Existência de redes articuladas de organizações da sociedade civil:** Organização de coletivos, associações e grupos indígenas e quilombolas que atuam na inclusão produtiva e social, promovendo autonomia econômica.

Eixo temático 5
Integração Regional, Migrações e Segurança

Principais desafios

• **Violência associada a conflitos territoriais na fronteira Pará-Amapá (imediações de Almeirim com Laranjal do Jari)** com impactos sociais e econômicos, ligados a disputas fundiárias, narcotráfico, garimpo e migração desordenada.

• **Déficit de equipamentos e serviços públicos nas áreas de saúde, educação e assistência social,** agravado pelo isolamento geográfico e por barreiras logísticas, limitando o acesso da população da faixa de fronteira a direitos básicos, aprofundando desigualdades e vulnerabilidades.

• **Pressão sobre os serviços públicos urbanos, sobretudo em Santarém,** onde a ampliação dos fluxos migratórios gera sobrecarga nos sistemas de saúde, segurança pública, assistência social e habitação, com efeitos concentrados nas periferias urbanas.

Principais potencialidades

• **Existência da Base Integrada Fluvial Candiru, localizada em Óbidos,** representa iniciativa estratégica para fortalecer a segurança pública na região.

• **Existência do 1º Pelotão Especial de Fronteira do Exército, em Tiriós,** na fronteira do Suriname, com atuação no combate aos ilícitos transfronteiriços, em articulação com a FAB e SESAI.

• **Diversificação crescente do perfil migratório no estado,** com potencial de fortalecer políticas públicas de integração multicultural e ampliar a inserção social e econômica de diferentes grupos de migrantes.

Diretrizes e Carteira de Projetos

As oficinas de planejamento realizadas no estado — que reuniram representantes do poder público, da sociedade civil e do setor produtivo — possibilitaram a identificação e a sistematização de demandas e oportunidades dos territórios de fronteira. Assim, as propostas aqui apresentadas resultam desse processo de escuta qualificada e diálogo entre diferentes atores, traduzindo prioridades locais em propostas estruturadas voltadas ao desenvolvimento regional sustentável e inclusivo.

Posteriormente, com o objetivo de ampliar a participação social e qualificar o conteúdo final, as propostas foram publicadas no portal do MIDR, de modo a permitir que os interessados enviassem sugestões e comentários, avaliassem seu grau de importância e também apresentassem novas iniciativas.

Cabe destacar que nem todas as contribuições se configuram como projetos passíveis de implementação direta. Parte delas corresponde a diretrizes estruturantes, que orientam a atuação do poder público e indicam caminhos estratégicos para o desenvolvimento da faixa de fronteira. Dessa forma, este capítulo apresenta dois conjuntos complementares de resultados: 1) um conjunto de diretrizes, que sintetizam orientações de caráter mais amplo e transversal. 2) a carteira de projetos, organizada conforme os cinco eixos temáticos do trabalho. Os projetos são apresentados em quadros padronizados, contendo os seguintes elementos:

Coluna	Descrição
Projeto (o que fazer?)	Síntese da proposta a ser implementada
Justificativa (por que fazer?)	Problema, demanda ou oportunidade que fundamenta a proposta.
Território (onde fazer?)	Área de abrangência da iniciativa, podendo incluir municípios ou regiões de fronteira específicas.
Atores envolvidos (quem deve estar envolvido na estruturação do projeto?)	Instituições públicas, privadas e/ou organizações da sociedade civil com potencial de participação na implementação.
Meios de implementação (como?)	Estratégias ou condições necessárias para viabilizar a proposta tais como articulações institucionais e programas.

Diretrizes e Carteiras de Projetos

São diretrizes para a desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira do Pará:

I. Consolidar o ordenamento territorial e a regularização fundiária integrados à gestão ambiental e climática.

II. Fortalecer a presença institucional e a capacidade administrativa do Estado na Faixa de Fronteira paraense.

III. Aprimorar a governança ambiental nas áreas especialmente protegidas numa ação articulada entre União, estados, municípios e sociedade.

IV.Ampliar a cooperação internacional em temas de integração regional, desenvolvimento e proteção socioambiental.

V. Fortalecer a gestão ambiental e climática integrada para a adaptação territorial aos eventos climáticos extremos na Faixa de Fronteira

VI. Aprimorar infraestrutura de logística viária e de mobilidade regional compatível com a sustentabilidade socioeconômico e ambiental

VII. Modernizar a infraestrutura portuária e fluvial para ampliar a mobilidade de pessoas e cargas, com eficiência, segurança e proteção ambiental, fortalecendo políticas públicas e o desenvolvimento local.

VIII. Garantir o acesso regular à água potável em comunidades isoladas (várzea e terra firme).

IX.Expandir o acesso à energia limpa e renovável em áreas de várzea e terra firme

X. Fortalecer a produção sustentável e a inclusão socioeconômica das famílias beneficiárias de políticas de reforma agrária, bem como de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e pescadores nos municípios da Faixa de Fronteira.

XI. Assegurar Assistência Técnica e Extensão Rural contínua para produção familiar e comunidades tradicionais.

XII. Aperfeiçoar procedimentos do licenciamento ambiental de atividades de baixo impacto desenvolvidas por produtores familiares e povos tradicionais.

XIII. Articular políticas de fomento produtivo, manejo sustentável e sociobioeconomia, promovendo a inclusão produtiva por meio do acesso ao crédito, à formação e o fortalecimento de associações, cooperativas e redes de economia popular e solidária, com foco nas cadeias produtivas locais e regionais.

XIV. Reestruturar agroindústrias para beneficiamento e escoamento da produção.

XV. Fomentar a pesquisa, a ciência e a inovação em tecnologias sociais territorialmente aplicáveis.

XVI. Fortalecer a governança territorial e o controle social de terras indígenas e territórios tradicionais.

XVII. Assegurar o acesso de populações indígenas e povos e comunidades tradicionais a políticas de saúde, educação e transporte.

XVIII. Promover a qualificação contínua da atuação institucional, com ênfase na sensibilização e capacitação dos servidores públicos, de modo a garantir atendimentos culturalmente adequados, respeitosos e compatíveis com as especificidades socioculturais das comunidades indígenas.

XIX. Reforçar a presença do Estado e a segurança pública na Faixa de Fronteira, fortalecendo a capacidade de vigilância e de resposta em áreas remotas de interesse estratégico.

XX. Fortalecer a segurança pública local por meio da integração federativa



Foto: Antonio Carlos de Freitas

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Atualização e integração das bases fundiárias federais e estaduais e realização do levantamento ocupacional da Faixa de Fronteira, com identificação de áreas ocupadas por povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultura familiar.	Justifica-se pela necessidade de enfrentar a desatualização, a fragmentação, a baixa interoperabilidade das bases fundiárias, bem como a ausência de informações sistematizadas sobre a ocupação da Faixa de Fronteira, fatores que comprometem o planejamento territorial e a garantia dos direitos de povos indígenas, comunidades tradicionais e da agricultura familiar.	Municípios da Faixa de Fronteira.	MDA; INCRA; Secretaria do Patrimônio da União - SPU; FUNAI; Fundação Cultural Palmares; ITERPA, Semas/PA; FAPESPA; Prefeituras e organizações representativas da sociedade civil em 30 comunidades de 2 glebas, incluindo Associação das Comunidades das Glebas Trombetas e Sapucuá - ACOMTAGS; Federação dos Povos Indígenas do Estado do Pará FEPIPA; Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará - Malungu; e Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais dos municípios abrangidos.	Atualização do levantamento das bases fundiárias existentes; Integração e padronização de dados entre sistemas federais e estaduais; Utilização de georreferenciamento e tecnologias de mapeamento.
Criação de protocolo de atuação articulada e integrada entre os órgãos federais e estaduais.	Fortalecer a coordenação institucional, visando combater a fragmentação da ação pública na Faixa de Fronteira, caracterizada pela sobreposição de competências, falhas de comunicação e baixa coordenação na implementação das políticas públicas.	Municípios da Faixa de Fronteira.	União; estado e municípios por meio dos órgãos competentes, com apoio do Núcleo Estadual de Fronteira.	Atualização do levantamento das bases fundiárias existentes; Integração e padronização de dados entre sistemas federais e estaduais; Utilização de georreferenciamento e tecnologias de mapeamento
Elaboração de estudos para subsidiar a criação de consórcio intermunicipal para monitoramento e controle ambiental.	Justifica-se pela necessidade de fortalecer a gestão ambiental compartilhada entre os municípios da Faixa de Fronteira, visando combater a fragmentação das ações, a limitação das capacidades técnicas e financeiras locais e a ausência de mecanismos permanentes de cooperação intermunicipal para o monitoramento e o controle ambiental.	Municípios da Faixa de Fronteira	Municípios da Faixa de Fronteira por meio de órgãos competentes, com apoio do estado e da União.	Análise de viabilidade técnica, jurídica e financeira; Mapeamento de municípios e atores envolvidos; Definição de modelo de governança do consórcio; Proposição de instrumentos de cooperação intermunicipal;

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Formação e capacitação de brigadas voluntárias para o combate a incêndios florestais, com participação das comunidades locais, de forma integrada à Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo.	Justifica-se pelo aumento da ocorrência e da gravidade dos incêndios florestais, associado às mudanças climáticas, à intensificação da pressão sobre os territórios e à limitada capacidade do poder público de atuar de forma preventiva e continuada, especialmente em áreas com forte presença de comunidades locais.	Municípios da Faixa de Fronteira	ICMBio; Ibama; Funai; Semas/PA; Prefeituras, estruturas locais da defesa civil e comunidades.	Elaboração de planos e conteúdo de capacitação alinhados à Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo; Viabilização de recursos e equipamentos; Realização de treinamentos práticos e teóricos;
Articulação com países vizinhos (Suriname e Guiana Francesa) para a criação de arranjo institucional transfronteiriço voltado à integração regional e proteção socioambiental.	A ausência de arranjos institucionais transfronteiriços dificulta a coordenação de ações de integração regional e de proteção socioambiental entre os países, fragilizando o enfrentamento de problemas comuns nos territórios de fronteira, como pressões ambientais, fluxos populacionais e atividades ilegais.	Municípios da Faixa de Fronteira.	Brasil; Suriname; e Guiana Francesa, com coordenação do Ministério das Relações Exteriores - MRE e apoio do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR.	Elaboração de propostas de cooperação institucional; Estabelecimento de acordos e mecanismos de governança conjunta; Criação de instâncias de coordenação e diálogo permanente
Elaboração de planos de adaptação climática, redução de riscos e contingência da defesa civil, com participação e capacitação das comunidades, especialmente em áreas de difícil acesso, incluindo a definição de planos e protocolos de mobilidade emergencial para resposta a eventos climáticos extremos.	Justifica-se pela intensificação dos eventos climáticos extremos e pela ausência de planos de adaptação, redução de riscos, contingência e mobilidade emergencial, compromete a capacidade de resposta da defesa civil e aumenta a vulnerabilidade das comunidades frente a desastres socioambientais.	Municípios da Faixa de Fronteira.	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - Cemaden; órgãos ambientais e de planejamento da União, estado e municípios; estruturas de Defesa Civil e comunidades locais.	Definição de estratégias de redução de riscos e contingência da defesa civil; Capacitação e mobilização das comunidades, especialmente em áreas de difícil acesso; Desenvolvimento de protocolos de resposta e mobilidade emergencial

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Fortalecimento dos quadros técnicos das instituições que atuam na gestão territorial, fundiária e ambiental, bem como na assistência técnica na Faixa de Fronteira	A fragilidade e a insuficiência dos quadros técnicos dos órgãos públicos têm limitado a capacidade de planejamento, implementação e acompanhamento das ações de gestão territorial, fundiária, ambiental e de assistência técnica. A recomposição e o fortalecimento das equipes institucionais são necessários para assegurar a efetividade das políticas públicas e a proteção dos territórios.	Municípios da Faixa de Fronteira do Pará, em especial regiões de difícil provimento.	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI; ministérios e órgãos federais com atuação territorial, fundiária, ambiental e de assistência técnica, incluindo Incra, Funai, Ibama, ICMBio e ANATER); e Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração -SEPLAD, ITERPA, Semas/PA e Emater Pará).	Planejamento de recomposição e ampliação de equipes; Viabilização de recursos e concursos públicos; Capacitação técnica e continuada dos profissionais

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Conclusão da pavimentação da rodovia PA-254.	A não conclusão da pavimentação da rodovia PA-254 mantém o isolamento de comunidades, dificulta o acesso a serviços básicos, eleva os custos de transporte de pessoas e mercadorias, comprometendo a integração regional e o desenvolvimento socioeconômico do território.	Municípios da Faixa de Fronteira cortados pela PA-254.	Governo do estado do Pará, por meio da Secretaria de Transportes; com apoio dos órgãos ambientais estaduais competentes e prefeituras dos municípios impactados.	Elaboração e atualização de projetos de engenharia; Viabilização de recursos e regularização contratual; Garantia do licenciamento ambiental; Execução das obras de pavimentação e drenagem.
Realização de estudos técnicos sobre a viabilidade econômica e socioambiental da interligação entre as rodovias BR-156 e PA-254.	Justifica-se pela necessidade de avaliar, de forma integrada, alternativas para a interligação entre a PA-254 e a BR-156, considerando critérios técnicos econômicos e socioambientais. A ausência de estudos dessa natureza dificulta a tomada de decisão, amplia riscos socioambientais e compromete o potencial de integração regional, mobilidade e redução do isolamento de municípios do Pará e do Amapá.	Municípios do estado do Pará e do Amapá diretamente impactados pela possível interligação entre a PA-254 e a BR-156.	União, por meio Ministério dos Transportes, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e Ibama; governos dos estados do Pará e do Amapá, por meio de seus órgãos estaduais de transporte, infraestrutura viária e meio ambiente; e Prefeituras dos municípios diretamente impactados.	Análise de viabilidade econômica, social e ambiental; Levantamentos de campo e georreferenciamento; Elaboração de cenários e alternativas de traçado; Avaliação de impactos socioambientais; Articulação com órgãos competentes.
Implantação de sistemas comunitários de energia solar/Instalação de placas fotovoltaicas, baterias e internet em localidades desprovidas de rede elétrica e, quando pertinente, acesso a linhas de crédito para energia fotovoltaica.	A ausência de acesso à energia elétrica e à conectividade digital em comunidades isoladas limita direitos básicos, o funcionamento de serviços essenciais e as oportunidades de desenvolvimento, tornando necessária a implantação de sistemas comunitários de energia solar, com infraestrutura fotovoltaica, armazenamento, acesso à internet e a mecanismos de financiamento adequados, é necessária para promover a inclusão social e o desenvolvimento socioeconômico do território.	Comunidades isoladas da Faixa de Fronteira sem acesso regular à energia elétrica e à conectividade digital, a serem definidas junto às prefeituras e comunidades, conforme o Plano Nacional de Energia e levantamentos técnicos.	Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia - SEDEME, em articulação com o Ministério das Minas e Energia - MME e Ministério das Comunicações, e apoio do MDS; Prefeituras dos municípios abrangidos e comunidades locais.	Elaboração de projetos técnicos para instalação de placas fotovoltaicas, baterias e conectividade; Viabilização de recursos e acesso a linhas de crédito; Aquisição e instalação dos equipamentos; Capacitação dos moradores para operação e manutenção.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Elaboração de estudos de viabilidade técnica, operacional e socioambiental para a ampliação da infraestrutura portuária destinada à recepção de embarcações de maior porte e ao fortalecimento da fiscalização integrada, com definição de prioridades de investimento, incluindo a possibilidade de reativação e adequação de antigos portos regionais sob gestão da Companhia de Portos e Hidrovias do Pará (CPH) e da Companhia Docas do Pará (CDP).	A desativação de portos compromete a logística fluvial, isola comunidades e limita o desenvolvimento econômico. Estudos subsidiarão decisões sobre reativação, adequação ou ampliação, fortalecendo o escoamento da produção e a fiscalização integrada.	Municípios da Faixa de Fronteira potencialmente impactados pelas alternativas de ampliação da infraestrutura portuária e pela possibilidade de reativação, adequação ou reorganização de portos regionais sob gestão da CPH e da CDP.	Ministério dos Transportes; Ministério de Portos e Aeroportos, por meio da Companhia Docas do Pará - CDP; Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq; Marinha do Brasil, por meio da Capitania dos Portos e Hidrovias do Pará - CPH; Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP; Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Transportes - SETRANS; e prefeituras dos municípios abrangidos.	Análise técnica, operacional e socioambiental para recepção de embarcações de maior porte; Avaliação das condições de fiscalização integrada; Levantamento e análise de portos regionais passíveis de reativação sob gestão da Companhia de Portos e Hidrovias do Pará e da Companhia Docas do Pará; Definição de prioridades de investimento.
Construção de microestações de tratamento de água em comunidades isoladas e capacitação dos moradores para operação e gestão dos sistemas, contribuindo para a universalização do saneamento básico em conformidade com o disposto no Marco Regulatório do setor.	A ausência de acesso regular à água potável em comunidades isoladas compromete a saúde pública e a qualidade de vida, tornando necessária a construção de microestações de tratamento de água aliada a capacitação dos moradores para garantir o funcionamento, ajuda a fortalecer a autonomia local e a promover a sustentabilidade dos sistemas.	Comunidades ribeirinhas, rurais e de terra firme isoladas da Faixa de Fronteira, potencialmente impactadas pela ausência de acesso regular à água potável, a serem definidas a partir de levantamentos e indicações das Prefeituras, em articulação com as próprias comunidades.	Prefeituras, por meio dos órgãos municipais de saneamento, saúde e assistência social, com apoio do MDS e Ministério da Saúde e organizações comunitárias locais, incluindo a Associação das Comunidades das Glebas Trombetas e Sapucuá -ACOMTAGS, a Federação dos Povos Indígenas do Estado do Pará - FEPIPA, a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará - Malungu e Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais dos municípios abrangidos.	

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Formação e capacitação de técnicos para ATER em comunidades indígenas e tradicionais.	Justifica-se pela necessidade de garantir assistência técnica e extensão rural contínua e adequada às especificidades socioculturais de povos indígenas e comunidades tradicionais, promovendo o fortalecimento de suas práticas produtivas, a sustentabilidade dos territórios e a efetividade das políticas públicas por meio de metodologias participativas e tecnologias sociais apropriadas.	Terras Indígenas e territórios de povos e comunidades tradicionais localizados na Faixa de Fronteira.	MDA; Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável - SNPCT; Funai; Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural -ANATER; Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado dos Povos Indígenas -SEPI e Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos -SEIRDH; Prefeituras dos municípios abrangidos; povos indígenas e comunidades tradicionais, por meio de suas organizações representativas: Federação dos Povos Indígenas do Estado do Pará - FEPIPA, Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará - Malungu, e Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais dos municípios abrangidos.	Elaboração de conteúdos e metodologias adequadas aos contextos socioculturais; Viabilização de recursos e parcerias institucionais; Realização de cursos e treinamentos continuados; Fortalecimento da atuação em campo com abordagem intercultural.
Realização de levantamentos sobre a implementação dos créditos iniciais e de fomento produtivo e outras políticas públicas nos assentamentos agroextrativistas da região, com identificação dos beneficiários que já acessaram os créditos e daqueles ainda não contemplados, visando subsidiar o acesso às políticas de crédito da reforma agrária.	Justifica-se pela necessidade de promover o acesso a programas de crédito instalação e de fomento produtivo, de modo a viabilizar a estruturação das unidades produtivas, fortalecer a autonomia econômica dos beneficiários da política de reforma agrária e assegurar a sustentabilidade social e produtiva dos assentamentos da Faixa de Fronteira.	Assentamentos de reforma agrária e agroextrativistas localizados na Faixa de Fronteira.	MDA; Incra; instituições financeiras operadoras dos créditos; Emater Pará; Adepará; Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais; cooperativas e associações da agricultura familiar; organizações representativas dos beneficiários da reforma agrária; e agricultores e agricultoras familiares.	Atualização do cadastro dos beneficiários; Integração e análise de bases de dados; Articulação com órgãos competentes; Sistematização das informações.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Levantamento de áreas com potencial para adoção de práticas produtivas sustentáveis e para acesso a mecanismos de pagamento por serviços ambientais (PSA), com apoio técnico para a adequação produtiva e ambiental das unidades familiares, e respeitando os protocolos de consulta livre, prévia e informada nos casos que envolvam povos indígenas e comunidades tradicionais.	Justifica-se pela necessidade de identificar áreas com condições produtivas e ambientais adequadas a adoção de práticas sustentáveis e implementação de mecanismos de PSA, como subsídio as ações de ATER no território, em consonância com planos de desenvolvimento dos assentamentos e de manejo, e com observância dos protocolos de consulta, quando aplicável, é fundamental para conciliar geração de renda, segurança produtiva e conservação ambiental e proteção dos ecossistemas.	Área rural dos municípios da Faixa de Fronteira.	MDA; MDS; Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável - SNPCT; Semas/PA; Emater Pará e organizações representativas da agricultura familiar, povos indígenas e comunidades tradicionais: Associação das Comunidades das Glebas Trombetas e Sapucuá - ACOMTAGS, Federação dos Povos Indígenas do Estado do Pará – FEPIPA, Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará - Malungu e Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Oeste do Pará e Baixo Amazonas -MOPEBAM.	Identificação de unidades familiares aptas a práticas produtivas sustentáveis e acesso a PSA; Integração de dados e mapeamento georreferenciado; Prestação de apoio técnico para adequação produtiva e ambiental
Estruturar procedimentos padronizados de licenciamento ambiental urbano e rural no âmbito municipal, aplicáveis a atividades de baixo impacto, em consonância com a legislação vigente, com sugestões de exigências documentais, critérios e soluções técnicas previamente definidos conforme porte, escala e risco ambiental, e com foco no fortalecimento da capacidade institucional dos órgãos ambientais municipais.	Justifica-se pela necessidade de qualificar e padronizar os procedimentos de licenciamento ambiental nos municípios fronteiriços, em consonância com a legislação vigente, assegurando proporcionalidade entre exigências, porte e risco das atividades, de modo a promover maior segurança técnica, coerência administrativa e a efetividade do controle ambiental.	Municípios da Faixa de Fronteira.	Governo do Estado, por meio da Semas/PA; Prefeituras dos municípios abrangidos, por meio dos órgãos municipais de meio ambiente e instituições técnicas de apoio.	Elaboração de normas, fluxos e critérios conforme porte, escala e risco; Definição de exigências documentais e soluções técnicas; Adequação à legislação vigente; Capacitação das equipes dos órgãos ambientais; Implementação de sistemas de gestão e tramitação

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Realização de estudo técnico para subsidiar o apoio ao manejo florestal comunitário madeireiro e não madeireiro (óleo, resinas, sementes, frutos e fibras) na Faixa de Fronteira, com base em critérios de rastreabilidade e sustentabilidade, e fundamentado em planos de manejo de Unidades de Conservação, Protocolos de Consulta livre, prévia e informada e outros documentos de referência.	A realização de estudo técnico aplicado é necessária para orientar o manejo florestal comunitário de povos indígenas e comunidades tradicionais de forma sustentável e rastreável, com base em instrumentos de gestão territorial existentes, evitando a exploração predatória, promovendo o uso sustentável das florestas e garantindo a geração de renda às comunidades.	Municípios da Faixa de Fronteira.	Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável - SNPCT; MDA; Funai; Incra; Ibama; ICMBio; Semas/PA, Emater Pará e organizações representativas da sociedade civil, incluindo a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná - ARQUIMO, Federação dos Povos Indígenas do Estado do Pará – FEPIPA, Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará - Malungu, e Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.	Levantamento de dados e mapeamento das áreas; Análise de viabilidade com base em critérios de rastreabilidade e sustentabilidade; Elaboração de recomendações para apoio ao manejo florestal comunitário; Garantia de consulta livre, prévia e informada.
Adequação operacional e prioridade na destinação de recursos, no âmbito das linhas de crédito linhas de crédito produtivo existentes, para facilitar o acesso de artesãos e pescadores artesanais.	A ação se justifica pela necessidade de superar barreiras operacionais e ampliar o acesso a financiamento adequado às suas realidades produtivas, fortalecendo a autonomia econômica, a continuidade das atividades tradicionais e a geração de renda de forma sustentável.	Comunidades de artesãos e pescadores artesanais da Faixa de Fronteira.	MDA, Ministério da Pesca e Aquicultura, instituições financeiras públicas operadoras do crédito, órgão de assistência técnica e organizações representativas de artesãos e pescadores artesanais, incluindo as Colônias de Pescadores e a Associação Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Oeste do Pará e Baixo Amazonas - MOPEBAM.	Incentivo a simplificação das exigências burocráticas e documentais; Ampliação de linhas de crédito com juros reduzidos e prazos adequados; Oferta de capacitação e orientação técnica sobre acesso ao crédito.
Apoio técnico e institucional à criação e ao fortalecimento de associações e cooperativas da economia popular e solidária, por meio de ações de formalização, capacitação em gestão e articulação com mercados e políticas públicas.	Justifica-se pela necessidade de fortalecimento da organização coletiva, por meio da ampliação do acesso a mercados, crédito e políticas públicas e pela promoção da geração de renda, da inclusão produtiva e do desenvolvimento local sustentável.	Territórios de povos e comunidades tradicionais, assentamentos da reforma agrária, comunidades rurais, ribeirinhas e urbanas localizadas na Faixa de Fronteira.	MDA; MDS; órgãos estaduais e municipais de desenvolvimento econômico e social; instituições de fomento e assistência técnica e Cooperativa Mista dos Povos e comunidades Tradicionais da Calha Norte - COOPAFLORA	Promoção de ações de formalização e regularização das organizações; Oferta de capacitação em gestão financeira e comercial; Fortalecimento da assistência técnica e institucional; Incentivo à articulação entre associações, cooperativas e redes locais

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Realização de levantamentos e estudos técnicos visando subsidiar a implantação e reativação de agroindústrias voltadas à agricultura familiar, aos povos indígenas e às comunidades tradicionais, considerando critérios de adequação técnica, sanitária e ambiental.	Justifica-se pela necessidade de orientar decisões qualificadas sobre a implantação e a reativação de agroindústrias de modo a agregar valor à produção local, ampliar a geração de renda, fortalecer a segurança alimentar e garantir a adequação sanitária e ambiental, promovendo o desenvolvimento territorial sustentável.	Municípios da Faixa de Fronteira.	MDA; MDS; órgãos estaduais e municipais competentes, instituições técnicas e organizações representativas da agricultura familiar, povos indígenas e comunidades tradicionais, incluindo a Associação Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Oeste do Pará e Baixo Amazonas - MOPEBAM e Associação das Comunidades das Glebas Trombetas e Sapucuá - ACOMTAGS.	Identificação de demandas de equipamentos e capacitação; Articulação com órgãos públicos, cooperativas e instituições de assistência técnica; Priorização de modelos sustentáveis voltados à agricultura familiar, povos indígenas e comunidades tradicionais.
Realização de oficinas, cursos e ações de extensão voltados à qualificação produtiva e à geração de trabalho e renda, com aplicação de tecnologias sociais.	Justifica-se pela necessidade de promover trabalho e renda de forma inclusiva e sustentável, articulando universidades, institutos federais e redes de inovação, e valorizando o diálogo entre saberes científicos, tecnológicos e tradicionais.	Territórios da Faixa de Fronteira, com prioridade para comunidades rurais, ribeirinhas, urbanas populares, povos indígenas e comunidades tradicionais.	MDS; MDA; universidades e institutos federais de ensino, órgãos estaduais e municipais de desenvolvimento econômico, redes e incubadoras de tecnologias sociais, organizações comunitárias locais; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae; e iniciativas nacionais de fomento à economia solidária e à formação socioprodutiva, como o Programa Paul Singer, do Ministério do Trabalho e Emprego.	Aplicação de tecnologias sociais adaptadas às realidades locais; Parceria com instituições de ensino, assistência técnica e organizações sociais.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Implantação de um sistema integrado de monitoramento e proteção de terras indígenas e comunidades tradicionais, com uso de ferramentas de monitoramento ambiental, participação comunitária e articulação entre órgãos públicos competentes.	Justifica-se pela necessidade de promover trabalho e renda de forma inclusiva e sustentável, articulando universidades, institutos federais e redes de inovação, e valorizando o diálogo entre saberes científicos, tecnológicos e tradicionais.	Municípios da Faixa de Fronteira.	Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável - SNPCT; Funai; Ibama; ICMBio; Secretaria de Estado dos Povos Indígenas - SEPI; Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos - SEIRDH; órgãos ambientais e de segurança pública estaduais, prefeituras dos municípios abrangidos; organizações representativas das comunidades envolvidas, e instituições técnicas de apoio ao monitoramento territorial.	Integração de bases de dados e sistemas de alerta; Capacitação de agentes comunitários e equipes técnicas; Articulação entre órgãos ambientais, de segurança e de proteção territorial; Realização de ações de fiscalização e prevenção de conflitos
Levantamento, priorização e implantação de ações específicas de infraestrutura em saúde, educação e transporte em territórios indígenas e de povos e comunidades tradicionais.	Justifica-se pela necessidade de ampliar e consolidar o acesso a serviços essenciais, reduzir desigualdades territoriais e fortalecer as condições de vida dessas populações.	Municípios da Faixa de Fronteira.	Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável - SNPCT; Funai; ICMBIO; Ministério da Saúde (incluindo a SESAI); Ministério da Educação, Ministério dos Transportes; Secretaria de Estado dos Povos Indígenas -SEPI; Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos -SEIRDH e demais secretarias estaduais setoriais competentes; prefeituras e órgãos municipais de saúde, educação e transporte dos municípios abrangidos; e organizações representativas dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.	Realização de diagnósticos participativos para identificação de demandas prioritárias; Elaboração de estudos técnicos e planos de intervenção; articulação entre governos, lideranças comunitárias e órgãos setoriais; Priorização de investimentos.
Implantação de programa de formação e capacitação de agentes públicos para atendimento aos povos indígenas com foco na qualificação do atendimento intercultural e no enfrentamento do racismo institucional.	Justificam-se pela necessidade de qualificar a atuação institucional, sensibilizar servidores e assegurar um atendimento adequado, respeitoso e alinhado às especificidades socioculturais das comunidades indígenas.	Municípios da Faixa de Fronteira.	Ministérios dos Povos Indígenas, dos Direitos Humanos e da Cidadania, da Igualdade Racial, da Saúde e da Educação; Funai; Secretaria de Estado dos Povos Indígenas - SEPI e demais secretarias estaduais setoriais competentes; órgãos municipais responsáveis pelas políticas públicas; e organizações representativas dos povos indígenas.	Participação de lideranças e especialistas indígenas nos processos formativos; Elaboração de protocolos e materiais orientadores; Articulação entre órgãos públicos e instituições de ensino.

PROJETO	JUSTIFICATIVA	TERRITÓRIO	ATORES ENVOLVIDOS	MEIOS
Implantação de unidades integradas de segurança pública em áreas fluviais e comunidades de terra firme de difícil acesso, com atuação interinstitucional e logística adequada às condições territoriais.	Justifica-se pela necessidade de ampliar de forma estratégica a presença do Estado em áreas de difícil acesso, por meio de estruturas integradas de segurança pública capazes de prevenir e enfrentar ilícitos, proteger as populações locais e fortalecer a governança territorial em contextos marcados por isolamento geográfico, dinâmicas fluviais e pressões transfronteiriças.	Municípios da Faixa de Fronteira, com foco em áreas fluviais, comunidades ribeirinhas e localidades de difícil acesso, priorizados por indicadores de rotas, fluxos transfronteiriços, ilícitos e vulnerabilidade socioambiental.	Ministério da Justiça e Segurança Pública; órgãos federais de segurança pública - especialmente a Secretaria Nacional de Segurança Pública -SENASP, a Polícia Federal - PF e a Polícia Rodoviária Federal - PRF; a Marinha do Brasil, por meio da Capitania dos Portos; órgãos estaduais de segurança pública, incluindo as polícias Civil e Militar; e prefeituras dos municípios abrangidos.	Adequação da logística de transporte fluvial e terrestre às condições locais; Integração entre forças de segurança, defesa civil e órgãos públicos; Aquisição de embarcações, equipamentos e sistemas de comunicação.
Realização de estudo de viabilidade técnica para instalação de unidade militar do Exército em Oriximiná.	Justifica-se pela necessidade de orientar o fortalecimento da presença institucional do Estado na região, de forma adequada e efetiva, considerando aspectos logísticos, de mobilidade e da própria infraestrutura já existente na Faixa de fronteira.	Municípios da Faixa de Fronteira.	Ministério da Defesa; Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR; Casa Civil; Governo do estado do Pará; e Prefeituras dos municípios abrangidos.	Levantamentos territoriais, logísticos e estratégicos; análise das condições de infraestrutura, acesso e mobilidade; avaliação de impactos sociais, ambientais e econômicos; Articulação com órgãos de defesa, governos locais e instituições competentes;
Reequipamento e capacitação da Guarda Municipal de Oriximiná, com foco na ação integrada e em articulação com as políticas federais e estaduais de segurança pública.	Justifica-se pela demanda de fortalecimento do papel das guardas municipais no âmbito da Política Nacional de Segurança Pública - PNSP e pela necessidade de qualificar a atuação preventiva e oferecer respostas mais eficazes às demandas do território, especialmente no contexto de Faixa de Fronteira.	Município de Oriximiná.	Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp; Polícia Federal - PF; Polícia Rodoviária Federal - PRF; Marinha do Brasil, por meio da Capitania dos Portos, Prefeitura Municipal e Guarda Municipal; Polícia Civil e militar do estado.	Aquisição e modernização de equipamentos e infraestrutura operacional; Realização de cursos e capacitações continuadas para os agentes; Implementação de protocolos de ação e comunicação institucional.



Foto: Antonio Carlos de Freitas

Subsídios do Ipea ao debate



Foto: Alexandre Costa / Ag. Pará

O Pará e a Ilha das Guianas: Subsídios para o Debate sobre Infraestrutura, Bioeconomia e Desenvolvimento Fronteiriço[1]

O Pará no Contexto Pan-Amazônico e Marco Institucional

As fronteiras amazônicas apresentam condição de hiperperiferia logística e produtiva, com impactos sobre bem-estar, desenvolvimento, segurança e soberania. Essa condição amplia vulnerabilidades (desmatamento, garimpo, trânsitos ilícitos) e limita oportunidades socioeconômicas e de sustentabilidade ambiental. Ao mesmo tempo, a dinâmica econômica recente aproxima o Brasil de vizinhos do Pacífico e do Caribe, abrindo novas oportunidades logísticas e produtivas que exigem planejamento e coordenação regional.

Entre 28 de maio e 5 de junho de 2024, três decretos centrais compuseram um novo arranjo de políticas: a Comissão Interministerial para a Infraestrutura e o Planejamento da Integração da América do Sul (Decreto nº 12.034/2024), a Política Nacional de Fronteiras (Decreto nº 12.038/2024) e a Estratégia Nacional de Bioeconomia (Decreto nº 12.044/2024). No âmbito do MIDR (Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional) foram editadas a Estratégia de Desenvolvimento Regional e Bioeconomia – BioRegio (Portaria nº 3.717, de 30 de novembro de 2023) e o Programa Fronteira Integrada (Portaria nº 2.413, de 9 de julho de 2024). Esses marcos criam condições institucionais para articular integração física e digital, desenvolvimento fronteiriço e bioeconomia em chave pan-amazônica, desde que acompanhados de governança com os países vizinhos.

---

1. Esta nota foi preparada no âmbito do Projeto ***"Integração Regional: o Brasil e a América do Sul"*** da Diretoria de Estudos Internacionais (Dinte) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em cooperação com o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR), com apoio do Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA), pelos pesquisadores: ***Pedro Silva Barros:*** *Técnico de planejamento e pesquisa do Ipea;* ***Luiz Marcelo Michelon Zardo:*** *Técnico de planejamento e pesquisa do Ipea;* ***Cláudio Alberto Castelo Branco Puty:*** *Professor associado da Universidade Federal do Pará (UFPA);* ***Corival Alves do Carmo:*** *Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe (UFS);* ***Helitton Christoffer Carneiro:*** *Assistente de pesquisa do Ipea;* ***Leandro Fontes Corrêa:*** *Assistente de pesquisa do Ipea e* ***Matheus Valadares da Silva:*** *Assistente de pesquisa do Ipea.*

No plano conceitual, adota-se a perspectiva da Pan-Amazônia - pensar a região como bioma e território interdependente - e os binômios interdependência–dissuasão e segurança-desenvolvimento para o fortalecimento da soberania, enfatizando que integração produtiva e infraestrutura devem caminhar com participação de entes subnacionais e privada. Destacam-se, ainda, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e o Consórcio Interestadual da Amazônia Legal como instâncias-chave de coordenação.
A compreensão das dinâmicas de desenvolvimento territorial e de cooperação na região Norte do Brasil exige, impreterivelmente, a inserção das unidades subnacionais em um enquadramento analítico mais amplo, que transcenda as delimitações político-administrativas. Nesse sentido, a fronteira do estado do Pará apresenta características singulares no contexto amazônico e sul-americano. A Amazônia brasileira não deve ser planejada isoladamente; sua realidade é continental e intrinsecamente compartilhada com outros sete países sul-americanos e a França, configurando o espaço da Pan-Amazônia. Consequentemente, a integração econômica, ambiental, energética e logística consolida-se como condição necessária para superar o isolamento histórico da região e promover um modelo de desenvolvimento sustentável e adequado às suas especificidades.

Caracterização da Fronteira Paraense

Diferentemente dos demais estados fronteiriços do Brasil, o Pará não possui cidades-gêmeas no sentido clássico de contiguidade urbana imediata, nem travessias formais (alfandegárias ou rodoviárias diretas) para os países vizinhos. O caso paraense, notadamente nos municípios de Alenquer, Almeirim, Faro, Óbidos e Oriximiná, na fronteira com o Suriname, condiciona sua estratégia de integração territorial a redes de circulação de maior escala, distanciando-se da dependência de postos fronteiriços convencionais. Situado estrategicamente entre o Atlântico Norte, o imenso e capilarizado sistema fluvial amazônico e o território da Ilha das Guianas, o Pará integra dinâmicas de mobilidade, desenvolvimento e cooperação que operam em uma escala que vai distinta da lógica aduaneira tradicional.

A noção geográfica e geopolítica da Ilha das Guianas - conceituada e definida como a maior ilha marítimo-fluvial do mundo, demarcada pelos rios Amazonas e Orinoco e conectada de maneira singular pela conexão Cassiquiare-Negro - oferece o enquadramento territorial fundamental e indispensável para compreender a real posição estratégica do Pará e de suas localidades fronteiriças. Esse conceito redefine a percepção de fronteira, passando de uma "borda defensiva" ou limite passivo para uma verdadeira plataforma de conexão ecológica, econômica e social compartilhada. A bacia amazônica deve ser compreendida como uma unidade territorial contínua, onde a navegação fluvial, a integração energética e as ligações produtivas transfronteiriças são vetores essenciais para a inauguração de um novo ciclo de desenvolvimento regional.

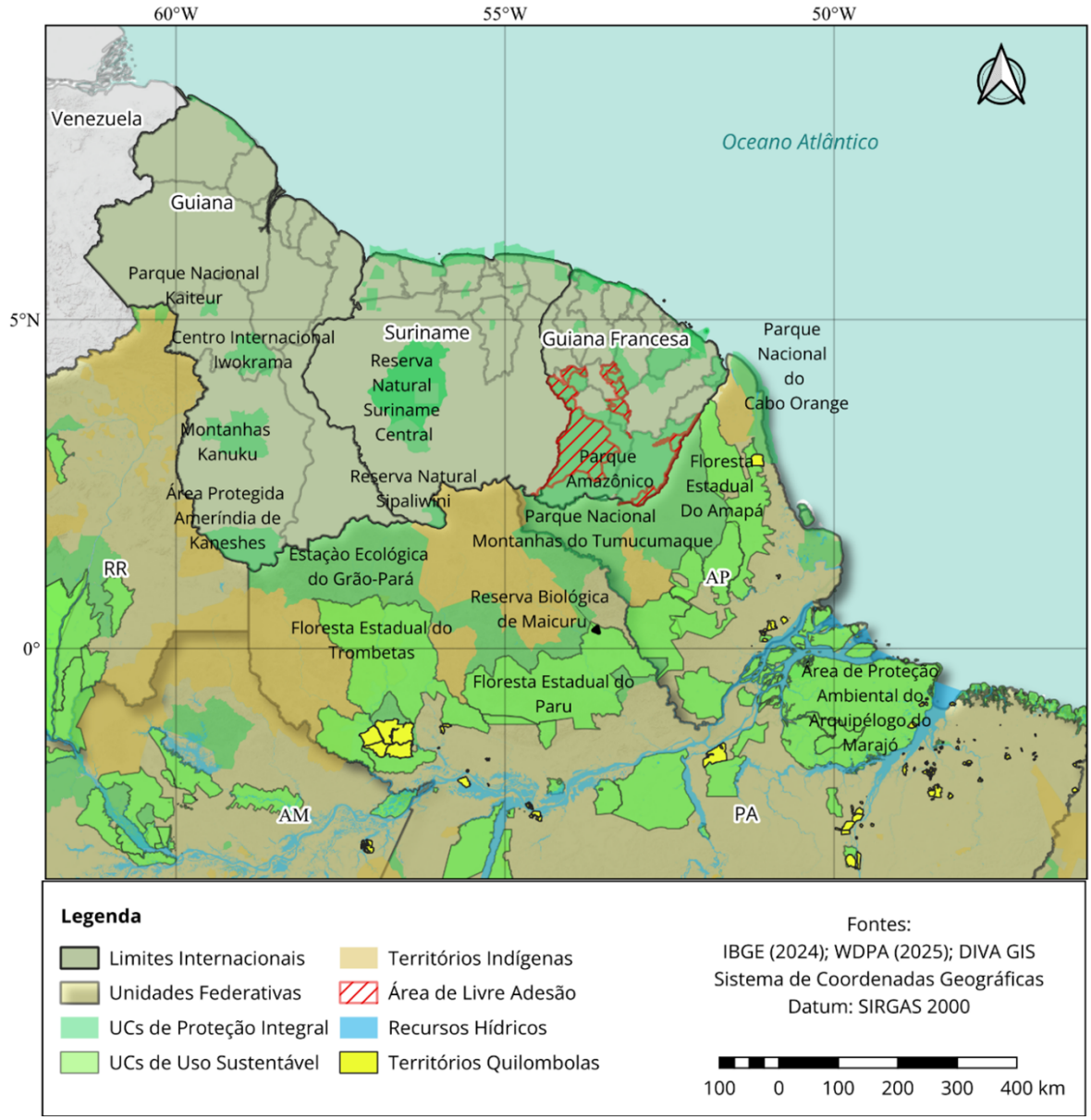
Historicamente, os projetos de infraestrutura na região ignoraram essa lógica pan-amazônica e a necessidade de adaptação às realidades locais. As fronteiras amazônicas acabaram submetidas a uma condição estrutural de hiperperiferia logística e produtiva, o que tem gerado impactos severos sobre o bem-estar das populações locais, o desenvolvimento econômico, a segurança e a soberania. Essa condição de periferia agrava as vulnerabilidades sociais e ambientais e impõe barreiras às oportunidades socioeconômicas e à sustentabilidade ambiental do território. Superar esse passivo exige reconhecer que a infraestrutura (abrangendo de forma indissociável transporte, energia e comunicações) deve ser pensada sob uma ótica de escala regional e concebida para operar em sincronia.

No marco institucional contemporâneo, a integração transfronteiriça não pode se resumir a eixos logísticos desenhados para a exportação de commodities. A diretriz central, materializada na necessidade de um planejamento territorial conjunto da Ilha das Guianas e de uma governança multinível com participação dos atores subnacionais, postula que a integração deve ser profundamente produtiva. Trata-se de fomentar um modelo de desenvolvimento compatível com a floresta em pé, inteiramente adaptado à realidade e às condições amazônicas, que valorize o patrimônio socioambiental e tire proveito das cadeias da bioeconomia.

É sob este prisma que as relações bilaterais entre Brasil e Suriname e o Brasil (em sua borda paraense) e a Guiana adquirem relevância. A faixa de fronteira, compreendendo a totalidade dos municípios de Alenquer, Almeirim, Faro, Óbidos e Oriximiná, pode desempenhar um papel ativo na mitigação de assimetrias e no fortalecimento de um Anel de Infraestrutura multimodal que garanta resiliência e redundância (conectividade física, digital e energética) aos territórios da Calha Norte. A governança da infraestrutura, ancorada em uma participação robusta de atores locais, comunidades tradicionais, povos indígenas e da iniciativa privada, deve estar vinculada aos vizinhos: uma integração cooperativa que preserve a integridade ecológica do bioma, impulsione o aproveitamento da sociobiodiversidade e reduza as históricas lacunas de cidadania das populações fronteiriças.

A ocupação e a dinâmica socioespacial dessa zona fronteiriça estão profundamente atreladas ao seu patrimônio socioambiental. O território que abrange a fronteira paraense é caracterizado por um mosaico de áreas protegidas. Trata-se de uma região com forte presença de unidades de conservação — abrangendo tanto categorias de proteção integral quanto de uso sustentável —, operando em concomitância com territórios indígenas e áreas quilombolas em municípios fronteiriços. A existência desses territórios tradicionais e de conservação nas localidades de Oriximiná, Óbidos, Faro, Almeirim e Alenquer reforça a necessidade de um desenvolvimento estruturado sob o paradigma da bioeconomia, adaptado à realidade amazônica.

Mapa 1 - Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Quilombolas na Calha Norte/Guianas



Fonte: Projeto "Integração Regional: o Brasil e a América do Sul". Elaborado pelos autores (2026).

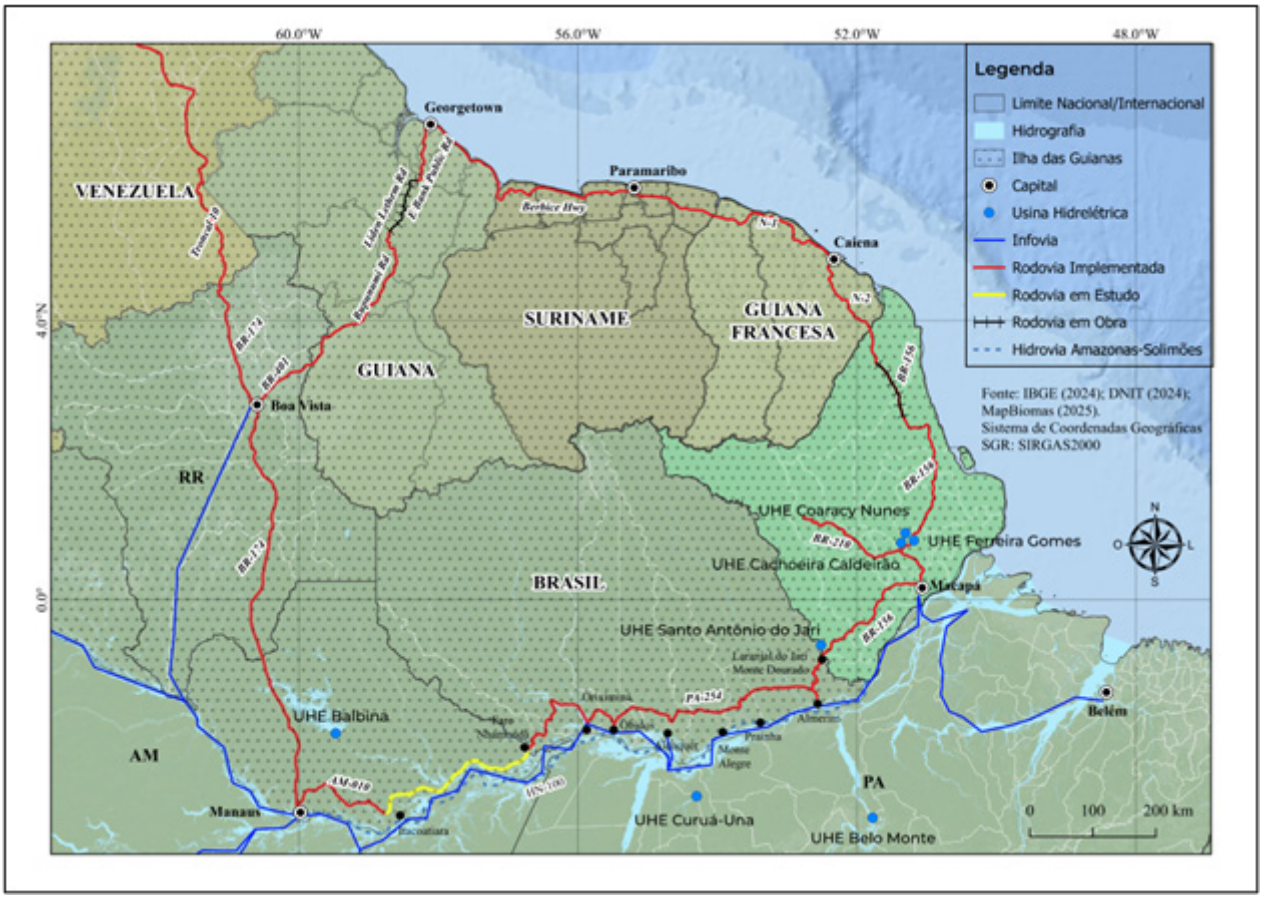
Uma visão integrada da região formada pelo norte do Pará, Amapá, Amazonas e os territórios vizinhos do Suriname, Guiana e Guiana Francesa, revela a presença de áreas protegidas e territórios tradicionais ao longo da Ilha das Guianas. As unidades de conservação, e territórios indígenas e quilombolas atravessam as fronteiras nacionais, representando a importância ecológica e sociocultural dessa faixa transfronteiriça.

Infraestrutura Paraense: Transporte, Energia, Comunicação e Governança no Contexto Amazônico

A consolidação de um modelo de desenvolvimento regional fronteiriço na Calha Norte no estado do Pará pressupõe uma reavaliação do papel da infraestrutura logística, energética e de telecomunicações. O caso paraense, destituído de cidades-gêmeas convencionais ou de travessias alfandegárias rodoviárias diretas com o Suriname e Guiana, demanda que as redes de circulação sejam pensadas e projetadas em uma escala macroterritorial, sistêmica e regional.

Em geral, os grandes projetos de infraestrutura implementados na região amazônica ignoram as especificidades locais e sua dinâmica territorial. As intervenções passadas muitas vezes foram concebidas sob uma ótica exclusivamente nacional, voltadas de forma extrativista para a criação de corredores logísticos de exportação extrarregional, não estando adaptadas às necessidades e condições amazônicas. Para que se supere o isolamento histórico e a condição estrutural de periferia logística da calha norte paraense, a bacia amazônica deve ser compreendida como uma unidade territorial. Nesse contexto espacial e geopolítico redefinido, a navegação fluvial articuladas com rodovias existentes em Roraima, Guiana, na borda caribenha do Suriname e da Guiana Francesa e do estado do Amapá, a integração energética e as conexões digitais assumem a condição de vetores indissociáveis para deflagrar um novo ciclo de desenvolvimento regional sustentável, conformando um "Anel de Integração de Infraestrutura Multimodal da Ilha das Guianas" (Mapa 2).

Mapa 2 - Anel de Integração de Infraestrutura Multimodal da Ilha das Guianas



Fonte: Projeto "Integração Regional: o Brasil e a América do Sul". Elaborado pelos autores (2026).

Essa robusta estrutura em anel tem o objetivo de criar redundância e resiliência sistêmica no território. Em termos estritamente práticos e operacionais, a redundância na infraestrutura — mapeada pela articulação de hidrelétricas existentes e potenciais, juntamente com modernas linhas de transmissão elétrica e infraestrutura de comunicação em fibra óptica — permite amortecer choques de oferta, distribuir excedentes e evitar o colapso de serviços básicos. Regimes hidrológicos complementares, como os verificados entre o Escudo das Guianas e o sul da bacia amazônica, permitiriam otimizar a segurança energética de forma duradoura, transformando a fronteira em um nó articulador em vez de uma ponta vulnerável do sistema nacional.

Sem essa oferta de energia estável e sem comunicações ininterruptas, as cadeias produtivas de alto valor agregado simplesmente não se fixam no território. O desenvolvimento compatível com a floresta em pé e

adaptado para a realidade local — premissa inegociável do atual paradigma de integração pan-amazônica — exige que as soluções de infraestrutura não se restrinjam a meras vias de passagem. A integração territorial precisa, obrigatoriamente, ser concebida como uma integração produtiva. É fundamental impulsionar arranjos econômicos e cadeias de valor da sociobiodiversidade, garantindo que o patrimônio ambiental gere bem-estar social. Isso só se torna materialmente exequível quando polos de desenvolvimento endógeno, a exemplo de Oriximiná, Óbidos, Faro, Almeirim e Alenquer, encontram-se plenamente integrados nas esferas digital, física e energética com o entorno binacional.

Contudo, na superação dessa intrincada barreira logística, a arquitetura institucional revela-se tão prioritária quanto a intervenção física. A materialização desse Anel de Infraestrutura e o sucesso da integração pan-amazônica dependem compulsoriamente de uma profunda modernização no modelo de governança da infraestrutura. Projetos historicamente decididos e geridos de forma excessivamente centralizada e verticalizada na Amazônia devem dar lugar a uma governança multinível, que assegure a participação indispensável e substancial dos atores subnacionais — compreendendo governos estaduais, administrações municipais e eventuais consórcios públicos — bem como da iniciativa privada e das comunidades tradicionais locais. A institucionalização de uma governança colegiada, transparente e participativa constitui o único mecanismo capaz de garantir que a expansão de hidrovias, a construção de linhas elétricas e a implantação de cabos de conectividade não atendam de modo exclusivo a demandas macroeconômicas exógenas. Ao contrário, a gestão compartilhada atua para mitigar passivos, responder à histórica lacuna por serviços públicos transfronteiriços e corrigir as severas assimetrias socioeconômicas que vulnerabilizam as populações amazônicas.

Portanto, a agenda de infraestrutura do estado do Pará na extensa faixa fronteiriça vinculada ao Suriname representa o distanciamento irrevogável da ultrapassada noção de fronteira como "borda" estática ou barreira defensiva. A reinterpretação geográfica provida pela Ilha das Guianas indica que o transporte, a comunicação e a energia operam como vasos comunicantes de um ecossistema econômico e ambientalmente interdependente. Somente por intermédio da estruturação desse Anel de Infraestrutura multimodal, ancorado em uma governança democrática e adaptado de modo absoluto às condições dos rios e das florestas, o Pará consolidará sua posição como articulador geopolítico, induzindo o desenvolvimento produtivo cooperativo e ratificando a premissa de que a integração transnacional e a floresta em pé são componentes intrínsecos de um único e irreversível projeto de futuro.

A infraestrutura da região combina diferentes modalidades de transporte que se complementam para viabilizar a circulação em um território marcado por longas distâncias e baixa conectividade formal. As hidrovias cumprem o papel mais estruturante, especialmente a hidrovia Amazonas-Solimões (HN-100), que funciona como eixo principal entre Santarém, Óbidos, Oriximiná, Faro e Manaus, sustentando cerca de 65%

do transporte de cargas da região Norte. Além deste corredor de grande escala, rios como Trombetas e Mapuera asseguram a logística cotidiana local, servindo comunidades, atividades institucionais e operações minerárias. Rotas tradicionais, como o sistema Paru de Leste–Tapanahony, embora não conectadas hidrologicamente, seguem essenciais para mobilidades indígenas e intercâmbio sociocultural.

No plano terrestre, a estrutura rodoviária permanece fragmentada, mas exerce papel relevante na integração regional. A BR-156 conecta Macapá ao Jari, onde a travessia fluvial leva a Monte Dourado, ponto de acesso à PA-473 em direção a Almeirim. Dessa malha derivam também a Estrada do Icarapi, que possibilita ligação com Prainha, e a PA-254, principal rodovia da Calha Norte, unindo Óbidos, Oriximiná, Monte Alegre e o entroncamento com a BR-230 (Transamazônica). Há expectativas de prolongamento dessas conexões em direção ao Amazonas, com estudos futuros envolvendo a AM-363 e a AM-010, o que poderia criar um arco terrestre complementar ao transporte fluvial.

A infraestrutura portuária acompanha o peso da navegação, com destaque para os portos de Santarém, Itacoatiara e Manaus, que articulam fluxos regionais e nacionais e dão suporte a redes de transporte de passageiros, cargas e insumos de abastecimento. Nos municípios da Calha Norte, pontos de atracação menores também desempenham papel contínuo no escoamento de produtos locais e no deslocamento comunitário, reforçando o caráter descentralizado da logística fluvial. Esses portos, combinados às rotas hidroviárias, formam a espinha dorsal do transporte de longa distância na região.

A aviação regional e a presença militar completam o quadro de infraestrutura crítica. Pistas de pouso comunitárias e bases como a de Tiriós - sede do Pelotão Especial de Fronteira - oferecem suporte essencial em áreas remotas, viabilizando atendimento médico, ações de fiscalização, transporte emergencial e mobilidade indígena. Aeródromos como os de Oriximiná, Óbidos, Alenquer, Monte Dourado e pistas remotas em Mapuera e no Paru reforçam o papel estratégico da aviação leve como elo entre áreas isoladas. Em conjunto, essas obras de infraestrutura - terrestres, aquaviárias, aéreas, portuárias e militares - constituem a base operacional que sustenta a conectividade no extremo norte da Amazônia.

Produção e Bioeconomia[2]

Em 2024, a principal produção agrícola do estado do Pará, em toneladas, foi a mandioca. Situação semelhante ocorreu em muitos estados da região Norte, entretanto, o diferencial em relação à economia paraense foi a larga escala produtiva do cultivo, bem superior aos demais estados da região Norte. A produção de mandioca no Pará alcançou 3,96 milhões de toneladas, superando, em volume, a produção de soja e a dos demais produtos agrícolas. O Pará foi o líder na produção brasileira de mandioca. Dentre os principais municípios paraenses produtores, destacaram-se Acará-PA (com 406 mil toneladas), Baião-PA (374,7 mil toneladas), Alenquer-PA (220 mil toneladas), Portel-PA (177,5 mil toneladas) e São Domingos do Capim-PA (144 mil toneladas). É importante ressaltar que a produção paraense de mandioca foi consideravelmente distribuída ao longo das produções municipais do estado.

O dendê também foi um destaque da produção do Pará, ocupando a terceira posição dentre as principais culturas agrícolas do estado, em termos de volume, com 3,13 milhões de toneladas, equivalentes à 98,4% da produção da região Norte e à 97,1% da produção brasileira. Figuram entre os principais municípios produtores de dendê no estado, em 2024: Tailândia-PA (com 942 mil toneladas ou 30% da produção estadual), Tomé-Açú-PA (641 mil toneladas), Moju-PA (417 mil toneladas), Acará-PA (304 mil toneladas), Concórdia do Pará-PA (220 mil toneladas) e Bonito-PA (176 mil toneladas). Também foi expressiva a dinâmica produtiva da fruticultura paraense, com destaque para a produção de banana, abacaxi, laranja e outras a nível regional.

Ao longo do presente relatório será possível perceber que a produção de alguns produtos, como o açaí e a borracha, serão analisadas não somente a partir da produção agrícola dos estados e municípios selecionados, mas também a partir da produção do extrativismo vegetal. Vale ressaltar que a diferença fundamental reside no fato de a produção da primeira (agrícola) estar relacionada com práticas de manejo e cultivo, enquanto que a produção da última (extrativismo) se dá em áreas de ocorrência espontânea da cultura.

---

2. Em razão da não existência de classificações específicas sobre produção da bioeconomia, com abrangência que contemple até o nível municipal brasileiro, optou-se por mapear toda a produção do setor primário - com exceção do extrativismo mineral - existente no estado do Pará e nos cinco municípios paraenses selecionados da região do baixo Amazonas: Alenquer-PA, Almeirim-PA, Faro-PA, Óbidos-PA e Oriximiná-PA. Todos os dados de produção exibidos ao longo do presente relatório referem-se ao ano de 2024. Buscou-se, primeiro, apresentar quais foram as dimensões produtivas de cada município e estado selecionados, independentemente do perfil do produto primário e, posteriormente, analisar em seção específica a produção local que é compatível com a floresta em pé. Para referenciar a produção agropecuária formal paraense, foram utilizadas as as base de dados oficiais disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente as pesquisas de Produção Agrícola Municipal (PAM), de Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS) e a Pesquisa Pecuária Municipal (PPM).

Se em termos de escala, a produção paraense de mandioca, soja e dendê foram as três maiores, o mesmo não ocorre quanto a variável de análise é a produção em valor gerado (em reais). Nesse quesito, desempenharam um papel central na economia paraense a produção agrícola de cacau (em amêndoa), açaí, pimenta do reino e outros cultivos.

Em 2024, a cacauicultura paraense dinamizou em pouco mais de R$ 7,7 bilhões a produção do estado, com especial destaque dos municípios de Medicilândia-PA, Uruará-PA, Placas-PA e Anapu-PA. Por sua vez, a produção de açaí no estado do Pará, via cultivo e manejo, também foi muito expressiva, superando R$ 7,4 bilhões, com destaque aos municípios de Iguarapé-Miri-PA, Cametá-PA, Anajás-PA, Acará-PA, Abaetetuba-PA, Bagre-PA, Santa Izabel do Pará-PA, Bujaru-PA e Barcarena-PA. É fundamental reforçar - uma vez mais - que estes 7,4 bilhões não incluem a produção de açaí oriunda do extrativismo vegetal no Pará, que será abordada em seção própria. O Pará também foi o segundo principal produtor de pimenta do reino em âmbito nacional, com uma produção que gerou R$ 1,24 bilhão de reais.

A avaliação da produção agrícola per capita no Pará permite pontuar algumas questões de extrema importância. Primeiro, a proeminência produtiva do estado fica evidente quando o mesmo apresenta uma produção agrícola per capita superior à média brasileira e nortista, como ocorreu para uma gama considerável de produtos, dentre eles o cacau, cuja produção média por habitante no estado alcançou R$ 950 reais, enquanto a produção per capita na região Norte e no Brasil somaram, por habitante, R$ 472 reais e R$ 75 reais, respectivamente.

A produção per capita de açaí cultivado também reforça a robustez da economia paraense frente ao Brasil e a região. Em média, um paraense produziu o dobro de açaí (R$ 917 reais), comparado a um residente da região Norte (R$ 446 reais), ou 24 vezes mais do que um brasileiro (R$ 38 reais). Similarmente, outros produtos agrícolas, como a mandioca, a pimenta do reino, o abacaxi e o coco da baía (para estes dois últimos, a produção é expressa em mil frutos), sustentaram uma produção estadual agrícola per capita superior à regional e nacional. Em contrapartida, a produção per capita paraense de soja, milho, cana-de açúcar, arroz, feijão e outras culturas agrícolas, situou-se abaixo das médias nacional e regional.

Os dados da produção do extrativismo vegetal no Pará, Alenquer-PA, Almeirim-PA, Faro-PA, Óbidos-PA e Oriximiná-PA, em 2024, elencaram uma série de produtos compatíveis com a floresta em pé. Observa-se que a produção do extrativismo vegetal no Norte representa quase toda a produção nacional de alguns produtos, como o açaí, castanha-do-pará, palmito, borrachas, copaíba e cumaru. Feita tal ressalva, vejamos agora algumas particularidades da dimensão produtiva do estado do Pará.

No âmbito do extrativismo vegetal paraense, o açaí, uma vez mais, protagonizou os principais resultados. O fruto do açaízeiro foi tanto o principal bem alimentício em termos de volume, como em receita gerada pelo extrativismo vegetal. A escala da produção extrativa de açaí no Pará foi de 168,5 mil toneladas e gerou R$ 801,9 milhões (R$ 4.758 por tonelada, em média), com destaque para a produção municipal de Limoeiro do Ajuru-PA e de Oeiras do Pará-PA. Tal volume produtivo foi consideravelmente inferior à produção agrícola de açaí no Pará, sendo esta associada ao cultivo e manejo da cultura, que alcançou 1,6 milhão de toneladas, em 2024, como reforçado anteriormente.

Dentre os produtos compatíveis com a floresta em pé, a produção extrativista de castanha-do-pará e palmito (no âmbito alimentício), de buriti (fibras), e de amêndoas de cumaru e pequi (oleaginosas) também tiveram seu destaque na economia paraense. Em termos per capita, a produção de castanha-do-pará do município de Óbidos-PA (R$ 659 reais) foi bem superior à estadual (R$ 8 reais), regional (R$ 11 reais) e nacional (R$ 1 real). Oriximiná-PA e Alenquer-PA também foram destaques. Os mesmos três municípios – Óbidos, Oriximiná e Alenquer registraram produção per capita de cumaru de R$ 75 reais, R$ 14 reais e R$ 106 reais por habitante, respectivamente.

Quanto à produção pecuária paraense, chamam a atenção não somente os expressivos números de efetivo por tipo de rebanho, especialmente da avicultura e bovinocultura estadual, mas também a relevante participação dos rebanhos do Pará em relação ao existente no Norte. Para se ter uma dimensão dos números, basta observar que, em 2024, foram contabilizados mais de 26,8 milhões de galináceos (52% dos efetivos da região Norte), 25,5 milhões de cabeças de gado (40%), 775 mil búfalos (60%), 587 mil suínos (44%), 499 mil equinos (47%), 284 mil ovinos (42%) e 61 mil caprinos (46%) no estado do Pará.

Em termos de produção pecuária per capita, a avaliação da economia paraense varia a depender do tipo de rebanho analisado. O número de cabeças de gado per capita no estado (3,1 cabeças por paraense) está acima da média nacional (1,2 cabeça por brasileiro), todavia está abaixo da média da região Norte (3,7 cabeças por habitante). Vale sublinhar que, dentre os cinco municípios paraenses da região do Baixo Amazonas (Alenquer, Almeirim, Faro, Óbidos e Oriximiná), que juntos somaram mais de 658 mil cabeças de gado, apenas Alenquer-PA e Óbidos-PA foram os destaques quanto ao efetivo de gado per capita, estando acima da média nacional e inclusive do Pará.

A caracterização da economia do estado, a partir dos dados do IBGE, dimensiona um setor de aquicultura altamente relevante e estruturado. Os dados da aquicultura[3] paraense dimensionam uma produção de peixes que é bastante relevante, sobretudo em razão da maior diversidade produtiva dentre os estados da região Norte. Há estados com volume de produção de peixes superior ao do Pará, como é o caso de Rondônia, mas a variedade da produção paraense é uma valência que não se replica na mesma proporção nos demais estados nortistas.

O peixe mais produzido no estado foi o tambaqui, com 9,9 mil toneladas, seguido pelo tambacu/tambatinga, com 3,9 mil toneladas. A tilápia foi o terceiro principal peixe produzido no Pará, com 994 toneladas. Pouco mais de 52% da produção de tilápia na região Norte do Brasil teve origem no setor produtivo paraense. A aquicultura do estado também se destaca na produção de ostras, vieiras e mexilhões, que representam a totalidade produzida no Norte. De igual maneira, a totalidade do camarão produzido pela aquicultura da região Norte também correspondeu ao setor produtivo do Pará, com um volume de 112,5 toneladas.

A produção dessas espécies requer conhecimentos técnicos específicos, infraestrutura adequada, logística eficiente, arranjos socioprodutivos organizados e conformidade com rigorosos padrões de conservação hídrica e ambiental. A consolidação do Pará como produtor dessas cadeias na Amazônia reflete a viabilidade material do modelo de bioeconomia sustentável, em que o aproveitamento, beneficiamento e agregação de valor dos recursos naturais se sobrepõe ao mero extrativismo primário.

Essa diversidade confere extrema resiliência econômica à região e oferece um amplo portfólio para a inserção em mercados intrarregionais e na cooperação com os países vizinhos, como o Suriname e, por extensão, à Ilha das Guianas e o Caribe. Essa produção é fundamental não apenas para a segurança alimentar local, mas como produto de uma bioeconomia amazônica com potencial de escala.

3. Diferentemente da pesca, que baseia-se na retirada de recursos pesqueiros do ambiente natural, a aquicultura é baseada no cultivo de organismos aquáticos geralmente em um espaço confinado e controlado. Segundo a Embrapa, uma das diferenças entre as duas atividades é que a primeira, por ser extrativista, apresenta um menor nível de controle quanto aos volumes produzidos, tendo em vista a imprevisibilidade característica da pesca. Por outro lado, a aquicultura apresenta um maior controle no que se refere ao planejamento e regularidade da produção, possibilitando produtos mais homogêneos, rastreabilidade durante toda a cadeia e outras vantagens que contribuem para a segurança alimentar. Os dados apresentados ao longo do relatório referem-se a produção da aquicultura nortista, com destaque para a dinâmica da piscicultura. Todas as informações de produção foram extraídas da base de dados do IBGE. Finalmente, vale reforçar que a atividade formal e informal da pesca, mesmo não dimensionada na categoria aquicultura, desempenha um papel de grande relevância, respondendo por parcela significativa do consumo local, inclusive nas regiões de fronteira.

Para que a diversidade aquícola e os produtos da biodiversidade possam escalar e se inserir nas trocas bilaterais com o Suriname, é crucial a materialização do Anel de Infraestrutura multimodal discutido anteriormente, na seção de infraestrutura. A produção de pescados, camarões e outros demanda, imperativamente, cadeias frigoríficas ininterruptas, logística ágil e energia estável. Sem energia e conectividade seguras e redundantes, o processamento local (filetagem, embalagem, certificação sanitária) é dificultado, limitando as possibilidades de agregação de valor às matérias-primas.

Portanto, a governança dessa bioeconomia deve envolver diretamente as populações das unidades de conservação, terras indígenas e territórios quilombolas. O desenvolvimento regional da fronteira paraense não se dará por grandes polos industriais convencionais dissociados do território, mas pela estruturação formal de uma bioeconomia endógena, capaz de fixar valor na base social da Calha Norte. Essa estruturação converte o limite territorial em um verdadeiro nó de integração produtiva com o Platô das Guianas, demonstrando que a conservação ambiental, a produção de alimentos e a cooperação transfronteiriça são faces de um mesmo projeto de desenvolvimento pan-amazônico.

Recomendações para o Desenvolvimento e a Integração: O Caso Paraense

A partir da análise detalhada das dinâmicas socioespaciais, produtivas e de infraestrutura que caracterizam a porção norte do estado do Pará — englobando as localidades de Alenquer, Almeirim, Faro, Óbidos e Oriximiná em sua interface com o Suriname —, consolida-se um conjunto de diretrizes estratégicas para a formulação de políticas públicas. As recomendações a seguir partem da premissa inegociável de que a Amazônia brasileira não pode ser planejada isoladamente, demandando um enquadramento pan-amazônico que reconheça a bacia como uma unidade territorial contínua, onde a integração deve ser fundamentalmente produtiva e cooperativa.

A primeira e mais estruturante recomendação consiste na imediata transição do atual modelo centralizado de tomada de decisão para uma governança de infraestrutura e território pautada pela atuação multinível. Recomenda-se a formalização de instâncias de governança com a participação ativa dos atores subnacionais — governos estaduais e as prefeituras de Alenquer, Almeirim, Faro, Óbidos e Oriximiná —, além do engajamento estruturado da iniciativa privada e das comunidades locais, que habitam as unidades de conservação, territórios indígenas e quilombolas presentes na região. Somente essa gestão colegiada e democrática tem a capacidade de garantir que os projetos macroeconômicos não se sobreponham aos interesses das populações locais, corrigindo as assimetrias históricas e a hiperperiferia logística que afeta o bem-estar social.

Nesse sentido, a despeito da ausência de contiguidade urbana clássica (cidades-gêmeas) no traçado fronteiriço do Pará, recomenda-se a elaboração de um Plano Diretor Conjunto[4] de caráter transnacional ou intrarregional na Calha Norte, que oriente o zoneamento ecológico-econômico e o uso do patrimônio verde compartilhado com a Ilha das Guianas. Como instrumento jurídico de suporte, sugere-se a formulação de um Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas, adaptado à realidade da navegação fluvial, para facilitar o intercâmbio comercial das cadeias da bioeconomia, a cooperação ambiental e o acesso coordenado a serviços ao longo do continuum fronteiriço.

A segunda diretriz recomenda a priorização absoluta da construção e adensamento do Anel de Infraestrutura multimodal que conecta o Arco Norte e a Ilha das Guianas. É imperativo que os planejamentos governamentais transcendam a visão de rodovias de exportação e invistam em infraestrutura concebida e adaptada às necessidades e condições amazônicas. Isso implica o desenvolvimento articulado do transporte fluvial organizado, de linhas de transmissão elétrica de alta capacidade e de redes de comunicação em fibra óptica. O objetivo deste Anel não é apenas a passagem de cargas, mas a criação de redundância e resiliência. Recomenda-se o mapeamento e a integração entre hidrelétricas existentes e potenciais, permitindo que a complementaridade dos regimes hidrológicos (entre o Escudo das Guianas e a bacia amazônica) assegure a oferta contínua de energia. A energia estável e as comunicações ininterruptas são os pré-requisitos fundamentais — e até o momento, a principal barreira — para a fixação de indústrias de transformação local e para a agregação de valor às cadeias da sociobiodiversidade no norte do Pará.

Sob a premissa inegociável do desenvolvimento com a floresta em pé, recomenda-se o fomento intensivo e a estruturação das cadeias produtivas ligadas à aquicultura e aos frutos do mar, setor em que o Pará já demonstra uma vocação excepcional e uma resiliência econômica alicerçada na diversidade. O estado deve receber investimentos focados em inovação, certificação sanitária e cadeias de frio para potencializar sua exclusividade na produção nortista de ostras, vieiras, mexilhões e camarão de cativeiro, bem como na expansão do tambaqui, tambacu, tambatinga e tilápia.

O adensamento produtivo dessas espécies nativas e adaptadas não só garante a segurança alimentar regional, como cria uma base exportadora de alto valor agregado, substituindo o extrativismo predatório por uma verdadeira integração produtiva sustentável que gera renda no território. As populações das unidades de conservação e terras indígenas devem ser integradas como atores centrais deste modelo econômico, sendo as principais beneficiárias do adensamento da bioeconomia local.

4. Refere-se, aqui, a arranjos institucionalizados de diálogo que permitam o endereçamento mais efetivo de problemas compartilhados, assim como a identificação e o usufruto conjunto das oportunidades existentes - constituindo uma espécie de plano diretor binacional. Nesse sentido, um bom referencial é o modelo de consórcio internacional de fronteira, existente entre Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Argentina). Ainda que semelhante instrumento não possua força jurídica diante das legislações nacionais de cada país, seu potencial papel diretivo e orientativo auxiliaria no ordenamento da integração transfronteiriça.

Por fim, no aspecto geopolítico, recomenda-se a ressignificação do papel desempenhado pelo norte do Pará na inserção externa brasileira. O enquadramento territorial da Ilha das Guianas deve ser instrumentalizado pela diplomacia e pelo planejamento estatal como uma plataforma direta de projeção do Brasil ao Caribe. Ao integrar fisicamente e produtivamente a faixa Oriximiná–Óbidos–Faro–Almeirim–Alenquer ao Suriname e às demais Guianas através do grande sistema fluvial e energético, o Brasil estabelece uma nova fronteira econômica de cooperação.

Esta visão substitui a noção estática e periférica da fronteira defensiva pela ideia de um território de interconexão, não apenas viabilizando saídas atlânticas e caribenhas e rotas logísticas mais eficientes, mas reforçando a complementaridade de um ecossistema produtivo e ambiental unificado. A implementação conjunta destas recomendações consolidará o Pará não como uma borda distante do país, mas como o coração logístico e produtivo de uma Pan-Amazônia integrada, próspera e sustentável.

Esta nota foi preparada no início de 2026 a partir de pesquisas de campo realizadas em todos os estados fronteiriços da Amazônia brasileira e também nos países vizinhos, com o objetivo de contribuir para o debate público sobre desenvolvimento fronteiriço, infraestrutura e bioeconomia no Arco Norte. Não se trata de um estudo exaustivo, mas de uma síntese inicial de reflexões que serão aprofundadas em documentos técnicos e em um livro a ser disponibilizado em www.ipea.gov.br/portal/americadosul. Em um contexto marcado pela crise da governança global, pela fragmentação regional e pela crescente disputa das grandes potências por recursos naturais — energéticos, minerais e biológicos —, a cooperação amazônica e as regiões de fronteira enfrentam novos e complexos desafios. Sozinhos podemos ir mais rápido, mas juntos vamos mais longe. Não há desenvolvimento sem segurança, nem segurança sem desenvolvimento: integrados, estaremos mais protegidos e mais capazes de assegurar uma vida digna, compatível com a floresta em pé, nas fronteiras amazônicas. As políticas públicas precisam, portanto, avançar para uma visão integrada do desenvolvimento fronteiriço, articulando infraestrutura, ciência, inovação, cooperação internacional e valorização dos territórios e de suas populações. O fortalecimento da presença do Estado, em diálogo com atores locais e países vizinhos, é fundamental para transformar fronteiras em espaços de oportunidades, e não de vulnerabilidades. Nesse esforço coletivo, o Arco Norte pode se afirmar como um vetor estratégico de um desenvolvimento amazônico soberano, inclusivo e comprometido com a preservação da sociobiodiversidade.



Foto: Antonio Carlos de Freitas

BASES PARA O PLANO DE **DESENVOLVIMENTO** E **INTEGRAÇÃO** DA **FAIXA DE FRONTEIRA**

PROGRAMA FRONTEIRA INTEGRADA

As publicações, documentos técnicos e demais informações relacionadas ao projeto encontram-se disponíveis no **site oficial** do Projeto Fronteiras da Amazônia, ampliando o acesso público aos conteúdos produzidos e fortalecendo a transparência do processo.

Acesse:



Execução: instituto brasileiro de administração municipal

Realização: IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Apoio:

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

GOVERNO DO PARÁ
POR TODO O PARÁ

CONSÓRCIO INTERESTADUAL AMAZÔNIA LEGAL

ipea
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SUDAM

GSI

Execução:

ibam
instituto brasileiro de administração municipal

Realização:

IICA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO